



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA
INTERNA

**POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE ENQUANTO FATOR ESTRATÉGICO
PARA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA.**

ESTUDO DE CASO: MUNICÍPIO DO CAZENGA

Nazário Gomes dos Santos
Intendente da Polícia Nacional de Angola

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XV Curso na Especialização em Gestão da Segurança

Orientação científica:

Professor Doutor Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras

Outubro, 2024

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
(ISCPSI)**

**XV CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS (NI)
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA SEGURANÇA**



Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, na Especialização em Gestão da Segurança, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna/PSP/MAI em Portugal, para obtenção do título de Mestre em Ciências Policiais.

Orientação científica:

Professor Doutor Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras

Outubro, 2024

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Nazário António Bravo dos Santos (em memória), pela instrução e simbolismo de luta, crença na (e) aposta na formação.

A minha querida Mãe Isabel Vieira Gomes pelo dom da vida, suporte e delineamento estrutural da abordagem da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradecer *in prima vocatio* ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) de Portugal pela oportunidade, transdisciplinaridade do ensino, bem como pelo modelo organizacional e rigor profissional, na condução da formação de quadros. Ao meu orientador Professor Doutor Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras, por ser a luz de farol que conduziu essa investigação e aos professores do curso de mestrado em ciências policiais senhores superintendente-chefe Pedro José Lopes Clemente, Superintendente/PSP – Luís Filipe Jorge de Almeida Guerra, intendente Nuno Poiães, a professora doutora Paula Maria Ferreira do Espírito Santo por ter propiciado uma atmosfera holística que permitiu o alcance de conhecimento que permitiram a condução metodológica da nossa dissertação, aos incansáveis docentes João Fernando de Sousa Mendes, professor mestre, João Filipe de Oliveira Coelho Gíria, João Ricardo Dias de Sousa Carvalho, Rui Manuel Álvaro Marta, a Agente Principal Fátima da Conceição Caires Nunes, pelo incondicional apoio institucional e pela excelência de mediação na resolução das agruras administrativas, “tua sakidila”.

A Administração Municipal do Cazenga em especial (consulado do senhor administrador municipal Tomás Bica Mumbundo) pelo incondicional apoio, á sua Excelência Comissário geral Arnaldo Carlos, Comandante geral da policia nacional de Angola, pelo parecer favorável da minha formação, em período que parecia tudo perdido, Comissário Chefe Eduardo Fernando Cerqueira por ter permitido a minha saída do Comando Provincial de Luanda para formação, á sua Excelência Comissário Chefe, Francisco Monteiro Ribas da Silva, Delegado e Comandante Provincial da Policia Nacional em Luanda, a digna Superintendente-chefe Victoria Augusto Vilma, Delegada e Comandante Municipal da Policia de Belas, Superintendente-chefe Mateus Domingos João, Delegado e Comandante Municipal da Policia do Cazenga, pelo grandioso e prestimoso apoio na materialização desta dissertação.

Aos meus pais (Nazário António Bravo dos Santos e Isabel Vieira Gomes), pelo dom e instrução da vida e por consentirem sacrifícios ao longo dos anos da minha formação, desde o dispêndio necessários dos recursos financeiros até ao calor humano; á minha esposa Viulma dos Santos, por continuar a acreditar em mim e pela compreensão, resultante das minhas ausências constantes em prol desta formação académica e da

investigação científica, Aos meus filhos e irmãos pelo suporte, ao meu mentor Nestor Bizi Simões Goubel, pela disponibilidade, companheirismo, crença e presença, ao meu insigne mestre, Tomás Bica Mumbundo pelo apoio em todos os sentidos das terminologia, ao Aniceto Cunha, Celso de Carvalho e Victorino Mulaza (Badú), Zaqueu Ufolo Antônio, Jilson Frederico Gerônimo Pedro, pelo séquito colossal, partilha, orientação e simplificação na resolução dos problemas que fomos enfrentando na feitura do nosso trabalho.

Aos meus amigos “brothers” Luís Pedro AKA, Delé, Hermenegildo Wahady - Lox (garra mano), Carlos Manuel Félix-Manix, Jerónimo Bunga “Budy”, Bernardo Luís “Mo Agá”, Ildefonso de Jesus Ferraz Vunge, Luís Paim Augusto, Justino Canganjo, Kinanga Garcia, Tenório Fernandes, Manuel dos Santos AKA Lito Foca, Msanucho Abobo e todos outros estamos juntos.

De modo geral extensivos agradecimentos a turma mista (Criminalidade e Gestão de segurança) do XV curso de mestrado (NI) do ISCPSI perla irmandade e colaboração “juntos somos mais forte”.

RESUMO

As evoluções paradoxais nas dinâmicas sociais contemporâneas exigem que os órgãos de polícia adotem inovações em suas estruturas e atualizem suas estratégias para enfrentar questões relacionadas à criminalidade. Nesse contexto, a implementação de modelos de policiamento, como o policiamento de proximidade, torna-se fundamental para responder às modernidades e às transformações na cultura policial. Este estudo visa compreender o papel do policiamento de proximidade como um fator estratégico para a implantação de políticas públicas de segurança no município do Cazenga, analisando a forma como foi implementada, funcionando como estratégia de polícia e as vantagens de um policiamento de proximidade enquanto política pública de segurança. A pergunta que norteia a pesquisa é: Em que medida o policiamento de proximidade enquanto política pública de segurança pode ser um mecanismo de solução dos problemas da criminalidade e sua prevenção no Cazenga? Para isso, o estudo procura identificar as variáveis relacionadas com a criminalidade no Cazenga, avaliar as estratégias e políticas públicas de segurança em vigor e compreender como o policiamento de proximidade pode contribuir para a criação de um ambiente de convivência saudável e manter/restaurar o sentimento de segurança entre os cidadãos. As hipóteses levantadas nesta pesquisa incluem a de que o distanciamento da relação entre a polícia e os cidadãos tem sido um dos fatores fundamentais para a ineficácia das políticas de segurança no município do Cazenga. Além disso, a implementação do policiamento de proximidade resulta na redução da criminalidade e no aumento da sensação de segurança entre os moradores do Cazenga. Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando técnicas de recolha de dados como entrevistas estruturadas e inquéritos por questionário. Os resultados indicaram que o policiamento de proximidade, quando bem implementado, pode efetivamente reduzir a criminalidade e melhorar a relação entre a polícia e a comunidade. Para além da atividade propriamente policial, insere-se também a necessidade de outros atores sociais como a própria Administração, na implementação de políticas tendentes à prevenção da criminalidade. No entanto, é essencial fomentar iniciativas que promovam o envolvimento da população nas estratégias de segurança, reforçando a colaboração entre a polícia e os cidadãos.

Palavras-chave: Cazenga, Policiamento de Proximidade, Políticas Públicas de Segurança.

ABSTRACT

Paradoxical developments in contemporary social dynamics require police agencies to adopt innovations in their structures and update their strategies to face issues related to crime. In this context, the implementation of policing models, such as proximity policing, becomes fundamental to respond to modernities and transformations in police culture. This study aims to understand the role of proximity policing as a strategic factor for the implementation of public security policies in the municipality of Cazenga. The question that guides the research is: To what extent can neighborhood policing be an effective mechanism for solving the problems of crime and its prevention in the municipality of Cazenga? To this end, the study seeks to identify the variables related to crime in Cazenga, evaluate the public security strategies and policies in force and understand how proximity policing can contribute to the creation of a healthy coexistence environment and restore the feeling of security among citizens. The hypotheses raised in this research include that the distance in the relationship between the police and citizens has been one of the fundamental factors for the ineffectiveness of security policies in the municipality of Cazenga. Furthermore, the implementation of proximity policing results in a reduction in crime and an increased sense of security among Cazenga residents. To achieve the proposed objectives, a qualitative and quantitative approach was adopted, using data collection techniques such as structured interviews and questionnaire surveys. The results indicated that proximity policing, when well implemented, can effectively reduce crime and improve the relationship between the police and the community, where in addition to the police activity itself, there is also the need for other social actors such as the administration itself, in the implementation of policies aimed at preventing crime. However, it is essential to encourage initiatives that promote the population's involvement in security strategies, strengthening collaboration between the police and citizens.

Keywords: Cazenga, Proximity Policing, Public Security Policies.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CGPN – Comando Geral da Polícia Nacional de Angola

CPL1 – Companhia de Polícia da cidade de Loanda

CPL – Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional de Angola

CISP – Centro Integrado de Segurança Pública da PNA

CRA – Constituição da República de Angola

DGS – Direção-Geral de Segurança

EOPNA – Estatuto Orgânico da Polícia Nacional de Angola

EPAV – Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima.

EPCP – Estratégia de Policiamento Comunitário e de Proximidade

EPES – Equipas do Programa Escola Segura.

EUA-Estados Unidos de América

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

GGPA – Governo-geral da Província de Angola

INE.AO – Instituto Nacional de Estatística de Angola

MAI – Ministério da Administração Interna português

MININT – Ministério do Interior Angolano

MINSÁ – Ministério da Saúde Angolano

MPP – Modelo de Policiamento de Proximidade

MPC – Modelo de Policiamento Comunitário

MIPP – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NPCP – Núcleos de Policiamento Comunitário e de Proximidade

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCP – Policiamento Comunitário e de Proximidade

PIPP – Programa integrado de policiamento de proximidade

PPCP – Projeto de Policiamento Comunitário e de Proximidade

PMD – Plano de Modernização e desenvolvimento da PNA

PNA – Polícia Nacional de Angola

PNE-Plano Estratégico da Polícia Nacional

POP – Policiamento Orientado ao Problema

PPS – Políticas públicas de segurança

PSP1 – Políticas de segurança pública

PSP – Polícia de Segurança Pública (Portugal)

RASP – Relatório anual de segurança pública

SADC – Sociedade de Desenvolvimento dos Países da África Austral

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS- União das republicas socialista soviética.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	V
ABSTRACT	VI
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	VII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XIII
ÍNDICE DE TABELAS	XIV
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XV
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	5
1.1. Resenha histórica de Estado	5
1.1.1. Conceito de Estado	6
1.1.2. Fins e funções do estado	7
1.1.3. A administração pública	8
1.2. Conceitos de polícia	9
1.3. Funções de polícia	10
1.4. Afirmação das ações de polícia nos estados de direito	12
1.4.1. Estado de direito	12
1.5. Segurança pública	15
1.5.1. Segurança: do reducionismo anacrónico ao conceito hodierno.....	15
1.5.2. Conceito de Segurança	16
1.5.3. Segurança pública e ordem pública	18
1.6. Modelos de polícia	20

1.6.1.	Policiamento de proximidade	21
1.6.2.	Policiamento reativo e preventivo	23
1.6.3.	Policiamento orientado pelas informações	23
1.6.4.	Policiamento orientado ao problema	24
1.6.5.	Policiamento de proximidade vs. Policiamento comunitário	26
CAPÍTULO 2 – DA DIMENSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS		28
2.1.	Conceitos gerais e pensamento político	28
2.2.	Políticas Públicas	30
2.2.1.	Tipo de políticas públicas	32
2.2.2.	Ciclo e análise das políticas públicas	33
2.2.3.	Teoria dos modelos de políticas públicas	35
2.3.	Políticas públicas de segurança vs políticas de segurança pública	37
CAPÍTULO 3 – POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA		40
3.1.	Raio X da Polícia Nacional, da génese a contemporaneidade	40
3.2.	Do início da Luta, acordo de alvor a pós independência	42
3.3.	Consagração constitucional da Polícia Nacional	44
3.3.1.	Sistema de polícia de Angola	45
3.3.2.	Comando provincial da polícia de Luanda (CPL)	46
3.3.3.	Comandos municipais	48
3.3.4.	Esquadras policiais	49
3.3.5.	Posto Policial	50
CAPÍTULO-4 O OBJECTO DE ESTUDO		51
4.1.	Divisão administrativa	52
4.2.	Aspetos sócio económicos	53

4.3. Comando municipal da polícia do Cazenga	54
4.3.1. Situação da criminalidade no município durante o ano de 2023	54
4.3.2. Evolução e Ambiente Criminal	58
4.4. Institucionalização do policiamento de proximidade	59
4.5. Base e objetivos da institucionalização	61
4.6. Estrutura Orgânica do PIPP	61
4.7. A experiência de Portugal	64
CAPÍTULO 5 – MÉTODO	66
5.1. Classificação da Pesquisa	66
5.2. Métodos.....	67
5.3. Instrumentos de recolha de dados	67
5.4. Caraterização da população e amostra	68
CAPÍTULO 6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	70
6.1. Resultados dos dados demográficos	70
6.2. Análise e perceção do nível de criminalidade	73
6.3. Resultados das estratégias e sua eficácia param segurança pública	79
6.4. Resultados da avaliação da redução da criminalidade através do policiamento de proximidade	87
6.5. Resultado de avaliação e conhecimento e respostas das comunidades	91
6.6. Sobre as sugestões no geral	95
CONCLUSÕES E NOTAS FINAIS	99
SUGESTÕES.....	102
Referências Bibliográficas	105
LEGISLAÇÕES	115

APÊNDICES.....	116
Apêndice 1 – Guião de Entrevista efetuada a Administradora municipal do Cazenga.....	117
Apêndice 2 – Guião de entrevista efetuada ao comandante municipal do Cazenga	119
Apêndice 3 – Inquérito-questionário fechado – as comunidades (Frente e verso) ...	121
Apêndice 4 – Inquérito-questionário fechado – aos efetivos da polícia do Cazenga (Frente e verso)	123
Apêndice 5 – solicitação para aplicação de inquérito-entrevista aos efetivos do CPL.....	125
Apêndice 6 – solicitação para aplicação de inquérito-entrevista a administradora Municipal do Cazenga	126
Apêndice 7 – Entrevistado A	128
Apêndice 8– Entrevistado B	131
Apêndice 9 – Tabelas	134
ANEXOS.....	136
Anexo 1 – Extratos do RASP/ Município do Cazenga	137
Anexo 2 – Declaração de autorização para investigação	140

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- funções de Estado.	8
Figura 2-Quadro de ações da polícia administrativa	12
Figura 3-Quadro de ações da polícia Judiciária.....	12
Figura 4-Modelo SARA.	25
Figura 5-Fluxograma das políticas.	33
Figura 6-o ciclo de política pública.	35
Figura 7-Distinção entre PPS e PSP	39
Figura 8- 1º. Relatório de ocorrências da polícia do GGPA.....	41
Figura 9- Estrutura do Comando Geral da PSPA.	42
Figura 10-Organograma do DNPP - Direção Nacional da Polícia Popular.	44
Figura 11-Organograma de Comando Municipal de Polícia	49
Figura 12-Organograma da Esquadra de Polícia	50
Figura 13-Organograma do Posto Policial	50
Figura 14-Mapa do município do Cazenga	51
Figura 15-Mapa do município do Cazenga	53
Figura 16-Estrutura de enquadramento.	62

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1-Distinção dos bairros por esquadras.....	52
Tabela 2: Percepção do nível de Criminalidade no município do Cazenga.	73
Tabela 3: Percepção do nível de segurança na comunidade.	75
Tabela 4: sobre os principais problemas de segurança enfrentados.	76
Tabela 5: Principais Problemas de Segurança enfrentados no Cazenga.	77
Tabela 6: Estratégias de Policiamento em vigor no Cazenga.	79
Tabela 7: Eficácia das Estratégias de policiamento para a redução da criminalidade. ..	81
Tabela 8: Desafios na Implementação das Estratégias de Policiamento.	83
Tabela 9: Disposição da Comunidade para participar em programas comunitários de segurança no Cazenga.	85
Tabela 10: Avaliação do Papel do Policiamento de Proximidade no Município do Cazenga.....	86
Tabela 11: Avaliação da Redução da Criminalidade pela polícia.	87
Tabela 12:Avaliação da Eficácia do Policiamento de Proximidade no Cazenga pela comunidade.....	88
Tabela 13: sobre avaliação da Resposta da Comunidade ao PP.	91
Tabela 14: sobre o conhecimento de policiamento de proximidade no Cazenga.	92
Tabela 15: Sobre avaliação da potencial Eficácia do PP no melhoramento da segurança no Cazenga	93
Tabela 16: Sugestões da polícia para melhorar a segurança.	95
Tabela 17: Distribuição etária dos efetivos da Polícia.	134
Tabela 18: Distribuição Etária das comunidades do Cazenga.	134
Tabela 19 Distribuição por género dos efetivos da Polícia.	134
Tabela 20: Distribuição de Género da comunidade no Cazenga.	135
Tabela 21: Nível de Escolaridade dos inquiridos.	135
Tabela 22: Distribuição de Tempo de Serviço na Polícia.	135

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Dos homicídios voluntários por esquadras	56
Gráfico 2-Evolução da Criminalidade do ano de 2023	58

INTRODUÇÃO

A segurança é um dos pilares fundamentais para a convivência harmoniosa nas sociedades contemporâneas. Em comunidades urbanas, a percepção de segurança influencia diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e o desenvolvimento socioeconômico das regiões. No município do Cazenga, uma das áreas mais populosas de Luanda, a criminalidade e a sensação de insegurança têm afetando não apenas a liberdade de circulação, mas também a confiança nas instituições responsáveis pela proteção dos cidadãos. Nesse contexto, o policiamento de proximidade surge como uma estratégia inovadora e necessária, que busca estabelecer uma relação mais próxima entre a polícia e a comunidade, promovendo um ambiente de segurança compartilhada.

O policiamento de proximidade é caracterizado por uma abordagem que prioriza o contato direto e a interação constante entre os agentes de segurança e os moradores. Essa prática visa a construção de um espaço de diálogo, onde as necessidades e preocupações da população são ouvidas e consideradas na formulação de estratégias de segurança. A ideia é que, ao fortalecer os laços entre a polícia e a comunidade, é possível não apenas prevenir crimes, mas também criar um ambiente onde os cidadãos se sintam seguros e protegidos.

A relevância do policiamento de proximidade é amplamente reconhecida na literatura de segurança pública, pois essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas locais e das especificidades que moldam a criminalidade. Ao invés de uma atuação policial puramente reativa, o policiamento de proximidade propõe uma ação proactiva, baseada na prevenção e na construção de uma rede de apoio entre os cidadãos e as forças de segurança.

A atual situação sociopolítico e económica, a pobreza extrema, desigualdade social e económica que gerou numerosas assimetrias, falta de acesso à educação de qualidade que se vive em Angola na generalidade, tem impactado de forma negativa a vida das populações e com ele a criminalidade acentua-se, gerando o medo do crime.

Este cenário criou de certa forma uma nuvem nebulosa da criminalidade que impera sobre as comunidades do nosso estudo de caso, instaurou um ambiente inseguro, que do ponto de vista social e tem afetado todos os sectores que o compõem, contribuindo de forma negativa para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades e uma intrincada circulação de pessoas bens.

Este sentimento, resulta do crescente índice de criminalidade e dos sucessivos relatos sobre ocorrências criminais, sobretudo os crimes violentos que culminam em ofensas graves á integridades físicas e, até mesmo, homicídios qualificados (alguns resultantes de rixas entre grupos rivais), bem como, roubos qualificados de valores monetários e diversos artigos com recurso a arma de fogo e outros meios contundentes.

No Cazenga, a implementação desse modelo é particularmente importante, pois a região enfrenta desafios significativos relacionados à violência, criminalidade e à desconfiança nas instituições policiais. A população frequentemente sente que a polícia está distante de suas realidades e preocupações. Essa desconexão impede que informações cruciais sejam compartilhadas, dificultando a identificação de áreas vulneráveis e a antecipação de crimes.

Estudar a institucionalização do policiamento de proximidade no Cazenga, portanto, não é apenas uma questão acadêmica; é uma necessidade urgente para a construção de políticas públicas de segurança mais eficazes. Este trabalho busca entender como essa abordagem pode ser integrada nas práticas policiais existentes, visando não apenas a redução da criminalidade, mas também a restauração da confiança da comunidade nas forças de segurança.

Diante desse contexto, surge a pergunta de partida desta investigação: Em que medida o policiamento de proximidade enquanto políticas públicas de segurança pode ser um mecanismo de solução dos problemas da criminalidade e sua prevenção no Cazenga? A indagação orientará a pesquisa, buscando não apenas uma análise das práticas de policiamento atuais, mas também a identificação de soluções que possam ser implementadas para fortalecer a segurança na região. Assim definimos o seguinte objetivos geral:

- Compreender o papel do policiamento de proximidade como um fator estratégico para a implantação de políticas públicas de segurança no município do Cazenga.
- Para alcançar esse objetivo, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:
- Analisar os modelos de policiamento existentes e sua relevância como estratégias de segurança pública.
- Estudar a problemática da criminalidade no município do Cazenga, identificando as principais causas e efeitos.
- Identificar políticas públicas de segurança que possam ser adotadas para resolver os problemas criminais locais.

- Explorar a importância do policiamento de proximidade na construção de um ambiente seguro e na promoção da confiança comunitária.
- Investigar as funções e modelos de implementação de políticas públicas de segurança para restaurar o sentimento de segurança nas comunidades. **Hipóteses**

Com base no objetivo de compreender o papel do policiamento de proximidade como um fator estratégico para a implantação de políticas públicas de segurança no município do Cazenga, levantou-se algumas hipóteses que orientam a nossa pesquisa:

- **H1:** O distanciamento da relação entre a polícia e os cidadãos tem sido um dos fatores fundamentais para a ineficácia das políticas de segurança no município do Cazenga.
- **H2:** A implementação do policiamento de proximidade resulta na redução da criminalidade e no aumento da sensação de segurança entre os moradores do Cazenga.

Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e quantitativa, buscando entender a dinâmica do policiamento de proximidade e sua aplicação prática no Cazenga. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas estruturadas com o Comandante Municipal da Polícia do Cazenga assim como a administradora municipal, permitindo uma análise detalhada das percepções e experiências em relação à segurança e ao policiamento.

As entrevistas foram conduzidas com base em um guia onde abordou-se questões como a percepção de segurança, a eficácia das práticas policiais atuais e as expectativas da comunidade em relação ao policiamento de proximidade. A análise dos dados coletados permitiu, no entanto, identificar padrões e tendências que contribuíram para uma compreensão mais profunda da situação da segurança no Cazenga e do papel que o policiamento de proximidade pode desempenhar na sua melhoria.

A dissertação está estruturada em seis capítulos principais antecidos por elementos pré e pós-textual. O primeiro capítulo aborda sobre o contexto teórico do policiamento de proximidade, incluindo sua evolução histórica e as bases conceituais que o sustentam. O segundo capítulo foca-se no estudo das Políticas Públicas e Políticas de Segurança Pública(ao longo da nossa dissertação terá a sigla abreviada PSP1). O terceiro capítulo se encarrega em

trazer uma abordagem versada na contextualização da Polícia Nacional de Angola, desde a sua criação até os tempos presente.

No quarto capítulo, traz-se análise da criminalidade no Cazenga, investigando os fatores que contribuem para a insegurança na região. O quinto capítulo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa, detalhando o processo de coleta e análise de dados, e no sexto capítulo é então apresentado, analisado e discutido os resultados das entrevistas, propondo recomendações práticas para a melhoria das práticas de policiamento e das políticas públicas de segurança no município do Cazenga.

Com essa estrutura, a dissertação pretende contribuir para um entendimento mais profundo das dinâmicas de segurança no Cazenga e oferecer um modelo de policiamento que promova a segurança e a confiança nas instituições policiais.

CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

“A redução de certas práticas criminais depende bastante da eficácia da ação policial, sobretudo da investigação criminal de proximidade e de um patrulhamento orientado” (Clemente, 2010, p.143).

1.1. Resenha histórica de Estado

Antes de desenvolvermos a administração pública, é relevante que se aborde o conceito de Estado e suas aceções, uma vez que o Estado é o elemento congregador das instituições que controlam e administram a nação, assim sendo, vamos discorrer aqui uma viagem síntese da evolução histórica (Araújo, 2018).

O termo “Estado” deriva do latim significando estar firme, que de forma geral era definida como “situação permanente de convivência com uma relação direta à sociedade politicamente organizada, é citada a primeiramente em "O Príncipe" de Maquiavel no ano 1513, desde esta altura foi sempre associada a uma cidade autónoma pelos italianos (Ribeiro, 2020).

Os primeiros estados aparecem no final da idade media, através da extinção do feudalismo e consequentemente verifica-se o aparecimento do estado moderno, entretanto faz com que Maquiavel, use pela primeira vez o termo Estado (Amaral, 2010).

No que toca o Estado grego, vale dizer que a mesma possuía caraterística própria de um estado moderno, abarcando em sua estrutura a autarquia, elitismo e uma política determinante induzida pela vontade do povo (Lopes, 2010).

Tal como no estado grego, elementos típicos ou caraterizavam o Estado romano, como é o caso da família que se despontava com capital importância na sua organização e os que pertenciam a árvore da genealógica familiar daqueles que vernaram os Estado gozavam de estatuto especial e a magistratura detinha o governo do Estado (Lopes, 2010).

O Estado medieval trás uma componente de religiosidade com a sobreposição do cristianismo associado a invasão dos bárbaros e do feudalismo, tendo como principal função induzir a população a aceitação do cristianismo (Lopes, 2010).

A abordagem geral da evolução histórica de estado centrou-se em duas teses discutida na doutrina, sendo uma naturalista e outra contratualista. A primeira por sua vez defendida pela escola Aristotélica no século IV a.C., baseado no primado de que o homem por natureza é um ser social, que adiante foi reafirmado no século XII S. Tomás de Aquino, quando aludiu que o “homem é por natureza um animal social e político”, vivente em comunidade diferente de outros animais pelo seu carater de constante busca por melhores condições de vida (Agostinho, 2019).

A segunda tese contratualista tem base numa explicação racional com raiz no pensamento político medieval que se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII por Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e John Locke e Emmanuel Kant, trazendo à tona a ideia de que além de o homem ser um animal social tem sempre necessidades de viver em comunidades maiores e consegue se desdobrar em olhar para a sociedade desorganizada, unir-se com outras comunidades para melhor se organizar e defender (Agostinho, 2019).

1.1.1. Conceito de Estado

Segundo Gomes Canotilho, o “estado é uma forma histórica de organização jurídica do poder dotada de qualidade que a distinguem de outros poderes e organizações de poder” (Canotilho, 2003, p.90). A qualidade a que nos referimos a cima está vinculada a soberania e a supremacia positivista interna e internacional (Canotilho, 2003).

Aristóteles aborda Estado numa terminologia própria -aparelho orgânico- multifuncional de forma autónoma e soberanas com importantes tarefas económicas e sociais e não interferindo na vida afetiva das pessoas (Amaral, 2010).

Com uma conceção hodierna professor Jorge Miranda, alude que o Estado “é uma comunidade-estatal que indica o conjunto de sujeitos, expressões diretas dos organismos sociais que operam dentro da comunidade a qual o ordenamento reconhece uma ampla autonomia” (Miranda, 2013, p.38-39).

Para De Cicco, “o Estado é uma instituição organizada política, social e juridicamente, que ocupa um território definido e, na maioria das vezes, sua lei maior é uma Constituição escrita” (De Cicco, 2007, p-43). Ainda segundo o mesmo autor, ele é orientado através de um governo autónomo e soberano com extensão internacional ao qual incumbe administração da justiça e detenção do monopólio do uso da força (De Cicco et al, 2007).

Os traços característicos definidos por De Cicco estende-se na generalidade aos conceitos de Estado, corroborando em alguns aspetos, Agostinho (2019) acrescenta a necessidade de seus

atos terem fundamento numa lei magna escrita ou não que deve dirigir os atos do governo. Enquanto órgão com legitimidade para administrar uma série de fatores que concorrem para o bem da maioria estes no seu exercício enquanto detentor de poder para o fazer é munido de ferramentas para prosseguir estes fins (Cícero, 2019).

Olhando para este quadro divergente de concepções sobre o conceito de Estado, é sempre possível verificar uma convergência na aceção Estado, que está relacionado a um sujeito autónomo, ou seja, na sua generalidade eles são autónomos e capazes de definir o modelo de governação exequível, devidamente organizada baseada num modelo de organização política, com legitimidade para uso da força (*ius imperium*) sobre uma população em um território.

1.1.2. Fins e funções do estado

É mister entendermos que o estado prossegue uma enorme multiplicidade e complexa de fins e funções, apesar desta muitas das vezes divididos em direta e indireta, “sendo direta e imediata, ou seja, de forma direta quer dizer pela pessoa coletiva a que chamamos Estado e de forma imediata: que dizer, sob a direção do governo, na sua dependência hierárquica, e, portanto, sem autonomia” (Amaral, 2000, p.331).

De modo geral o fim do Estado está subjacente a vários atos devidamente ordenados por uma entidade coletiva publica para criação de diretrizes que estabeleçam um modo de vida saudável do ponto de vista social e económica

Quando nos referimos sobre o estado enquanto um conjunto de sujeitos devidamente organizado é na perspetiva do fim principal que é de “satisfazer as necessidades e os interesses da coletividade desenvolvendo diretamente através dos próprios órgãos ou indiretamente através de entes autónomos (regiões, províncias, municípios) uma ou mais funções em prol do bem-estar da coletividade” (Agostinho, 2019, p.125). O estabelecimento do estado de direito veio de certa forma definir as funções do poder de Estado através da separação destes, baseando em três pressupostos de ações necessárias à execução do bem comum tais como a função legislativa que elabora as leis através da assembleia da república¹, a função executiva, através do presidente da república² e a função Judiciária representado através dos tribunais³.

¹ Art.º 141.º, 170.º e 171.º todos da CRA.

² Art.º 108.º, e 120.º ambos da CRA.

³ Art.º 174.º da CRA.

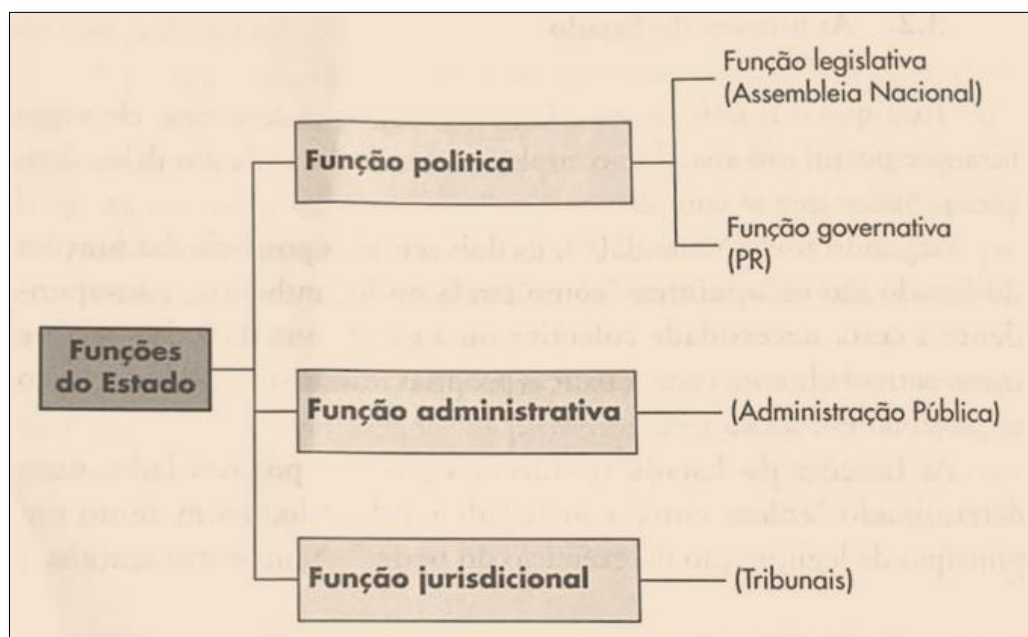


Figura 1- Funções de Estado
Fonte: Araújo (2018).

1.1.3. A administração pública

O termo Administração provém do latim “administratione”, que significa administração elevando por sua vez o cerne da administração que na verdade cinge-se na resolução dos problemas da coletividade.

O estudo sobre administração pública se desdobra nos problemas da coletividade e o arcabouço levado a cabo por estes órgãos com o fito de administrar e assumir atos legalmente consagrados para obtenção de resultados que se refletem na vida das comunidades.

Percebe-se aqui a prossecução do interesse da maioria como elemento chave da ação da administração pública, ou seja, um conjunto de órgãos e serviços instituídos pelo Estado que objetivam gerir diversos órgãos públicos e privados através de regulamentação, fiscalização, apoio, autorização. Após esta analogia síntese, vamos embrenhar-nos ao estudo etimológico do termo segundo Amaral (2000), a doutrina apresenta Administração pública em sentido formal e material.

Este primeiro relaciona-se ao conjunto de órgãos e serviço de estado e o material enquadra-se nos destes agentes e órgãos definidos de modos a satisfazer as necessidades da coletividade (Amaral, 2000).

No sentido orgânico, a administração pública é o sistema de órgãos que ganha reserva legal no ordenamento jurídico Angolano (Vide lei 17/10 de 29 de julho, da organização e do funcionamento dos Órgãos da Administração Local).

Administração pública pessoas coletiva públicas deve que assegurar em nome da coletividade a satisfação regular e contínua os problemas que afetam a vida normal das comunidades como segurança e o bem-estar, garantir a tranquilidade dos cidadãos⁴.

1.2. Conceitos de polícia

Antes de tratarmos sobre o conceito de polícia, urge aqui abordarmos o sentido etimológico da palavra, neste caso, “o termo -polis-, de onde deriva a palavra "polícia", surgiu na antiga Grécia, com o significado de cidade, estando relacionada a palavra latina *civitas* ou *civitate*, correspondendo a mesma realidade social – a cidade” (Clemente, 1998, p.39).

O termo polícia foi evoluindo e chegando mesmo a ganhar várias aceções tal que Platão e Aristóteles desfragmentaram o conceito trazendo dois prismas de análise fulcral sendo por um lado “o conjunto de leis e regras tendentes a boa administração geral da *polis* (ordem pública, salubridade, subsistência dos cidadãos e abastecimentos da Cidade); por outro lado, encerra a noção de “guardiães das leis e da cidade” de que fala Platão em A República, encarregados de fazer respeitar a legalidade e proteger a comunidade constituída” (Afonso, 2018, p.216).

Para Miranda e Lima (2008), a polícia é “constitutivo do aparelho do Estado, para administrar o pacto social, mediando os conflitos deles decorrentes; seja através da coerção e uso legal da força; seja através do consenso, buscando a paz social ou equilíbrio estável e à consolidação da democracia” (p. 549).

Elias (2022, p.29) citando Raposo, em contexto democrático, se pode entender por polícia todos "os atos jurídicos e as operações materiais desenvolvidas por certas autoridades administrativas - as autoridades policiais - e respetivos agentes de execução, com vista a prevenir a ocorrência de situações socialmente danosas, em resultado de condutas humanas imprevidentes ou ilícitas" (Raposo, 2006: 26-27).

⁴ Alínea a) do art.º. 111º (Decreto Presidencial 202/19 de 25 de junho, regulamento da lei da Administração Local do Estado).

Um conceito da qual perfilhamos apresentado por Clemente (2015) citando Valente (2017) enquadra-se mais a realidade sendo:

A polícia em sentido lato é atividade de natureza executiva - ordem e tranquilidade públicas e administrativa -, dotada de natureza judiciária no quadro de coadjuvação e de prossecução de atos próprios no âmbito do processo penal - cuja função jurídico-constitucional se manifesta na concretização da defesa da legalidade democrática, da garantia da segurança interna e da defesa e garantia dos direitos do cidadão e da prevenção criminal quer por vigilância quer por prevenção criminal *strito sensu*, podendo para cumprimento daquelas funções fazer uso da força - coação - dentro dos limites do estritamente necessário e no respeito pelo direito e pela pessoa (Valente, 2015, p.111).

Aqui, perfilhamos com o conceito supra, na medida que o estudo sobre a conceção de polícia abarca um entendimento geral da perspetiva funcional e executiva com a função principal de manutenção de ordem e tranquilidade das pessoas bem como a necessidade de assegurar o normal funcionamento dos organismos que comportam o Estado detentor do *ius imperium* e *ius punendi* para garantia do respeito as normas e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e manutenção para o normal funcionamento das instituições. Para tal, desdobra-se em modelos capazes de facilitar suas ações e aqui destacamos o policiamento de proximidade por tornar a polícia mais republicana, cordial e com funções mais alargadas capaz de resposta aos problemas da criminalidade, mas, apesar do seu cariz sensibilizador.

1.3.Funções de polícia

A função de polícia é corporizada em 03 do Brumário ao ser normatizada no código dos delitos e das penas no ano IV, em França, e criou as balizas da ação policial com um carácter próprio de manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, a segurança individual, tendo como principal carater da sua atividade a vigilância (Valente, 2017).

Aqui subjaz a ideia primária de que sua função é meramente preventiva, baseado nos atos de vigiar, para proteção de interesses e direitos que a lei tipifica para o garante da paz social e no estrito respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, do controle social e o funcionamento do sistema de justiça criminal.

Como uma atividade espinhosa de proteção do bem maior nos marcos da lei e os princípios que emanam a sua atividade acaba sendo:

Uma função do Estado, isto é, considera-se por motu próprio a polícia como "uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança de pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais (Clemente 2015, p 55).

Numa vertente pouco reducionista desta função, Manuel Guedes Valente, concebe a função de polícia como aquele que consiste em “garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício do direito dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática” (Valente, 2017, p.128).

As funções de polícia destringem-se em polícia administrativa e judiciária⁵, sendo que a primeira, é a “parte da administração que tem por objeto a manutenção da ordem pública e a segurança individual” (Valente, 2017, p.54) mas segundo Almeida, parafraseando Marcelo Caetano, “a polícia administrativa, sendo embora preventiva, pode desenvolver (...) funções de polícia judiciária, inscritas na atividade particular da investigação criminal que lhe esteja originariamente cometida por lei, ou lhe tenha sido delegada por entidade competente (Almeida 2006, p.14), e por sua vez “ (...) A polícia é instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, a segurança individual em massa é o seu objeto” (Valente, 2017, p.53).

A segunda é a polícia judiciária a qual incumbe, “prosseguir uma atividade de prevenção criminal na função de vigilância criminal *stricto sensu* capaz de evitar o perigo de lesões ou a colocação em perigo de lesão de bens jurídicos, cuja conduta potencialmente lesivas podem ser desenvolvidas por uma pessoa singular ou coletiva” (Valente, 2017, p.57).

⁵ No caso de Angola (Polícia Nacional de Angola (PNA) “Polícia Administrativa”, e Serviço de investigação criminal (SIC) “polícia judiciária”.

Polícia Administrativa						
Armas e Explosivos	Transportes	Fiscal e Aduaneira	Venda Ambulante	Condições do Trabalho	Estrangeiros e Fronteiras	Agricultura
Ambiente	Segurança Privada	Violência no Desporto	Espetáculos	Estabelecimentos Comerciais	Venatória	Animais de Companhia
Trânsito	Sanitária	Segurança Alimentar	Propriedade Intelectual	Património Cultural	Florestal	Pescas
Outros						

Figura 2-Quadro de ações da polícia administrativa Fonte: Elias, 2022, p.33.

Polícia Judiciária								
Crimes contra o Património	Crimes contra as Pessoas	Terro-rismo	Crimi-nalidade Organizada	Económico-Financeira	Corrupção	Propriedade Intelectual	Ambiente e Florestal	Cibercrimi-nalidade
Outros								

Figura 3-Quadro de ações da polícia Judiciária Fonte: Elias, 2022, p.33.

1.4.Afirmação das ações de polícia nos estados de direito

1.4.1. Estado de direito

O Estado de direito segundo Canotilho (2003) é quando o poder do Estado nos marcos a lei com fito de garantir que os direitos fundamentais sejam protelados pela norma jurídica.

Mais adiante (Bedin) apresenta 10 dimensões para caracterizar um Estado de direito sendo que a da primeira a décima enfatiza elementos como a obrigatoriedade de seus atos se fundarem na subordinação ao império da lei, respeito aos direitos fundamentais e respeito e observação do princípio da razoabilidade, da igualdade e legalidade⁶ em todas as suas linhas de atuação e sobretudo na segurança generalizada, confiança das pessoas, e transparência no exercício do poder (Bedin, 2013).

⁶ Artigo 198 CRA, conjugado com o artigo 6, art.º 1 n.º2 da lei 17/90 de 20 outubro, sobre os princípios a observar na administração pública, Art.º 4.º n.º 1 decreto 33/91 de 26 de julho, regime disciplinar dos funcionários públicos e agentes da Administração pública, alínea a), do art.º 3 e art.º 4, ambos da lei 03/10 de 29 de março, lei da probidade pública.

O supra postulado de Bedin, deixa claro que os Estado de direito acabam sendo um modelo político em que as estratégias são feitas pelo povo e viradas para o povo na medida em que as assimetrias de desigualdade esgotam no respeito a um ambiente de salubridade legal.

O mesmo autor continua, que sobre esta afirmação subjaz a ideia que o Estado não é um ente que produz leis arbitrárias, cruéis e desumanas, sendo que o quadro normativo criado deve estar alinhado com os fins que o Estado pretende alcançar ou seja, entretanto é um estado de sujeição ao direito (Bedin, 2013). “Dizer que o Estado está sujeito ao direito significa que o poder político não é um poder livre, desvinculado, transcendente a toda e qualquer legislação.

A sociedade do estado democrático é uma sociedade aberta, que pratica o diálogo de todos com todos. A concretização das decisões tomadas é feita através de planos de programas de ação, de institucionalizações, tudo com vista a atingir a maior e a melhor realização dos objetivos traçados, (Sousa, 2014). Em conclusão ao exposto, Mello completa:

Assim, o princípio da legalidade é o da completa submissão da Administração às leis. Esta deve tão-somente obedecer-las, cumprilas, pô-las em prática. Daí que a atividade de todos os seus agentes, desde o que lhe ocupa a cúspide, isto é, o Presidente da República, até o mais modesto dos servidores, só pode ser a de dóceis, reverentes obsequiosos cumpridores (Mello, 1994, p.48).

Um outro princípio é que segundo Teixeira (2015) também está virado a proteção dos interesses das comunidades legalmente protegidos é o da prossecução e supremacia do interesse público, que tem na base o pressuposto de que, toda atuação da Administração Pública seja pautada pelo interesse coletivo, ainda que satisfaça interesse particular, cuja determinação deve ser extraída da Constituição, das leis e das manifestações da vontade geral, colocando assim os interesses privados subordinados à atuação da Administração Pública.

Os sujeitos e entes públicos ou privados quando se relacionam são considerados iguais, é o que princípio da igualdade⁷ nos alude a ideia segundo a qual, os órgãos e agentes da Administração Pública no exercício das suas atividades devem tratar por iguais todos os

⁷ Art.º 23.º da CRA.

cidadãos ou seja, a Administração Pública se deve abster de tratar diversamente situações idênticas (Sousa, 1999).

Princípio da justiça: este por sua vez é um primado constitucional e na prossecução do interesse público deve basear-se na constituição e na lei, tendo como base atuação os princípios da proporcionalidade, imparcialidade, responsabilização, probidade administrativa e respeito pelo património público (Sousa, 1999). Em suma, a justiça exige o respeito da ordem constitucional e administrativa, naturalmente dotada de proteção legal.

Princípio da proporcionalidade: este princípio tem como fundamento jurídicoconstitucional o princípio do estado de direito. Por outro lado, da vinculação da legislação os direitos fundamentais resultam que a reserva jurídico-fundamental da lei proporcional. Não pode haver atuação administrativa de ingerência nos direitos fundamentais sem base legal e esta lei tem de ser lei proporcional. A própria lei de autorização da atuação da Administração não pode constituir uma ingerência desproporcional nos direitos fundamentais (Sousa, 2014).

A afirmação das ações de polícia nos Estados de direito, está ligado ao levantamento de balizas ou marcos da atuação policial na lei e remete-nos a uma atuação basificada no respeito à dignidade da pessoa humana independentemente da sua discricionariedade⁸ ou num conjunto de valores, princípios éticos-morais orientadores da atividade de polícia e na sua relação com as comunidades mantendo autoridade no comportamento do cidadão que direta e indiretamente deve exigir destes servidores uma postura reta e pautada no brio, próprio de um “guardião dos direitos humanos e é a *firstline enforcer* da lei criminal, não sendo admissível um ambiente de desconfiança generalizada em relação a atuação (...)” (Poiars, 2023, p. 93).

Os agentes da ordem durante a sua atividade de rotina devem ter uma grande capacidade de leitura e interpretação das mensagens comportamentais (verbais e nãoverbais) emitidas pelo

⁸ Por discricionariedade policial, “entende-se a autonomia que cada polícia tem para tomar decisões, a possibilidade que os limites efetivos propiciam aos membros da corporação, escolher livremente entre um modo de ação ou uma omissão, ou o poder de decidir quais as regras que se aplicam a uma situação específica e se devem aplicar ou não” (Poiars, 2023, p.110.).

cidadão, estar devidamente apresentado e com uma linguagem corporal e verbal que expresse segurança e comodidade ao cidadão (Samanango, 2016).

Sempre que se depararem com qualquer circunstância este, deve por sua vez analisar a prior a situação e os meios a implementar como medida que entretanto “ devem ser limitadas, só sendo legítimas se necessárias (a eliminação de um perigo grave e atual de desordem), idóneas ou eficazes (no sentido da eliminação desse perigo), proporcionadas (entre o sacrifício dos direitos e o resultado), tempestivas e de duração limitada (ao perigo) ” (Santos, 2002, p. 37) sendo que os meios devem ser necessários e legalmente estabelecidos por lei.

Os desafios da afirmação de uma polícia republicana e mais próxima dos cidadãos está ligado a uma necessidade imprescindível de ligação direta com a formação do recurso humano, disponibilidade de meios tecnológicos hodiernos e associa-lo a “ (...) um conjunto de competências orientadas para a sua missão, que no fundo visa a prestação de um serviço público de qualidade numa relação de igual proximidade social” (Samanango, 2016, p.17).

Em obediência às normas na utilização dos meios nas ações de polícia para concretização dos fins a que se submetem visa sobretudo dar um cunho de autoridade sempre que chamados a manutenção da ordem social.

1.5.Segurança pública

1.5.1. Segurança: do reducionismo anacrónico ao conceito hodierno

Desde o período romano que a segurança teve uma análise negativista e reducionista, e já na transição do período Medieval para absolutismos se deu vassão a uma questão principal - segurança para quem?

A questão em alusão foi a principal base de definição de linha conceitual de segurança levando até a refeitura do conceito na história pré moderna. Desta ideia nasce o objeto referencial no caso o indivíduo que seguidamente progrediu ate ao Estados modernos, onde este objeto referencial segundo Thomas Hobbes, Montesquieu e Adam Smith, se tronou o círculo do objeto central para preservação de suas propriedades (Silva et al., 2020).

Aqui depreende-se que o objeto referencial da qual o conceito de segurança se objetivava reduzia a dimensão do conceito, uma vez que existiam outros elementos que comportam a

sociedade estavam exposto e excluído da visão segurança permitindo com que a doutrina refizesse os marcos da conceitualização mantendo a sua matriz genética.

Foi então que o francês Marquês de Condorcet com o seu antagonismo e enquanto um dos pioneiros da igualdade e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1793, confere ao cidadão, sua propriedade e seus direitos a finalidade da segurança em sociedade.

Com as guerras revolucionárias e Napoleônicas na Europa, o termo segurança ganha um cunho plurívoco dando a vasta ideia de segurança coletiva e nacional e mais adiante com o aparecimento da doutrina sobre a geopolítica (séc. XIX) e com o advento das teorias expansionistas e deterministas e esse conceito estendeu-se até a Revolução Francesa (Silva et al., 2019).

Após os conflitos da primeira guerra mundial, ocorreu a compactação da ideia de segurança e passou a ser usada pelas potências vencedoras, com realce para França e Grã-Bretanha que revolucionaram o organograma dos seus departamentos de guerra passando a denominar-se departamento de defesa e depois de segurança, catapultando a estratégia de recrutamento de modos a agregar civis e militares para a segunda guerra mundial (Silva et al., 2019).

1.5.2. Conceito de Segurança

O renomado psicólogo americano do Séc. XX, Abraham Maslow alude em sua pirâmide que segurança é uma das necessidades básicas do ser humano, desta forma,

Oliveira (2006), a segurança é “um bem público que deve ser coproduzido pelo conjunto dos atores sociais” (p.53 e 54).

O termo segurança provém do “étimo latino *securitate*, a segurança define-se como o estado de tranquilidade resultante da ausência de perigo ou, pelo menos, da percepção real de risco” (Clemente, 2010, p.155).

A constituição da república portuguesa (Adiante CRP) alude que a segurança é um direito fundamental e, é função do estado assegurá-la⁹, no mesmo sentido, a norma constitucional

⁹ Artigos 27.º e 273, CRP.

Angolana, defendem ser função do Estado a segurança¹⁰ das populações para a bom convívio social bem como para o desenvolvimento da coletividade. O Estado por sua vez, dentro do seu modelo de organização comunga a implementação pragmática da manutenção desta, com o conjunto dos seus órgãos de segurança e dentre eles a polícia é parte fundamental.

A reserva constitucional na definição de segurança, releva a necessidade de proteção do bem maior a vida e o detentor desta e criação de um ambiente puro de convívio social.

Assim sendo, o Estado detém o dever de velar pela salvaguarda da integridade moral e física de todos os cidadãos em território nacional, logo “a segurança define-se como um eixo estratégico na redefinição do papel do Estado na atualidade e deve ser colocada como uma das prioridades em termos de intervenção políticas” (Correia, p. 102, 2018).

Neste sentido é importante salientar, que o desenvolvimento socioeconômico de qualquer sociedade depende do sistema de segurança que impera sobre este, dando a possibilidade dos mesmos poderem livremente desenvolver suas atividades.

O que quer dizer que o Estado/governo, deve prover políticas e estratégias para manutenção da segurança dos seus cidadãos como garante da defesa da sua integridade e dos seus direitos fundamentais e criação de uma atmosfera de salubridade pública, é nesta linha que o insigne professor Pedro Clemente define segurança como a “primeira liberdade cívica da república, cujo domínio constitucional remete para exercício tranquilo de direitos pessoais” (Clemente, 2015, p.34).

Num outro conceito mais agregador e menos reducionista da qual perfilhamos apesar das dicotomias por ser mais agregador de um rol de elementos que carecem de proteção dentre esta a manutenção da legalidade democrática, é o apresentado por Vítor Ângelo citado por Júnior (2022) que define como:

A capacidade sistêmica de proteção dos cidadãos, incluindo os seus direitos e liberdades, bem como a integridade do território, dos nossos interesses vitais, das instituições democráticas e da nossa posição

¹⁰ Artigos 11.º, 21.º, e 202, CRA bem como a Lei n.º 12/02, de 16 de agosto, Lei de Segurança Nacional nos termos do Art.º 1.º e 12.º da referida lei que é a atividade do Estado que garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade pública.

estratégica na comunidade das nações. Compreende os seguintes setores: político e social, económico, militar, cultural, científico e tecnológico, saúde, política externa, ambiente, segurança interna e militar (Júnior et al, 2022, p.34).

O conceito de segurança apresentado traduz a ideia de que de ordem social que se estende em toda sua área de aplicabilidade comunicando em entrelinhas as comunidades um senso de vida tranquila proporcionada por um conjunto de ações devidamente coordenada e pragmática que resulta num sentido de paz e harmonia, dando a possibilidades das próprias comunidades gozarem de outros direitos, o que pressupõem ser um direito principal de todos outros direitos.

Contrariamente, a insegurança consubstancia-se em uma multiplicação das desordens que decorre da própria sociedade e nas instituições colocando em risco o seguimento de outros direitos e deveres fundamentais e os princípios fundadores da nação. A insegurança caracteriza-se por objetiva, que se desenvolve num plano material sob forma de crimes real e a ressentida que ocorre em forma de sensação psicológica através do sentimento de medo pessoal (Inácio, 2010).

1.5.3. Segurança pública e ordem pública

O estudo sobre a segurança pública nos leva a um estudo sobre a base garantística de direitos fundamentais, ou seja é um direito desbravador de impedimentos e facilitador de um mar livre para que outros direitos sigam sem qualquer embargos e ao estado e a sociedade cabe este importante dever.

A “segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do património” (Clemente, 2010, p.156), neste sentido, Neto (1988), citado por Filocre (2009) refere que “a segurança pública é o conjunto de estruturas e funções que deverão produzir atos e processos capazes de afastar ou eliminar riscos contra a ordem pública” (p.58).

Entendendo o conceito de segurança, a mesma pode ser aplicada em diversas vertentes e neste sentido, segundo Miranda e Lima (2008), possui dois enfoques, como objetivo que abarca o conjunto de forças e meios, infraestruturas e normas positivadas (penais e administrativas) bem como o teatro tático operacional tendentes a criar um ambiente securitário

e o subjetivo que refere-se ao *know-how* filosófico e estudos sobre a temática (Miranda e Lima, 2008).

A segurança pública na análise que nos propusemos a fazer, é parte de um sistema estratégico de convívio social, bem como de resolução de problemas para manutenção da ordem nas populações, o que de certa forma funciona como garante da ordem.

Neste prisma entendemos que a ordem pública “constitui o objeto da polícia administrativa” (Clemente, 2015, p.72), ou, um sistema de contubérnio coletivo. Nestes termos entende-se assim que a a policia adminstrativa tem como não principal a manutenção da segurança, a tranquilidade, o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, e o funcionamento adequado das instituições sociais, políticas e econômicas, visando garantir que não haja perturbações ou distúrbios que possam afetar a convivência pacífica entre os indivíduos. Diferentemente da polícia judiciária, que investiga e pune crimes, a polícia administrativa age de forma proativa para preservar a ordem social.

A ordem é definida de forma negativa e positiva, sendo negativamente segundo Clemente, “*l'état d'équilibre po-litique, économique et social du pays et de stabilité intérieure de l'Etat, dans le cadre légalement établi et (qui) est le résultant de l'exercice des libertés individuelles, conforme aux exigences de l'intérêt général de la communauté, selon les directives des autorités administratives*” (Clemente, 2015, p.73) e posiativamente “*l'absence de tout trouble matériel ou moral provenant soit d'une conduit privée dommageable aux intérêt de la collectivité, soit de l'accomplissement irrégulier de certaines activités de service public, soit de la dégradation du domaine public¹¹*” (Clemente, 2015, p.73-74).

A estruturação familiar e o meio social onde indivíduo se encontra inserido têm grande influência na manutenção da ordem, e são, desde já, a base elementar do estudo da teoria do controlo social, e o estudo analítico sobre ordem pública, nos remete a ideia de um estado de estabilidade contrariamente ao de anomia social.

Quando falamos em ordem pública, a narrativa recai num estado oposto à desordem, mas antes de aludirmos aos diferentes conceitos, devemos perceber que a mesma não se esgota

¹¹ A ausência de qualquer desordem objetiva ou subjetiva resultante de atos lesivos aos interesses da maioria, quer do exercício irregular de determinadas atividades de serviço público, quer da degradação do domínio público Clemente citando Circulaire ministérielle(belge) relative au maintien de l'ordre, de 10/121987, apud Valkener, Christian de le detroit de police – la Loi, l'Institution et la société. Op.cit. (Nossa tradução).

apenas as regras de convivência social, pois porque nos Estados democráticos e de direitos, a ordem pública está inelutavelmente ligada ao garante do valor supremo da democracia, a proteção da dignidade da pessoa humana, assegurar a liberdade dos cidadãos através dos princípios constitucionais.

Oliveira (2006) discorre numa perspectiva normativo-legal, onde a ordem pública se traduz nos limites principiológicos constitucional de ordem normativa, ou seja a criação e a emanção legal devem definir os limites que visam assegurar e garantir a ordem e tranquilidade pública.

Vale sublinhar que em nossos entender, a atividade de segurança pública visa a manutenção da ordem pública, através da segurança dos cidadãos, suas propriedades, garantia da observância das leis de modo geral e o normal funcionamento das instituições público e privada. Desordem

1.6. Modelos de polícia

A atividade policial é adequável a modernidade e a espinhosa atividade sofre sempre várias mutações em função da sociedade à medida que estas desenvolvem de modos a que consigam consolidar estratégias diretas que visam proporcionar um ambiente de salubridade pública através da prevenção de crimes, nesta perspectiva devem adotar uma série de medidas baseadas em modelos doutrinários científicos de polícia para eficácia das suas ações. O contexto como sempre tem sido um dos fatores que exige muitas das vezes as polícias se reinventarem para fazer face a dinâmica dos fenômenos criminológicos

Existem vários modelos de polícia, mas em nossa dissertação iremos abordar algumas que pelo seu formato característico carecem de uma análise (mesmo que sucinta) por formas a podermos criar um campo de estudo abrangente e que convida a discussão doutrinária.

O que se pretende quando se analisa os modelos de policiamento, esta subjacente a precaridade dos atos de polícia e a obrigatoriedade de uma força eficiente nos mais variados conceitos e abordagem e que transmita aos prestados confiança e um serviço de qualidade.

Apegando-se na conceptualização de adequação dos serviços de polícia num modelo que ofereça qualidade, Inácio (2010) alude:

Os modelos são construções simbólicas e simplificadas da realidade complexa. Não existem modelos ideais de polícia, não existe apenas um modelo, cada país adota o seu sistema, tendo em

conta a sua respetiva história, a sua tradição, a sua cultura, a sua estrutura política e territorial do Estado e as próprias peculiaridades do cidadão” (Inácio, 2010, p. 22,).

Este ângulo deixa claro que a assunção de um determinado modelo de polícia tem muito a ver com a realidade de cada sociedade, considerando os seus problemas e as necessidades. Vale dizer que os modelos são analisados e implementados faces a tipologia do ambiente criminal e os resultados que estes podem ter em função dos fenómenos criminais identificados.

Elias (2022) alude que se “designa por modelo de policiamento pós-moderno o desenvolvido na atualidade, numa fase em que existe a perceção de ameaças e riscos com potencial perturbador ou destruidor dos Estados de direito democrático e da qualidade de vida nessas sociedades” (p. 120).

A análise que nos referimos, é extensivo a seleção do tipo de policiamento que se adegue aos problemas do nosso caso de estudo, nesta perspetiva, os modelos de polícia possuem uma característica própria para fazer face a uma problemática em si, logo, tem de se avaliar “(...) meticulosamente, os fatores de risco previamente identificados para decidir, em cada momento, pela opção mais vantajosa, o que pressupõe que a inteligência policial possa reproduzir e antever a situação, com a melhor definição e qualidade possível” (Felgueiras, 2017, p.6) ” para atingir o resultado que pretendido.

1.6.1. Policiamento de proximidade

Muito se tem discutido sobre a gênese do policiamento de proximidade (adiante PP) o que de certa forma não existe consenso doutrinário, mas ainda assim a foram pioneiros os EUA, Inglaterra, França e Holanda.

Mas foi Inglaterra e no século XIX, Sir Robert Peel que em 1829, desenvolveu reformas no sistema de polícia Britânico a mais sonante e revolucionária constituição da *Metropolitan Police Force* e da *Scotland Yard*, que se deu início a um modelo de policiamento hodierno (Lisboa & Teixeira, 2015).

O estadista determinou uma série de princípios que delineavam os requisitos éticos para a eficácia do sistema policial, definindo como principal objetivo a prevenção do crime e afirmando que a eficácia da ação policial não deve ser medida pelo número de detenções mas pela ausência de crimes (Lisboa & Teixeira, 2015).

Sir Robert Peel com a máxima a “*Polícia é o público e o público é a Polícia*”, conseguiu convencer o parlamento Britânico a criar a polícia metropolitana na capital e a polícia ganhou um modelo de policiamento mais próximo dos cidadãos estando ao serviço das comunidades e não prioritariamente servir os interesses do Estado em especial (Elias, 2022).

As características do policiamento de proximidade apresentam a dimensão da eficácia da sua implementação face aos fenómenos da criminalidade e restituição da confiança na relação polícia-cidadão, sendo estes dois como o centro de estudo da problemática e os vetores de resolução da mesma.

A atividade de polícia é caracterizada pela segurança e ou guarda das populações, logo ele acaba sendo um prestador de serviços de segurança as sociedades, dedicando suas estratégias aos grupos sócias mais vulneráveis e aos fenômenos geradores de insegurança. Neste contexto, deve existir uma relação de proximidade entre estes dois sujeitos, daí que se fala em policiamento de proximidade, para tal, baseando-se na celebre maxima de Robert Peel: a polícia só se pode aproximar se conhecer, não se consegue policiar aquilo a que se é demasiado estranho destacando aqui a importância do conhecimento, da integração e da proximidade no trabalho policial que para ser eficaz, a polícia precisa estar familiarizada com a realidade da comunidade que serve e construir um relacionamento baseado na confiança e no entendimento mútuo de modos que a polícia seja vista como parceiro da comunidade, comprometida com a prevenção de crimes e a manutenção da ordem pública de maneira colaborativa e respeitosa..

O Policiamento de Proximidade é uma filosofia de trabalho ou de administração e gestão de prevenção policial levada a cabo junto as comunidade enquanto elo primário de busca de informação com fito de dar resposta as variáveis criminais levantadas através de mecanismo combinados (Inácio, 2010).

Elias (2022) citando (Cordner, 2014, p. 154) define o policiamento de proximidade “como uma filosofia ou estratégias organizacionais que promovem o uso sistemático de parcerias e técnicas de resolução de problemas para fazer face de forma proactiva as questões de segurança pública, como criminalidade, as incivilidades e o sentimento de insegurança”, deixando claro aqui que funciona como um plano de intervenção relacional entre dois entes que se relacionam mutuamente nas comunidades. Ao olharmos para os conceitos supra, fica delineado nas suas distintas conceções, que o elemento fundamental do PP é lidar com a criminalidade de forma antecipada de modos a preveni-los e aumentar do sentimento de segurança, bem como proporcionar maior satisfação com o serviço da polícia.

O policiamento de proximidade na sua essência segundo o que conseguimos enquanto modelo de polícia, funciona como estratégia de ou filosofia de labor policial tendente a resolução dos problemas criminais que afetam uma determinada sociedade, através de uma inter-relação entre polícia e cidadão.

1.6.2. Policiamento reativo e preventivo¹²

O modelo de policiamento reativo, se desencadeia após o conhecimento da ocorrência da ação criminal, com vista a dar resposta para fazer cessar a incidente e conter os danos, socorro das vítimas, detenção dos autores, envolvimento de outras entidades, mas também a investigação criminal, tratamento estatístico, análise e tratamento em termos de informações e inteligência, etc. (Rodrigues, 2019).

É característico das polícias administrativas e de judiciária, porquanto a ocorrência criminal mobiliza destes o desencadeamento de medidas tendentes a repor a ordem social, através da coação e prevenção. Tais medidas devidamente concertadas e analisadas com base a um plano estratégico direcionado ao problema, deverá atuar sobre a fonte primária do enigma não ignorando os pressupostos da sua atuação.

O policiamento preventivo consiste em todas as ações, que levadas a cabo são suscetíveis de evitar elemento que visem gerar sentimento de insegurança desde que as mesmas tenham a participação efetiva da comunidade. Integra o policiamento orientado para a resolução dos problemas (POP) e constitui a essência do Policiamento Comunitário (Rodrigues, 2019).

1.6.3. Policiamento orientado pelas informações

O policiamento orientado pelas informações (mais adiante POI) é um modelo ou filosofia de gestão policial que se materializa através de um processo de decisão baseado na análise de informação criminal para reduzir a delinquência e os problemas que afetam a comunidade (Elias, 2022).

Neste contexto, Ratcliffe (2008, p. 6) “coloca ênfase significativa na análise de dados e de informações como o componente central do pensamento estratégico da polícia”.

¹² Policiamento é como uma atividade institucionalmente enquadrada, baseada em patrulhas regulares e firmada como prática secularmente integrada nas cidades. É conduzido por agentes orientados para vigiar e agir sobre quem e o que se passa nos espaços públicos (Durão, 2006, p.131).

Estabelecendo assim a ideia fundamental que as informações constituem um elemento principal da atuação policial visto que a mesma se reveste de indicadores e guias para sua ação.

Normalmente, este tipo de policiamento é baseado em registros anteriores, pesquisas e outras informações recolhidas, através de canais técnicos, processa e analisa essas informações visando orientar as ações policiais no sentido de prevenir as ocorrências e reduzir as ameaças. É muito usado na investigação de grupos criminais organizados ou transnacionais e recorre também à tecnologia para mapeamento de redes sociais, análise de chamadas telefônicas, rastreamento de transações financeiras eletrônicas, rastreio de movimento de pessoas através do sistema de companhias aéreas, vigilância por vídeo ligada ao reconhecimento facial, leitores de placas de veículos (Rodrigues, 2019).

Este modelo de policiamento faz uma correlação com o policiamento de proximidade, visto que o seu pendor básico é a busca e recolha de informações de carácter delituoso e capaz de comprometer a paz social, e o policiamento de proximidade se funda na aproximação com os cidadãos, vivendo com estes e perceber a evolução dos fenómenos criminais.

A informação é o elemento essencial para eficácia da atividade policial, é o produto de direção da ação de patrulhamento e proximidade é a ferramenta que propicia a obtenção de informação. Este policiamento além de facilitar a investigação é também o bastião da prevenção criminalidade através da identificação dos padrões criminais, locais e período de maior incidência para sua implementação de medidas de polícia de modos a antecipar ocorrências (Clemente, 2010).

1.6.4. Policiamento orientado ao problema

O policiamento orientado ao problema (adiante POP) instituído em 1979 por Goldstein é caracterizado pela sua eficácia na prevenção e antecipação de ocorrências criminais através da identificação atempada dos problemas. Esta tendência filosófica de adaptação de atos policiais tem como suporte o estudo dos elementos produtores o tendencialmente catalisadores de instabilidade social e seleção de forma prioritária através da ameaça, e riscos maiores para proactivamente se dirigem ações de mitigação ou estancamentos criminais (Lucas, 2021).

O trabalho de polícia é essencialmente a prevenção, para tal a referida atividade é baseada na identificação de problemas e desfazê-los. Esta abordagem submete os problemas resultantes da investigação, recolha e busca de informação que atraiam atenção normalmente os de maior relevância em termos de frequência ou impacto, por parte da polícia que devem merecer um grande empenhamento de esforços de modos a por cobro (Rodrigues, 2019).

Pelo seu caráter preventivo análogo ao POI, o POP tem uma perspectiva mais alargada, porquanto a sua abordagem estende-se a estudo e tratamento de dados para identificação dos problemas, bem como o tipo de estratégia que se ajusta a problema, ou seja “implica compromisso para implementar uma nova estratégia e avaliar rigorosamente a sua efetividade, os resultados poderão beneficiar outras Polícias considerando o conhecimento produzido, o que conduz a maior profissionalização da Polícia” (Goldstein & Winners, 2001, p. 2, apud Rodrigues, 2019).

Para eficácia do estudo do problema, este policiamento é apoiado a uma metodologia qualitativa, denominado modelo SARA (acrónimo de *Scanning/ Situação, Analysis/ Análise, Response/Resposta, Assessment/ Avaliação*) está associado ao POP (problem-oriented policing “POP”) e “trata-se de um processo faseado e estruturado, caracterizado por ajustamentos constantes, destinado à resolução de problemas relativos ao crime e insegurança definição de “problema”. O método em causa, comporta quatro etapas para análise dos problemas, para uma melhor avaliação do risco criminal ” (Fernandes, 2022, p.149-150). A metodologia SARA é um processo de resolução dos problemas que consiste no estudo dos fenómenos criminais através da aplicação de quatro etapas.

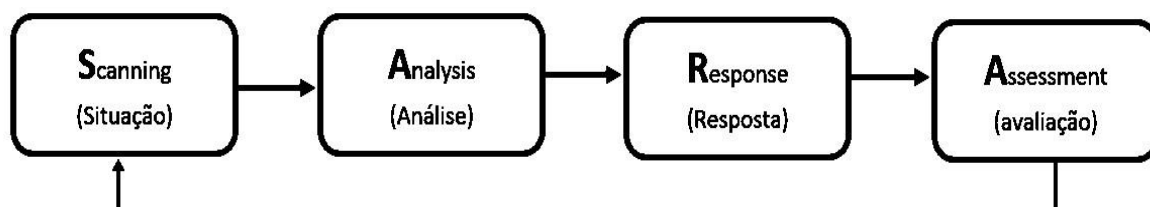


Figura 4-Modelo SARA.
Fonte: Fernandes, 2022.

No POP o que existe um conjunto de incidentes que se vão repetindo de forma cíclica e que as comunidades não têm competência técnica para fazer este diagnóstico e arranjar soluções para estes problemas; nós (Polícia) temos esse conhecimento e vamos ajudar a comunidade envolvendo outras estruturas, que não-de resolver o problema a montante. (PNA, 2019).

Na primeira fase no caso situação, fica subjacente o estudo técnico e tácticooperativo de modos a identificar o problema ou descrição dos incidentes criminais ou a estatística (que crimes, quem são os suspeitos, e as vítimas, quais as suas consequências, onde e quando e como ocorre o crime). Segue-se a análise que se objetiva em identificar as causas, condições ou fatores ou seja os móveis criminais (Fernandes, 2022).

Para uma melhor análise e fazendo recurso a teoria das atividades rotineiras, recorreremos ao triângulo do crime, sobre tudo, (meliante motivado, alvo adequado e ambiente favorável), temos aqui constituído os padrões de acordo com a distribuição das oportunidades criminais (teoria dos padrões criminais) e depois temos exposição de bens que podem ser facilmente roubados, obedecendo assim custo-benefício para atingir um objetivo específico (teoria da escolha racional), é possível se verificar a vitimização direta e indireta da população, ou seja, nesse caso pessoas que foram vítimas ou possuem informações ou através dos órgãos de comunicação, sobre casos de violência que envolvem pessoas próximas ou a sua comunidade (Fernandes, 2022).

A fase da resposta nos remete a um estudo de potenciais soluções em função dos problemas analisados e sua consequente mitigação ou mesmo remoção tendo dada a disponibilidade recursos e segue-se por fim a avaliação, que se consubstancia na implementação de um plano que avalia o impacto de cada solução proposta, se os efeitos esperados produzirão efeitos desejados. (Fernandes, 2022).

1.6.5. Policiamento de proximidade vs. Policiamento comunitário

Muito se tem dito e debatido ao longo dos anos sobre a distinção entre o policiamento de proximidade e policiamento comunitário (PC). A doutrina das ciências policiais elenca por sua vez traços característicos de cada um deles e que acabam sendo elementos distintivos destes apesar da sua similitude, apesar de ambos serem filosofias ou estratégias organizacionais, que concorrem para segurança pública e possuírem duas componentes elementares que são a inter-relação através das parcerias com as comunidades e resolução de problemas.

Kappeler (2015) citado por Rodrigues (2019) alude que parcerias comunitárias são a envolvimento e interação da polícia com a comunidade para a resolução dos problemas sociais de forma cooperativa, por outro lado, a resolução de problemas é onde os polícias comunitários tentam lidar com as condições que causam o crime, a insegurança e afetam negativamente a qualidade de vida de uma comunidade.

No “ PC a população toma parte ativa da atividade de policiamento propriamente dita e detém essa responsabilidade. Existe uma espécie de partilha de poder entre a polícia e as comunidades para que estas últimas tenham capacidade de gerir os seus problemas” (Correia, 2018, p. 89,), no PP, a polícia detém a responsabilidade (CIPNE- 2019). Entende-se aqui, no

policiamento comunitário diferente do de proximidade, a comunidade atua como ente principal e decisor do futuro da ação policial e com os detentores destes crimes.

No PC, o elemento da anuência e unanimidade entre os dois entes -Polícia e a comunidade- (*policing by consent*), fica sempre subjacente na fase de tomada de decisão. Contrariamente o PP, de proximidade que funciona como emanção do estado, partindo do topo para base, o PC surge da base para o topo, tendo nesta esteira o pico da resolução dos problemas detetados em conjunto com a polícia. “É implementado de baixo para cima” Elias (2022, pp. 128). Elias acrescenta que o PC agrega a polícia autonomia e responsabilidade é dividida entre ambos, caindo por terra a ideia de que a segurança é responsabilidade exclusiva do estado (Elias, 2018).

Já no PP os programas ou projetos têm, muitas vezes, âmbito nacional e são desenvolvidos nos gabinetes governamentais, assumindo um caráter centralizado, diretivo e pugnando pela operacionalização de programas de prevenção de âmbito nacional ou temático (ex. violência doméstica, delinquência juvenil, segurança nas escolas, apoio aos idosos) (Elias, 2022), ou seja, PP “funda-se na territorialização e no partenariado ativo, com diversos atores locais, e na responsabilização dos funcionários policiais pela execução da missão atribuída sobre o território abrangido, a par da prestação de contas à população, no que tange à eficácia da ação policial contra a insegurança percebida quotidianamente (Clemente, 2010, p.163).

A análise supra submete-nos a compreensão que os traços que distinguem um modelo do outro apesar de serem siameses esta virado na tomada de decisão para obtenção do resultado e após o resulta. Ora vejamos, no policiamento comunitário a comunidade giza estratégias e em conjunto com a polícia aplicam e os seus resultados são novamente analisados na comunidade, a par que o policiamento de proximidade ele enquanto estratégia e gizada pelo polícia e implementada para o bem da comunidade, ou seja é de fato uma emanção do Estado para as comunidades.

CAPÍTULO 2 – DA DIMENSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

“A construção de políticas de segurança urbana tem de partir de uma visão estratégica, desmultiplicada em objetivos operacionais, e assentar numa cultura de gestão de resultados, por parte dos atores envolvidos na execução” (Clemente, 2010, p.148).

2.1. Conceitos gerais e pensamento político

Antes de abordarmos a questão fulcral do nosso capítulo vale percebermos a princípio o que é política, aliás, é quase que vago falar de políticas públicas sem antes desenvolvermos a temática de política numa visão na gênese do pensamento político com particular incidência na antiguidade clássica, idade média e moderna.

O termo política provem do Grego, *polis* (cidade), referindo-se à vida na *polis*,

(*politikós*), dita doutra forma e recorrendo a celebre frase de Aristóteles, “o homem é um animal político, porque nenhum ser humano vive sozinho e todos precisam da companhia dos outros”, numa conceção filosófica, estabelecendo elementos de organização da vida em grupo obedecendo às regras destes na prossecução do interesse comum (Borba, 2014).

O termo política da antiguidade trazia na sua objeção um conjunto de elementos intrínsecos desde a económica e social na medida que qualquer grupo social, precisam produzir para continuidade, elevando sobretudo a necessidade de perceber as variações temporais e adaptarem-se as suas necessidades de vida desde os tempos remotos (Borba, 2014).

A análise primaria de política é feito em dois modelos de discussão sendo na conceção metafísica baseada na doutrina individualista onde o indivíduo humano se torna portador de todo mundo moral e o conceito de política é sobre tudo a base normativa imposta na vontade do homem em sociedade e conceção científica baseado no ente da razão onde o ideal e o fato sensível, onde a política é a arte de governar e conduzir os povos e os Estados, sendo que a arte deve ter em consideração as exigências do fato sensível e do ideal de forma paralela (Moncada, 2004).

Subtraindo deste conjunto de ideias, atos direcionados e ou intencionais legalmente produzidos e tutelados por uma instituição soberana com a finalidade de prosseguir fins devidamente organizados para o bem de uma determinada comunidade e suas esferas sociais, assim a política acarreta consigo uma série de atos vinculativos de ordenação e administração (Bobbio et, al, 1983).

Este por sua vez, parte do poder enquanto aptidão de mandar e a capacidade de se fazer obedecer, e o que distingue governantes de governados, onde os elementos essenciais, pelo qual, um não poderá existir sem o outro que são a faculdade de mandar (faculdade de dar ordens) e capacidade de se fazer obedecer (capacidade de conseguir que as ordens sejam acatadas), tende este sua origem na monarquia que para eles era o poder detido por um só homem e aristocracia, o poder detido por um pequeno grupo de indivíduos ao passo que a república: poder detido pelo povo (Amaral, 2010).

Platão e Aristóteles evoluíram o pensamento político que gravitou em torno dos conceitos sobre a história do pensamento político, com denominações incomuns de democracia, oligarquia, plutocracia e tirania, fazendo destes o marco do vocábulo político.

Com o passar do tempo, ocorreram varias transformações etimológicas e semânticas em função das constantes busca pelo real sentido, definido assim de forma inicial a política como uma verdadeira "filosofia do homem" e das "coisas humanas" até a modernidade política, definindo mesmo o homem como animal político (Amaral, 2010).

Para Cícero numa perspectiva comparatística aborda virtude como a fé, conferindolhe obras. Assumindo que a virtude quando não aplicada é vã e no mesmo prisma traz também aos palcos da comparação entre o político e o filósofo. Pois para este autor o político tem mais importância na vida que o filósofo, sendo que este último tem uma abrangência de influência muito diminuta e os seus mecanismos de persuasão são finitos ao passo que o político possui mecanismos infinitos de persuasão, desde as leis que cria ao do poder que frui atrai uma imensidão populacional (Amaral, 2010).

A ideia de política para Platão nos remete a sociedade como um projeto e o embrião político, que defende um modelo de sociedade ideal onde os bens e família são a origem de todos os males. (Amaral, 2010).

Já na idade média, Santo Agostinho, aborda o pensamento político baseado nas duas cidades, sendo, onde os homens justos buscam o espírito e vivem segundo vontade de Deus (cidade celeste) e na cidade onde os homens têm características carnavais e vivem segundo os prazeres destes (cidade Terrena) (Amaral, 2010).

A atividade política possui atores que trabalham com as mesmas através de pautas de inclusões de ações de interesses locais de gestão governativa formadas em espécie das pautas prioritárias que serão objetos de decisão políticas e estas são denominadas por agendas.

A agenda Segundo Kingdon, is the list of subjects or problems to which governmental officials, and people outside of government closely associated with those officials, are paying some serious attention at any given time (Kingdon, 2003, p.3).

Entende-se de um modo geral que a agenda funciona como listagens de um conjunto de dados consideradas prioritárias estabelecidas inicialmente pelos decisores políticos influenciados pelas suas estratégias analíticas e pelos governados das quais devem dedicar sua atenção durante a sua dinâmica política governativa. Na agenda política devem constar as necessidades das comunidades, os problemas, os meios e infraestruturas necessárias para alcançar a resolução destes.

2.2. Políticas Públicas

O conceito de políticas públicas tem levantado várias discussões no seio acadêmico e alguma falta de consenso, mas vale dizer que dentre eles existe alguns pontos comuns na maior parte dos conceitos como conjunto de decisões, atividades e/ou estratégias dos governos e similaridade no fim que se pretende alcançar, sendo a resolução de problemas que afetam uma coletividade ou mesmo redução de assimetrias.

Quando falamos de políticas públicas, entendemos na generalidade como um conjunto de ações viradas a resolução de um problema detetado para o bem de uma determinada população, ou seja, parte sempre da constatação de um problema de domínio público e os esforços para sua resolução desencadeiam em políticas públicas.

Num conceito mais agregador sobre políticas públicas, para Howlett, et al (2009): É um fenômeno complexo que consiste em inúmeras decisões tomadas por muitos indivíduos e organizações no interior do próprio governo e que essas decisões são influenciadas por outros atores que operam interna e externamente no estado. Observa-se que esses atores operam e de acordo com as ideias que eles sustentam; essas forças também

afetam as políticas e as decisões relacionadas nas interações anteriores dos processos do policy – making (Howlett, et al 2009, p.13).

As políticas públicas integram uma multidisciplinaridade de atos, desde educação, saúde, justiça, segurança social, emprego, cultura, deporte, inclusão social, desenvolvimento rural, habitação, cidadania e outros funcionam como um vetor de resolução dos problemas que apoquentam as comunidades em geral, logo, elas têm seu principado no Estado e virado aos males que afetam a sociedade.

Para Miranda e Lima (2008), as políticas públicas são “a tomada de posição do Estado diante das demandas da sociedade, ligadas a ações voltadas à segurança, à educação, à geração de emprego e renda, à saúde, à regulação da economia, ao uso dos recursos naturais, à seguridade social e a outros aspetos da vida em sociedade” (p. 546).

Enquanto para Ribeiro & Bembe, as políticas públicas “podem ser consideradas o produto de uma decisão ou rede de decisões, de uma ação ou inação consciente das autoridades governativas, mas que também envolve outros atores, num determinado contexto de complexidades”, (Ribeiro & Bembe, 2019, p.21).

As políticas públicas emanam da necessidade de resolução de problemas constatados e atuam em diferentes sectores como, educação, saúde, transportes segurança e etc., que segundo Monteiro (2022), citando Hofling (2001) “São ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (Monteiro, 2022, p.9).

De um modo geral os conceitos destes diferente cientistas políticos-filosóficos e que a todos os meritórios nos levam a crer que as constatações de problemas com padrões públicos de um soberano governo, identificados, pré-estabelecidos, formulados e delineados em pautas políticas, a necessidade de resolução destes através de estratégias guiadas ou ordenação sistemática com formulações políticas e intenção de se pôr fim a estes problemas de alguns segmentos da sociedades assimétricos, com o fito de reduzir ou atenuar o impacto dos problemas ou até mesmo regular as assimetrias e proporcionar o bem-estar social, constituem elementos basilares e suficientes para se considerar que estamos diante de políticas públicas no seu todo.

2.2.1. Tipo de políticas públicas

A dimensão das políticas públicas apresenta uma estrutura própria que vai guiar a os resultados que se pretende, o que é orientado pelo tipo de política, deste modo eles assumem vários formatos, que segundo Costa (2022) são:

Políticas distributivas: São as que possuem objetivos pontuais relacionados ao oferecimento de serviços do estado e equipamentos por isso o financiamento é feito pela sociedade por meio de um orçamento público que beneficia grupos pequenos ou indivíduos de distintas camadas sociais (Costa, 2022, p.17). Estas políticas são caracterizadas, por um modelo de baixo custo. Assim sendo a intervenção das políticas distributivas não são onerosas apesar de oferecer vantagens aparentes (Pedroso, 2012), ou seja elas são “centradas na criação de regras de funcionamento, regulando as relações entre diferentes partes e agentes, grupos e setores da sociedade” (Rodrigues, 2019, p.23).

Numa escala de governação, as políticas distributivas funcionam como elo de alavancamento das ações destes atores uma vez que a medida que são selecionados os problemas pontuais, a resolução implica necessariamente um comportamento de quem governa mais proativo para sua resolução, através da alocação direta de recursos necessários para o exercício cabal.

Políticas constitutivas são as que ditam as “regras do jogo”. Determinam os sujeitos de atuação e o período da criação até a aplicação das políticas, distribuindo competências através de um quadro normativo as modalidades de participação da população (Costa, 2022). Esta tipologia tem a função de mediar a relação da ação de cada uma delas de modos a manter o equilíbrio generalizado, criando por sua vez as conjunturas sob as quais vêm sendo negociadas todas outras.

Quanto as políticas regulatórias, também conhecidas como regulamentares, são atinentes a um conjunto de normas positivas instituídas com o fito de fiscalizar as atividades políticas para o garante do bem bem-comum. Agem como o poder legislativo dando cunho jurídico de regulação através do ordenamento jurídico para o bom funcionamento dos Serviços Públicos. Eles no geral estabelecem balizas aos atos governamentais e principiológicos, em entrelinhas

padroniza as ações dos sujeitos políticos para que as destrições das agendas se efetivem na integra.

Já as políticas redistributivas, como o próprio nome diz, incide-se na redistribuição do financiamento através do resultado reavaliação assumindo as insuficiências de recursos. “Aqui os responsáveis por financiar a classes menores, os beneficiários, é a classe mais alta da sociedade; políticas específicas são aquelas ações permanentes que se dirigem ao atendimento das necessidades próprias e específicas de diversos grupos da população” (Costa, 2022, p.5-6).



Figura 5-Fluxograma das políticas.
Fonte: (o autor).

2.2.2. Ciclo e análise das políticas públicas

Como em qualquer organização, seus atos obedecem uma serie de regras ou procedimentos ou planeamentos em forma de ferramentas técnicas cíclicas orientadores e conducentes a um determinado fim, devidamente Esboçados ou esquematizado em diferentes estágios numa perspetiva de sequencial. “Esta simplificação tem origem nos primeiros trabalhos sobre análise da política publica e entretanto recebeu tratamento distinto nas mãos de diferentes autores” (Howlett, et al, 2009, p.14).

Um dos primeiros precursores dos ciclos políticos foi Harold Lasswell (1956), o fundador das *policy sciences* (Leite e Papi, 2020). Estes ciclos cadenciados, faseados e pragmáticos visam a materialização de esforços com intuito de providenciar melhores resultados no processo de governar.

A abordagem dos ciclos políticos¹³ ou ciclos das políticas públicas tem uma vertente de delineamento de agenda denominada *agenda setting*, traduzindo e selecionando e filtrando por sua vez as referências e escusar os supérfluos através do capítulo decisório (Souza, 2002).

A doutrina quanto ao conceito de ciclos de políticas públicas é divergente apesar da elasticidade da abordagem, mas todos convergem na medida que ele não deixa de ser um processo com fases diferentes, assim sendo para melhor compressão apresentaremos dois conceitos de Howllet, que antedemos ser contemporâneo e se aplica nos dias de hoje na elaboração de políticas públicas.

O “ciclo é um processo sociopolítico que envolve estágios sucessivos, começando com articulação dos problemas públicos ate a adoção e a implementação de soluções esperadas para os problemas” (Howlett, et al, 2009, p.5). O ciclo sequencial de forma coordenada e cadenciada que tem o fundamento nos problemas constados pela sociedade política, o estudo dos problemas na generalidade são as principais caraterísticas de um ciclo político com a principal função de resolver os problemas gerais pelo governo.

Como já o dissemos, apesar de serem similares os conceitos, algumas nótulas divergem sendo que numa perspetiva, ela tem um pendor sociopolítico e no outro é mais virado a agregação de dados para as políticas públicas, o que de certa forma incita a necessidade do seu objetivo.

Sendo o ciclo de político uma das abordagens mais populares na investigação das políticas, as suas fases funciona contemporaneamente na delimitação da formação da agenda, formulação das alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação (Leite, & Papi, 2020).

A criação da agenda deve previamente avaliar os problemas e canalizar os meios necessários aos lacunas definidas olhando ao que é prioritário através da perceção dos problemas e agenda-los, aqui avalia-se o custo-benefício através dos recursos disponíveis para serem esboçados e alocados, seguido da formulação da política que se consubstancia na formulação das alternativas (Ribeiro e Bembe, 2019).

¹³ Um dos primeiros precursores dos ciclos políticos, foi Harold Lasswell (1956), considerado o fundador das *policy sciences*, como uma orientação explicitamente focada na rigorosa aplicação das ciências a questões que afetam a governança e o governo com vistas a melhorar a atividade das políticas públicas (Leite & Papi, 2020, p.24).

Neste processo ciclo político observa-se uma fase imprescindível que é a tomada de decisão. Neste quesito, coloca-se em balanças os elementos delineados na agenda com uma visão holística ao problema e decide-se após discussão a medida adequada.

Se a formação da agenda e a mais democrática das etapas, a tomada de decisão e a mais aparente. Não menos importante é a fase, da implementação da política e avaliação. A implementação considerada a seção do pragmatismo político através de todos os elementos planejados enquanto na avaliação, funciona através de um exercício motivado pela dúvida (Howlett, et al, 2009).

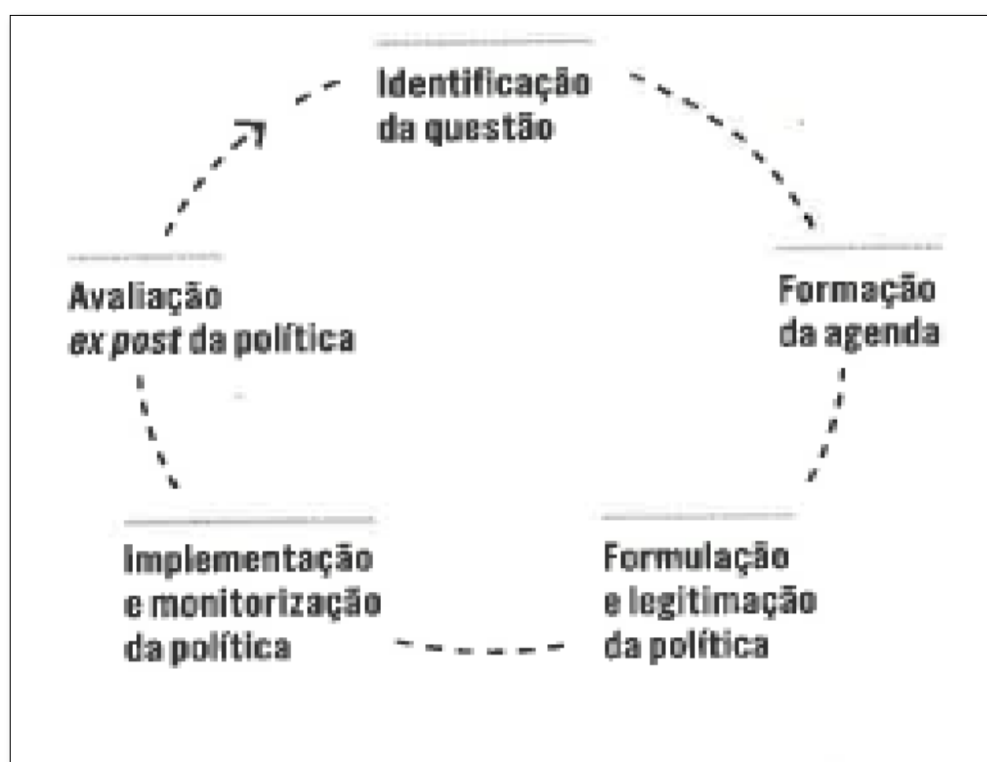


Figura 6-o ciclo de política pública
Fonte: Dye, 2005.

2.2.3. Teoria dos modelos de políticas públicas

Existem muitas teorias para modelação de implementação das políticas públicas, mas em nosso trabalho vamos analisar algumas e as suas insipiências e a que melhor se adequa para o nosso trabalho.

O modelo *garbage can*, também conhecida como a teoria das latas de lixo ou dos caixotes de lixo, de Cohen, March e Olsen (1972), “argumentando que escolhas de políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem em uma “lata de lixo” (Souza, 2002, p.9).

Neste modelo os inúmeros problemas possuem uma grande escassez de soluções na medida em estas não seriam devidamente analisadas pelos decisores ao qual competiria qualquer ato subsequente, relacionando a solução ao problema, “o modelo advoga que soluções procuram por problemas ” (Souza, 2002, p.9).

A teoria da coalizão de defesa de Sabatier e Jenkins-Smith (1993), traz uma visão totalmente contrária ao modelo anterior, pois que ela é baseada na análise subjetiva de mudança para se refletir na prática para dar resposta as necessidades avaliadas.

Defendem ainda o processo de formulação política deve surgir de uma vontade ou crença de mudança, fator este ignorado pelo modelo *garbage can*. Assim, “cada subsistema que integra uma política pública é composto por um número de coalizões de defesa que se distinguem pelos seus valores, crenças e ideias e pelos recursos que dispõem” (Souza, 2002, p.10).

Já no modelo de equilíbrio interrompido, elaborado por Baumgartner e Jones (1993), fundamentado em estudo da biologia e computação (Souza, 2002).

Neste modelo defende-se que as políticas públicas se implementam de forma incrementada e com interrupções lineares. Souza (2002, p.11), alude que “seres humanos têm capacidade limitada de processar informação, daí porque as questões se processam paralelamente e não de forma serial (uma de cada vez) ”.

Neste modelo, também encontra enúmeras insuficiências, sendo que o desenvolvimento resultante das políticas públicas implementadas, possuem várias interrupções e um longo tempo para o retorno das melhorias.

A teoria dos fluxos múltiplos, porque a sua essência esta ligada com a necessidade de o estado poder ter melhor percepção dos problemas da população e encontrar soluções políticas quer seja econômica ou sociais que visem mitigar estes males.

John W. Kingdon desenvolveu em sua descomunal obra literária, *Agendas, Alternatives and Public Policies*, o modelo analítico *Multiple Streams*, para explicar o processo de transformação dos problemas das comunidades para agendas políticas (Araújo e Rodrigues, 2021).

Na sua abordagem ampla, o autor apresenta de forma dividida as famílias de decisões políticas, estando constituída pela comunidade políticas, que é o conjunto de atores de base

funcional desde os deputados membros ativos da administração pública, investigadores, analistas e outros. A família do empreendedores constituído por membros que devem elevar a mediação o processo de agendamento político, a janela de oportunidade política que é sobre a oportunidade que interrelaciona com os três fluxos de variáveis (fluxo dos problemas, fluxos das políticas e fluxo da política) (Araújo e Rodrigues, 2021).

No estudo sobre as decisões políticas John Kingdon procura de forma sucinta explicar que os múltiplos fluxos dependem da perceção dos problemas, detectar e conhecer as soluções que satisfaçam a maioria bem como o estado de qualidade de recurso da governação para fazer face ao problema em si de forma harmónica e equilibrada:

“It is difficult to portray precisely how people in and around government arrive at their notion of where the balance of support and opposition lies. In part, their calculations involve their perception of communication flows. If they hear a lot from one side and not from the other, they assume that the balance lies with the first side. They make this assumption in part because intensity does count for something, and they consider communication to be an index of intensity. In part though, their assessment of the balance turns on their implicit calculation of the various groups' resources” (Kingdon, 2003, p.151).

A harmonia que se refere Kingdon, está em nosso entender e olhar para as políticas de segurança pública (PSP1), virada na participação de diferentes sectores, a participarem ativamente nas questões securitários. Repare as questões de segurança pública sendo um problema da maioria até porque afeta todos e impede a desenvolvimento socio económico bem a fluência de outros direitos constitucionalmente consagrados. Estes primados elencados são fatores que nos levaram a adotar a teoria dos fluxos múltiplos.

2.3. Políticas públicas de segurança vs políticas de segurança pública

O capítulo de estudo sobre as políticas públicas de segurança (PPS) e as políticas de segurança pública (PSP1) apresentamos uma destrição entre ambos para melhor compreensão. A distinção entre estes dois componentes é imprescindível para definição e mapeamento das ações e os limites de cada.

Quando falamos de políticas públicas de segurança, estamos intrinsecamente a nos referir de atos do governo que antecedem a uma avaliação socio criminal que se incidiu as

comunidades e a necessidade de implementação de estratégias vinda deste governo tendentes a resolve-lo. Estas políticas normalmente resultam sempre que se verificarem incapacidade de contenção dos fenómenos criminais por parte dos órgãos com competência direta para o efeito.

É partindo desta análise que Roché (1998, apud Oliveira, 2006, p. 75) define políticas públicas de segurança como o “conjunto de disposições legislativas e regulamentares tomadas para gerir o domínio da segurança, ou programas públicos colocados em ação pelos eleitos locais e nacionais, as administrações isoladamente ou em parcerias com outros atores associativos ou privados (comerciais)” (p. 157-158).

As políticas públicas de segurança enquanto atos governamentais visam o controlo criminalidade e, segundo o criminalista espanhol, Molina (1997): “o controlo do crime não deve ser confundido com o seu extermínio, pois o crime é a outra face da convivência social e acompanha inexoravelmente o ser humano, como qualquer outra estrutura social” (Molina, 1997, p.114). As PPS constituem um avalanche de apoio e cunho legal as estratégias de policia e atuam em forma de norma jurídica, ação estratégica de mitigação dos problemas que afetam as comunidades e instituições.

As políticas de segurança pública resultam de um conjunto de ações que se desencadeiam na resolução dos problemas de segurança, onde o Estado é chamado a intervir, e que muitas das vezes acabam culminando com a restrição de alguns direitos fundamentais resultantes de ocorrências criminais apoquentadoras, tornando a ação das forças de segurança como intervenientes reativos a apara de preventivos. Já nas palavras de Dieu (1999, p. 29-30), citado por Inácio (2010, p.66) as políticas públicas de segurança como:

Conjunto mais ou menos coerente de decisões e medidas tomadas pelas autoridades políticas legítimas, cujo objetivo, expressamente definido, é alcançar, através da mobilização das instituições securitárias de regulação social e, caso necessário, de outras parcerias públicas e privadas (comunidades locais, associações, empresas...), uma resposta efetiva às diversas formas de insegurança induzidas pelo fenómeno delinquente

Numa visão geral as políticas públicas de segurança têm pendor preventivo e reativo na medida que a sua implementação antecede de um estudo generalizado dos diferentes problemas e os mecanismos de atuação que poderão anteceder o retorno destes problemas ou mesmo direciona-los aos problemas identificados tendo em conta a dimensão dos danos que este poderá

causar. Comummente são ajustadas a multidisciplinaridade de situações levantadas do ponto de vista socioeconômico e que o seu resultado é direcionado a segurança e prevenção.

Nas políticas de segurança pública nos referimos às atividades tradicionalmente policiais, ou seja é a estratégia de atuação policial, sendo que as políticas de segurança pública têm fundamento no sistema de ações policiais conducentes resolução de problemas criminais e reposição do sentimento de segurança através de mecanismos que protejam os direitos fundamentais e a promoção da cidadania (Lopes 2014).

Ana Sofia S. de Oliveira (2002, p.47), alude que a PSP1 é “ referente às atividades tipicamente policiais, correspondendo à atuação policial *strictu sensu*, ao passo que PPS engloba as diversas ações, governamentais ou não-governamentais, que sofrem ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência (apud Filocre, 2009, p. 148).

Em bom rigor, a política pública de segurança está ligada a uma série de ações sociais sincronizadas com o principal objetivo de reduzir o impacto dos problemas candente da sociedade como educação, saúde, saneamento básico, infraestruturas sociais/rodoviárias, o desemprego, criminalidade e outros, ao passo que a política de segurança pública está estritamente virado a criminalidade e provém dos órgãos de segurança na verticalidade para as forças de intervenção. Quanto a sua direção, as políticas públicas são dirigidas pelo estado através do governo e sua execução através do ministério do interior (Em Portugal ministério da administração interna “MAI”), que vai por sua vez junto das forças de segurança definir estratégias afuniladas desta agenda governamental.

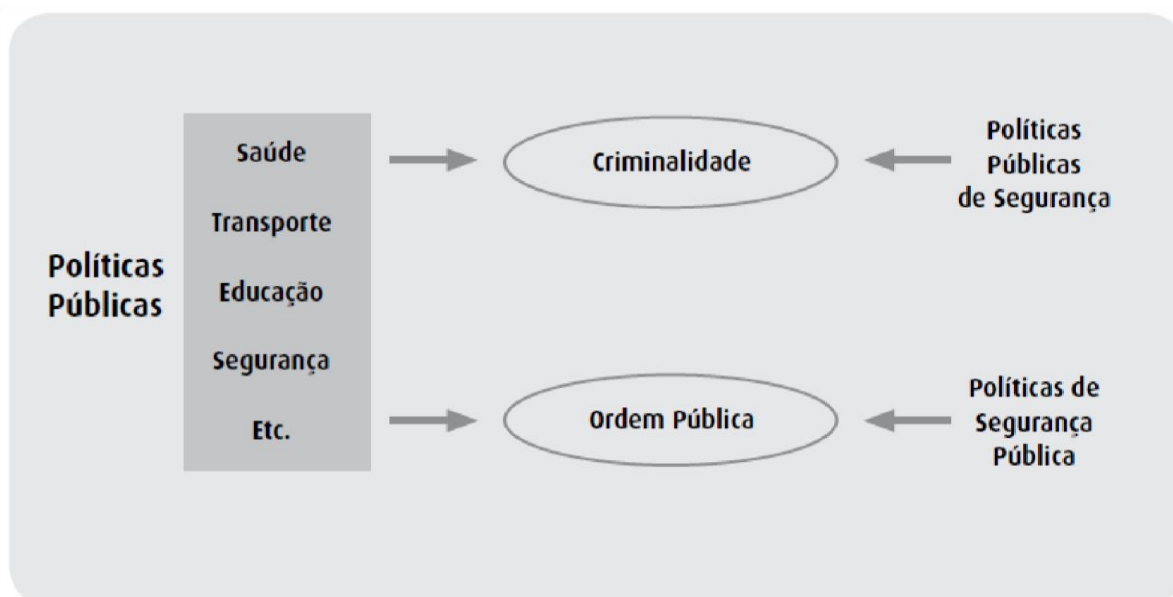


Figura 7-Distinção entre PPS e PSP1
Fonte: Filocre, 2009, p.149.

CAPÍTULO 3 – POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA

A polícia Angolana tem seu ventre, evolução e desenvolvimento, a polícia de segurança pública de Portugal. (Santos, 2015).

3.1. Raio X da Polícia Nacional, da génese a contemporaneidade

Para um “raio x” histórico-cronológico da embrionária Polícia Nacional de Angola, há muito que se lhe diga, porquanto sabemos que ventre desta polícia é Portugal enquanto país colonizador e com uma influência civilizacional muito forte bem como relações bilaterais que remontam a mais de 4 décadas.

Varias portarias de Portugal figuram-se como bases probatória da resenha cronológica para a discorrer sobre a evolução da então Polícia Nacional de Angola, por membros portugueses ate a inclusão de negros angolanos, com uma resenha que remonta aos anos de 1867 até a sua consagração constitucional.

O decreto 7 de dezembro de 1836, o governo colonial institucionaliza o modelo de governação ultramarino português trazendo consigo a Companhia de Segurança Pública (CSP), um ano depois isso em 1837 (Cgpn, 2011). Mais tarde o GovernadorGeral da Província de Angola, José Maria de Ponte e Horta, em 1872, propõe a monarquia de Lisboa um modelo organizacional criando por sua vez a Companhia de Segurança Pública da Cidade de Loanda¹⁴, enquanto forza especial de segurança pública e de forma extraordinária no serviço militar e funcionavam em zonas urbanas e em especialidades administração e de escrituração e a outra de policiamento. Em zonas recônditas o policiamento era feito por indígenas com a designação de Cipaios. (Cgpn 2011).

Já em zonas urbanas policiamento era constituída por duas esquadras e trabalhavam em dias alternados velando pela segurança no geral, desde a segurança pela propriedade dos cidadãos, apaziguando as desordens, reprimindo os atos de violência e fazendo respeitar os haveres e os direitos individuais¹⁵ como nos mostra o primeiro relatório de ocorrências policiais

¹⁴ Loanda ou então São Paulo da Assunção de Loanda, foi o nome dado a Luanda a quando da sua descoberta pelo em 1576 por Paulo Dias de Novais, explorador português (Sá, 2014).

¹⁵ O regulamento da polícia possuía um quadro legal que definia as coimas e custodia para que cometesses infrações administrativas sobre tudo que lavasse animais ou outros meios na via pública, a vendas desordenadas os sem abrigos que pedissem esmolas, ou que escrevessem em paredes etc.

do Boletim Oficial n.º 2 do Governo-geral da Província de Angola (GGPA) período de 6 a 12 de janeiro de 1877 assinado pelo então comandante, Major D. João Xaviea Silva Lobo (Cgpn, 2011).

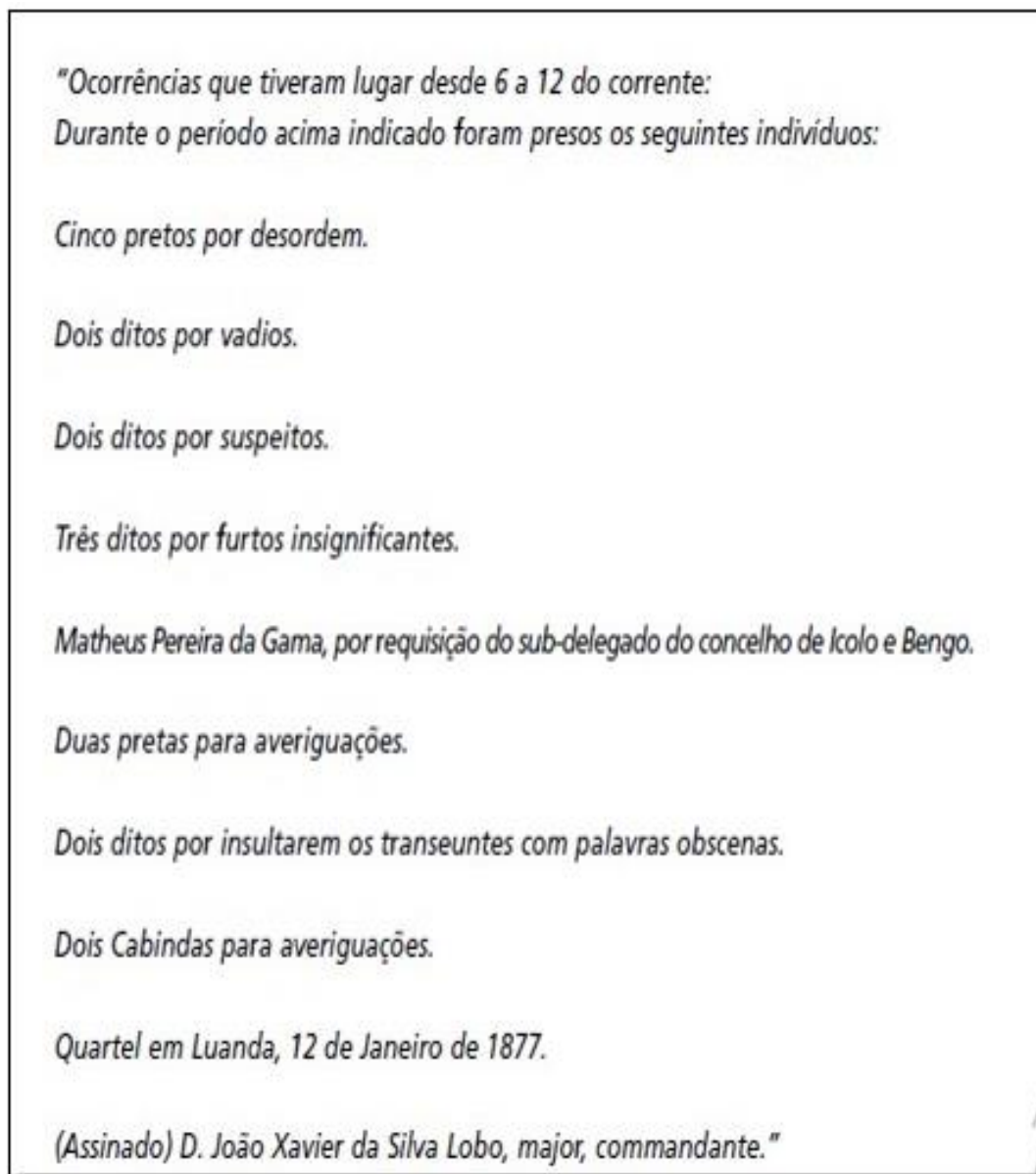


Figura 8- 1º Relatório de ocorrências da polícia do GGPA
Fonte: Cgpn 2011, p.30.

Assim sendo, a portaria n.º 104/1887, de 15 de março de 1887, revoga a portaria 88 de 27 de fevereiro das companhias de polícia de Loanda (com sigla CPL1 para denominação ao longo de nossa dissertação), com uma melhor estrutura administrativa e funcional e se sujeitava a um regime disciplinar, dando início a um modelo organizacional com estruturas normativas baseadas na disciplina dos efetivos (Cgpn 2011).

Em 1929 através do boletim 29/29 se instituiu a CPSP (Corpo de Polícia de Segurança Pública) de província ultramarina de Angola. Esta polícia possuía em si a atividade administrativa e judiciária, trazendo consigo uma lufada de ar fresco na garantia de ordem e tranquilidade pública (Cgpn 2011).

3.2.Do início da Luta, acordo de alvor a pós independência

Apos o início da luta armada em 1961, a colonia portuguesa fez um recurso para reforçar o corpo de polícia com mais 3 companhias e com aprovação o Diploma Legislativo n.º 91 de 28 de Outubro de 1961, se reclamou a “pureza de sangue”, possibilitando os angolanos assimilados puderem candidatar-se, aos concursos da PSPA (Cgpn 2011).

A PSPA ganhou uma estrutura tendo no topo um comandante geral coadjuvado por dois segundos comandantes gerais e por um Chefe-de-Estado-Maior. Do ponto de vista funcional era estruturado em repartições como chefias de serviço, conselho administrativo, formação do comando, companhia de polícia aduaneira, de trânsito, dos portos, caminhos-de-ferro e transportes, de polícia montada, companhias móveis de polícia e uma escola prática de polícia e polícias distritais (Costa & Silva, 2022).

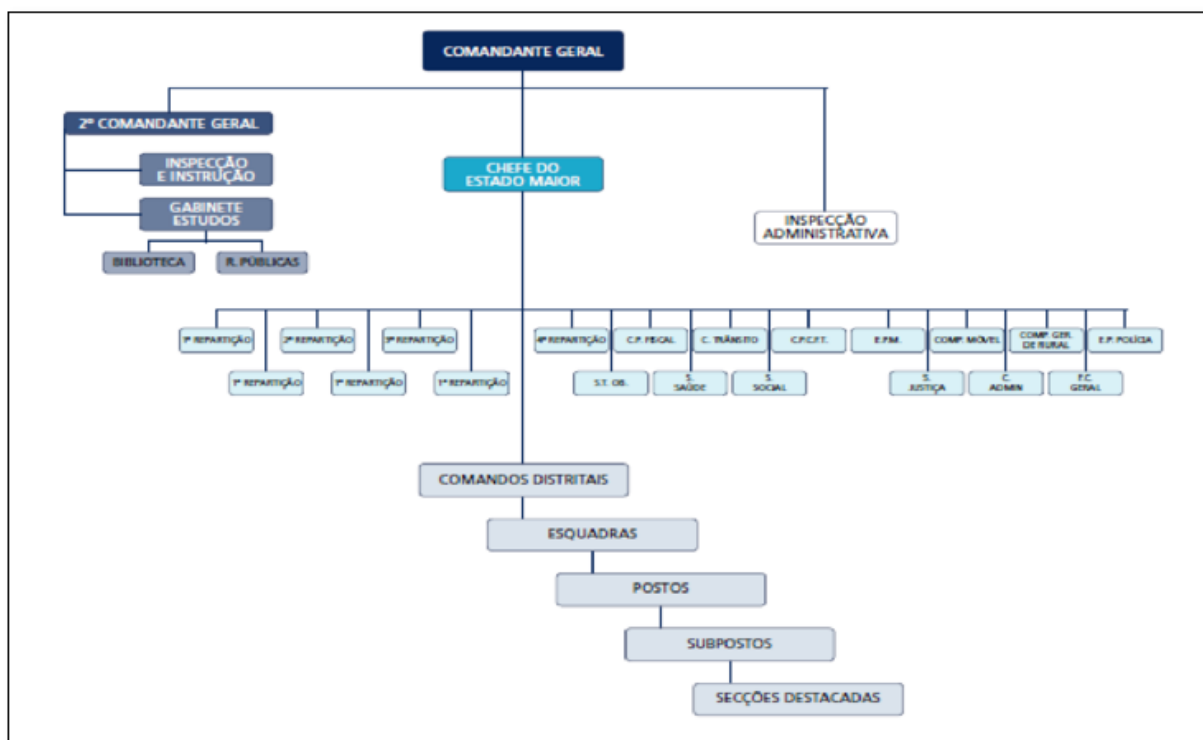


Figura 9- Estrutura do Comando geral da PSPA
Fonte: Cgpn 2011, p.37.

No período entre os dias 10 e 15 de janeiro de 1975, aconteceu em algarve uma reunião denominado “Acordo de Alvor” que marcou o início do processo de independência onde participaram a apar do Estado português, três movimentos de libertação sendo a FNLA, frente nacional de libertação de angola, o MPLA, movimento popular de libertação de Angola e a UNITA, união nacional para a independência total de Angola, que dentre as negociações destaca-se a criação do governo de transição de Angola e o cessar-fogo geral, vindo este governo a tomar posse no dia 31 de janeiro de 1975 (Cgpn 2011).

No dia 1 de Abril de 1975, foi criado o Comando Unificado do Corpo de Polícia de Angola – CPA, um Estado-maior e a Inspeção dos Serviços Administrativos, extinguindo-se assim PSPA, exercendo ainda funções junto do Comando Unificado do CPA, numa espécie de passagem de testemunho segundo, o Decreto-Lei n.º 24/75, publicado no Boletim Oficial n.º 75 – I Série, seguido pela Ordem de Serviço n.º 29, de 04 de Abril de 1975, em resposta ao disposto nos artigos 36º e 37º do Acordo de Alvor que cria a CPA, a nível da Polícia (Cgpn 2011).

Um marco histórico para polícia até aos dias de hoje foi o ingresso de cidadãos do sexo feminino cujo juramento da bandeira ocorreu ao 28 de fevereiro de 1976, passando a ser comemorado neste dia o aniversário da Polícia de Angola (Cgpn, 2011).

Com a criação da secretaria de Estado da Ordem Interna, através da Lei n.º 12/78, de 26 de maio, ocorreu a grande reestruturação do aparelho de Estado e a polícia passando a designar-se por Direção Nacional da Polícia Popular, através do Despacho n.º 2/79, de 2 de maio (Sá, 2013). Esta polícia possuía uma estrutura orgânica mais extensa, sendo que a par de um diretor nacional e seu adjunto, estendia-se os dois conselhos de disciplina e consultivo, que efetuavam estudos pormenorizados sobre a evolução dos fenômenos criminais bem como a disciplina e retidão dos efetivos da Polícia Nacional. A segurança pública era efetuada pelo departamento de ordem pública, transito, URP (Unidade de Rádio Patrulha) este último com a função de patrulhamento apeado, auto e moto e mais tarde segundo o Decreto n.º 27/89 de 4 de março passou denominar-se PNA.

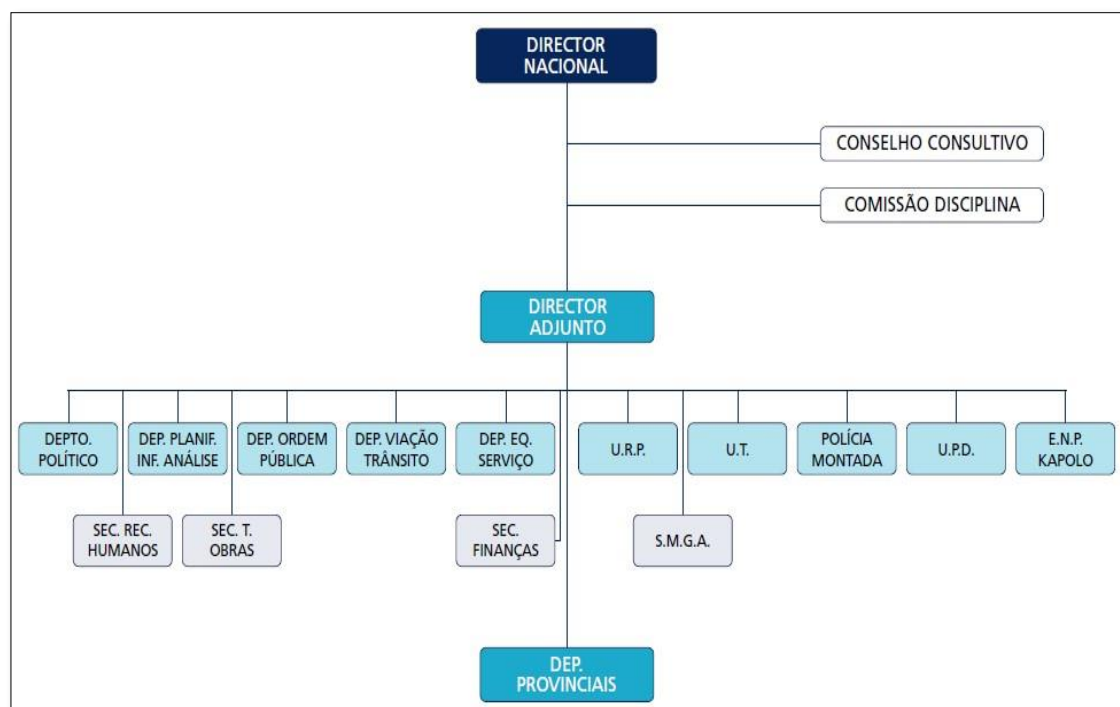


Figura 10-Organograma do DNPP - Direção Nacional da Polícia Popular .

Fonte: Cgpn, 2011, p.75

Em 2002¹⁶, em despacho do comandante em chefe, foi criado o PMD, plano de modernização e desenvolvimento da PNA, com linhas orientadoras baseadas na estruturação no modelo funcional da PNA, a elevação do nível de formação técnico-profissional dos efetivos; incremento da técnica-logística e infraestrutura bem como melhoramento das condições dos efetivos. (Cgpn, 2011).

3.3. Consagração constitucional da Polícia Nacional

A nossa abordagem sobre consagração constitucional da Polícia Nacional nos remete a uma análise constitucional primária desde a primeira até a terceira república.

A 1ª República, teve seu início com a proclamação da independência, isto no ano de 1975 a 11 de novembro, e culminou com a de alterações de leis pétéreas na Lei Constitucional, consagrando Angola como um Estado democrático de direito e pluralista em 1992 (Teixeira, 2011).

Esta lei constitucional refletia, de uma forma geral, institucionalizou as modalidades de diplomacia face a guerra fria, definindo a união das repúblicas socialista soviética (URSS) e Estados Unidos de América (EUA) como representantes externos (Valério, 1994).

¹⁶ Vindo a ser revisto e reajustado com aprovação através do comandante-em-chefe e presidente da república, PEN/PNA para os anos de 2007 – 2013 (Cgpn, 2011, p.112).

A IIª Republica foi revista a constituição de 1991 e na base teve a criação de um sistema político novo através da economia de mercado. Um sistema que nasceu com a lei constitucional de 16 de setembro de 1992, que acabou ampliando os direitos fundamentais e a democracia pluralista findando o modelo de partido único (Teixeira. 2011).

Já na IIIª Republica ocorreram grandes reformas constitucionais como a especificação do Estado democrático e de direito (Artigo 2º), em 2010, ficou aprovado a CRA pela Assembleia Constituinte (Teixeira. 2011).

Em 2010, a Polícia Nacional de Angola, foi consagrada constitucionalmente através da assembleia e promulgada pelo executivo, tendo através da lei magna especificando os objetivos da segurança nacional, os estados de necessidades constitucionais e nos seus artigos 209.º e 210.º definiu a PNA e as funções direta de manutenção da ordem, dando garantia de juridicidade da ação policial caracterizando por sua vez a Polícia Nacional como um órgão, regular e apartidária organizada na base da hierarquia e da disciplina estendendo-se ainda com a criação das polícias municipais no seu artigo 219 da CRA.

Entretanto, o artigo 209.º apresenta um título esclarecedor das reais funções da polícia “garantia da ordem”. Deste subjaz, que a manutenção da ordem e segurança pública, o normal funcionamento das instituições, a segurança da legalidade democrática baseada no respeito pelo regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, a prevenção e combate à criminalidade bem como da garantia do respeito as normas são funções de polícia o que, deve ser pautada na lei.

3.3.1. Sistema de polícia de Angola

Segundo a doutrina portuguesa, existe uma vasta gama de modelos que se incidem na organização dos sistemas policiais e eles são: o modelo monista, dualistas ou pluralistas, o modelo estatizados ou municipais e o modelo centralizados ou descentralizados.

O sistema monista é caracterizado por uma polícia de mono-dependência, ou de dependência unívoca como o caso da Noruega. O sistema pluralista, onde as várias polícias têm dependência de vários órgãos a título de exemplo a polícia de Canadá, quanto ao sistema centralizado estabelece que possui uma gestão das atividades tático operacionais através de um político central, sistema descentralizado é quando seus atos são autonomia operacionalmente como exemplo as autarquias (Inácio, 2010).

Diferente de Portugal (nosso ventre policial), que segundo os autores Tupman e Tupman (apud Inácio, 2010, p.23), possui um sistema napoleónico, caracterizado por um modelo centralizado¹⁷ e dualista, Angola possui um sistema monista visto que estes dependem de uma única autoridade (Comandante geral da Polícia Nacional)¹⁸, ou órgão (Comando geral da Polícia Nacional de Angola) e fragmentado por existir vários serviços de polícia (como polícia/direção de trânsito e segurança rodoviária, Direção/ polícia de investigação de ilícitos penais, polícia de guarda fronteira, polícia de ordem pública, polícia fiscal aduaneira, polícia portuária, polícia aeroportuária, polícia de intervenção rápida, polícia de segurança e objetivos estratégicos, polícia de segurança pessoal e entidades protocolares¹⁹ com um modelo nacional²⁰ visto que suas competências alargam-se a todo o território nacional²¹, com dependência de um único órgão que possui um comandante geral que responde perante o Ministro do interior.

3.3.2. Comando provincial da polícia de Luanda (CPL)

A Polícia Nacional de Angola (PNA) é definida na “como uma força militarizada, uniformizada e armada com natureza de força de segurança pública, autónoma do ponto de vista operacional, administrativa, financeira e patrimonial”²², cuja ação se desenvolve no território nacional baseado no estrito respeito pela constituição e normas complementares.

Sua organização é legislada, para além da CRA como já mencionado, pelo decreto presidencial, 152/19 de 15 de maio Estatuto Orgânico da Polícia Nacional de Angola que estabelece a estrutura, organização e o funcionamento da PNA, pela lei n.º 6/20 de 24 de março, lei de bases sobre a organização e funcionamento da PNA, que estabelece as bases gerais e os princípios que regem a organização e o seu funcionamento.

¹⁷ Não é descentralizado apesar de ter polícias municipais, uma vez que estas não possuem competência para exercer o poder coercivo (Monet, 2006, apud Inácio, 2010, p.23).

¹⁸ Art.º 31º n.º1 da lei n.º 6/20 de 24 de março, lei de bases sobre a organização e funcionamento da PNA.

¹⁹ Art.ºs 23.º, 47, 43, 44.º, 48.º, 42.º, 46.º, 45.º, Dec. Presid. 152/19 de 15 de maio Estatuto Orgânico da PNA.

²⁰ Art.º 2º e 5º da lei n.º 6/20 de 24 de março, lei de bases sobre a organização e funcionamento da PNA.

²¹ Art.º 210.º da CRA.

²² Art.º 2.º do decreto presidencial, 152/19 de 15 de maio Estatuto Orgânico da polícia nacional de Angola.

A PNA comporta diversos órgãos na sua estrutura organizacional divididos em órgãos de apoio consultivo, serviços instrumentais, serviços de apoio técnico, serviços de unidades centrais e comandos provinciais (Decreto-lei, n.º 6/20 de 24 de março, lei de bases sobre organização e funcionamento da Polícia Nacional, cria os comandos provinciais). Num cômputo geral cada província possui um comando da polícia a nível provincial com dependência do comandante geral da Polícia Nacional, perfazendo em 18 igual número de província de Angola.

O Comando Provincial de Luanda (CPL) é o Comando da polícia da província e capital de Angola, tem sede situada no município de Luanda, distrito urbano do Rangel, na avenida Deolinda Rodrigues.

Quanto a sua dependência funcional, este se superintende ao Comando Geral da Polícia Nacional de Angola, nos termos do artigo 36.º da lei de base sobre organização e funcionamento da Polícia Nacional²³ bem como o n.º 7 do artigo 5º e 49º, ambos do Estatuto Orgânico da Polícia Nacional de Angola, ao passo que metodologicamente este órgão depende do Ministro do interior enquanto delegado da polícia na referida província.

Enquanto um órgão de polícia que exerce suas funções em um Estado democrático de direito para o estabelecimento e manutenção da ordem pública e da segurança do País, o desenvolvimento da atividade permanente é regulada *prima facie* pela lei 6/20 de 24 de março que o define através da sua estrutura orgânica, como órgão da PNA nos termos do artigo 30.º n.º 1, alínea f.), como nível de Comando da PNA, isto com base no artigo 37.º da mesma lei e pelo decreto presidencial, 152/19 de 15 de maio Estatuto Orgânico da Polícia Nacional de Angola, por fim pelo despacho 044/GAB.CGPNA/2020, que estabelece a sua forma de organização e funcionamento.

As forças do comando provincial de Luanda exercem suas funções numa área de aproximadamente 18.817 km² que corresponde a 1,5% do território nacional e possui 7.469.874 de habitantes o que corresponde a 27% da população global de Angola (despacho 044/GAB.CGPNA/2020).

O território operacional está dividido em nove municípios sendo o Cazenga (nosso caso de estudo) um deles. Do ponto de vista económico a província é uma espécie de volante

²³ Lei 6/20 de 24 de março, lei de bases sobre o funcionamento da polícia nacional de Angola.

econômico com um vasto parque de indústrias naval, petroquímica, metalúrgica, de vidros planos, eletroeletrônica, de minerais não metálicos, têxtil e alimentícia.

A capital concentra uma massa enorme de serviços administrativos no centro da cidade e não só. No capítulo do turismo Luanda é grosso modo o detentor do patrimônio histórico-cultural, com praias e grande leque de atrações.

Para o cumprimento cabal este órgão tem suas atribuições plasmadas no artigo 4.º do seu regulamento orgânico e definidos na base do garante da segurança e normal funcionamento das instituições democráticas, bem como assegurar o exercício de direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos a nível do território operacional. Em obediência à hierarquia de Comando em todos os níveis da sua estrutura, para execução das suas tarefas encontra-se organizado em quatro níveis de comando como o Comando Provincial de Luanda (Departamentos), Comandos municipais, Esquadras policiais e Postos policiais.

3.3.3. Comandos municipais

Decreto-lei, n.º 6/20 de 24 de março, lei de organização e funcionamento da PNA, cria os comandos provinciais, que exercem as atribuições da Polícia Nacional a nível local, com dependência hierárquica e funcional do comandante geral da PNA²⁴, e este por despacho instituem os comandos municipais.

Comando Municipal de Polícia é um órgão descentralizado do Comando Provincial, dirigido por um Comandante da classe de oficiais superiores, coadjuvado por um 2º Comandante da mesma classe, nomeados pelo Comandante-Geral/PNA. O despacho 044, Gab. CGPNA/2020, de 10 de agosto, regulamento orgânico do comando provincial de Luanda, cria os comandos municipais, e as Esquadras e Postos Policiais.

Além de outras atividades cometidas superiormente, possui atribuições alargadas tendo em conta a especificidade local como zelar pelo respeito da legalidade, manutenção da ordem e segurança pública dos cidadãos, assim como a proteção dos seus bens, prevenir a delinquência, conhecer e combater a criminalidade, coadjuvar as autoridades judiciais nos termos previstos na lei, desenvolver atividades de investigação criminal e instrução processual no âmbito da sua competência territorial etc²⁵.

²⁴ Artigo nº 37 do Decreto-lei, n.º 6/20 de 24 de março.

²⁵ Artigo nº 42º e 43º do despacho 044, Gab. CGPNA/2020, de 10 de agosto, regulamento orgânico do Comando Provincial de Luanda.



Figura 11-Organograma de Comando Municipal de Polícia

Fonte: anexo, regulamento orgânico do Comando Provincial de Luanda.

3.3.4. Esquadras policiais

A esquadra de polícia é o braço executor de estratégias operacionais gizadas pelo comando municipal e constitui a franja de nível tático-primário de enfrentamento local e com dependência direta do comandante municipal, com estrutura orgânica e funcional adequada à respetiva necessidade local de segurança e dirigido por um oficial superior com a denominação de comandante de esquadra²⁶.

Nos termos do artigo 43.º do despacho 44/ Gab. CGPNA/2020, de 10 de agosto, regulamento orgânico do Comando Provincial de Luanda, a esquadra funciona como uma subunidade territorial que se subordina ao comando municipal e atua preferencialmente num território com uma população no mínimo de 70.000 e máximo 100.000 habitantes e a este incumbe materialização das atribuições da PNA ao nível local.

Garantir a implementação do modelo de PP no seu território, implementar ações de prevenção criminal no âmbito do PP, garantir apoio as vítimas de crimes, e criar parcerias públicas e privadas junto das comunidades locais, regularizar e fiscalizar o transito em obediência a legislação rodoviária ao nível do seu território, Garantir a materialização dos métodos, das normas e dos procedimentos no domínio do transito e da segurança rodoviária bem como reprimir a criminalidade em geral e em especial a da competência da PNA etc.

²⁶ Suas competências enquanto comandante de Esquadra são manter normal funcionamento da Esquadra e a materialização das suas atribuições, cabendo-lhe comandar, coordenar, organizar, planificar e controlar toda a atividade da Esquadra.



Figura 12-Organograma da Esquadra de Polícia
Fonte: regulamento orgânico do Comando Provincial de Luanda

3.3.5. Posto Policial

O posto policial é uma subunidade ou estrutura territorial dissociada da esquadra com dependência direta do comandante de esquadra de modos a facilitar maior aproximação policial em zonas distantes com o fito de garante da segurança pública local.

O artigo 44.º do regulamento orgânico do Comando Provincial de Luanda estabelece que o posto policial é tutelado pelo comandante de esquadra e dirigido por um oficial de posto inferior ou igual ao comandante de esquadra, igualmente nomeado pelo Comandante geral da Policia Nacional de Angola e atua preferencialmente num território com uma população mínima de 30.000 e máximo de 70.000 habitantes. Ao comando de posto policial estão cometidas as mesmas atribuições que ao comandante de esquadra no respetivo espaço territorial.



Figura 13-Organograma do Posto Policial
Fonte: anexo, regulamento orgânico do Comando Provincial de Luanda.

CAPÍTULO 4 – O OBJECTO DE ESTUDO

A vida social admite um mínimo de desordem, logo a ordem pública represente o ponto de equilíbrio entre a desordem suportável e a ordem indispensável (Clemente, 2010, p.153).

A província de Luanda é uma das dezoito (18) províncias de Angola e a capital do país, constituída por nove (9) municípios, sendo o Cazenga um destes.

Nos termos dos artigos n.ºs 76º e 77º da Lei n.º 18/16 de 17 de outubro, lei da Divisão Político-Administrativa, tem uma extensão territorial de 46.83 Km² e uma densidade populacional estimada em 1.470.398²⁷ habitantes, Estima-se que a população flutuante do Cazenga é de 2.000.000 de habitantes.

O Município do Cazenga é maioritariamente constituído por bairros suburbanos e atividade principal, o comércio informal, não obstante existirem grandes armazéns cuja gestão destes é feita na sua maioria por cidadãos de nacionalidade estrangeira. A língua de predominância étnica da população local é maioritariamente Kimbundo.

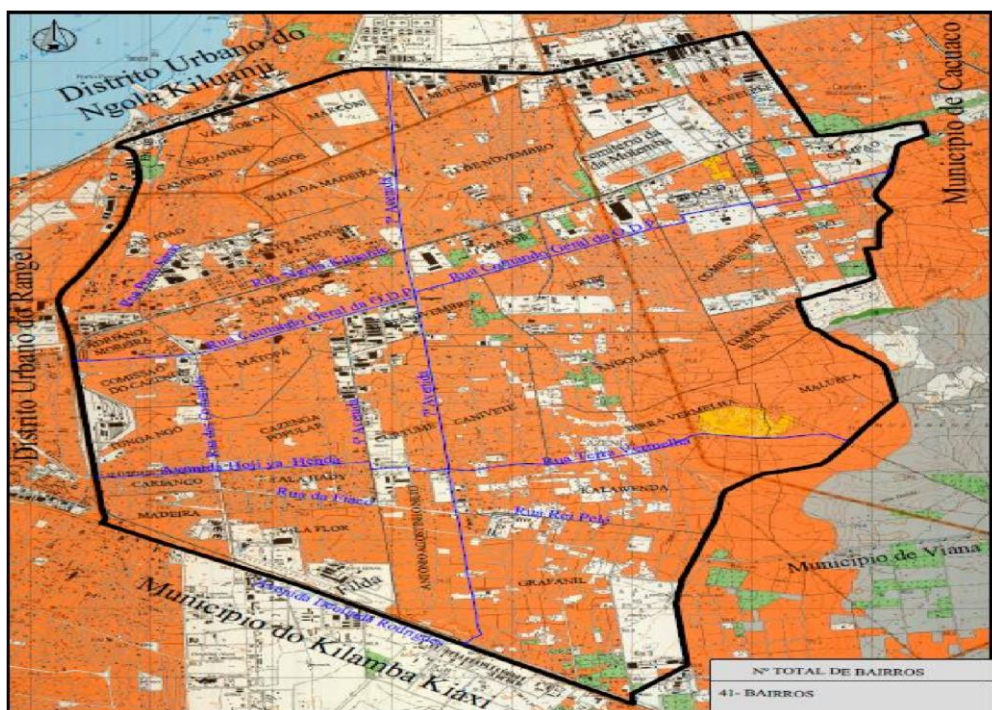


Figura 14-Mapa do município do Cazenga
Fonte: GPL (governo provincial de Luanda)

²⁷ Art.77º da Lei 18/16 de 17 de outubro, lei da divisão político administrativa.

4.1.Divisão administrativa

O município do Cazenga, encontra situada na zona central de Luanda e limitase a norte com o distrito urbano do Sambizanga do município de luanda, á sul com o município do Kilamba Kiaxi, a este com os Municípios de Cacuo e Viana e a oeste com o distrito urbano do Rangel do município de Luanda.

Administrativamente possui um total de seis (6) distritos, designadamente Tala Hady, Hoji-Ya-Henda, 11 de novembro, Kima Kieza, Kalawenda e Cazenga, conforme a tabela elaborada pelo autor para melhor desmistificação.

Com a nova divisão política administrativa, o município do Cazenga foi contemplado com novos bairros dos Municípios de Cacuo e Luanda, tornando-o mais extenso e populoso.

Tabela 1-Distinção dos bairros por esquadras

N.º	Distritos	Bairros	Habitantes	Esquadras
1	HOJI-YA-HENDA	(9) São António, Ilha da Madeira, Adriano Moreira, São João, Vala do Soroca, São Pedro, Marconi, Nguanhá e Ossos.	190.130	Hoji-Ya-Henda Petrangol
2	11 DE NOVEMBRO	(7) Mabor, Cardoso, Mulemba, Candua, Bandeira, Cawelege e Compão	99.540	11 de novembro Cawelege
3	KIMA KIEZA	(6) Canivete, Curtume, Angolano Vala, Gesso, Malueca, Terra Vermelha, 11 de novembro e Sonefe	313.571	Sonefe Combustíveis Angolano
4	CAZENGA	(4) Comissão do Cazenga, Tunga Ngó, Matopa e Sete e Meio	116.726	Cazenga Popular Comissão do Cazenga
5	TALA HADY	(6) Cariango, Marcelo Caetano, Madeira, Vila Flor, Vila Luanda e António A. Neto	346.161	Madeira
6	KALAWENDA	(4) Grafanil, Rei Pelé, Requalificação do Cazenga e Kalawenda	417.412	Kalawenda Combal
Total		(36) Bairros	1.470.398	(12) Esquadras

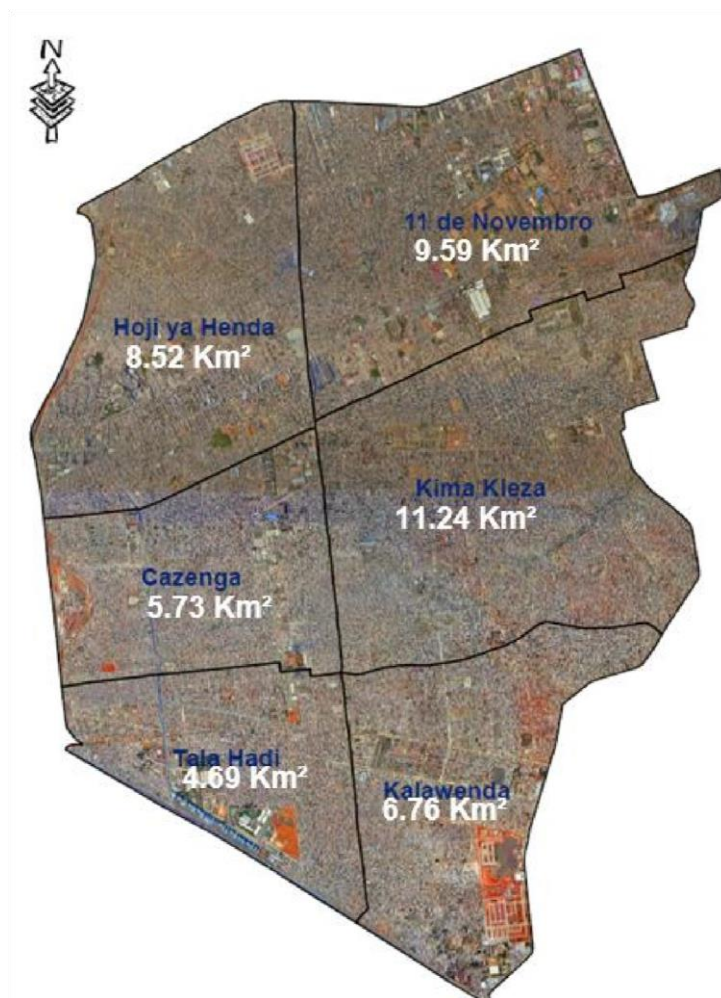


Figura 15-Mapa do município do Cazenga Fonte: Google map.

4.2. Aspetos sócio económicos

Neste domínio, o município do Cazenga possui 18 mercados informais distribuídos pelos distritos urbanos e conta com uma rede comercial de 5.079 estabelecimentos, divididos em *grande, médio e pequeno porte*, atraindo assim um grande êxodo populacional a procura de bens de primeira necessidade e serviços, fato este que diretamente incrementa o fluxo rodoviário nos seus grandes eixos de estrada e Avenida.

O transporte de pessoas e bens é feito maioritariamente através de transportes coletivos de passageiros privados vulgo (táxis), que trilham as vias principais e secundárias e terciária que ligam a periferia, onde vive grande parte dos cidadãos e empresários que dia – a – dia afluem o nosso município.

Do ponto de vista da saúde pública, o município se debate com surtos de paludismo/malária/dengue outras patologias associadas, alguns resultantes de focos de lixo,

valas de drenagens abertas, águas paradas, todavia a população enfrenta as consequências elevadas face a deficiente capacidade de resposta das Unidades Hospitalares, existe ainda uma baixa e regressão da qualidade de vida das pessoas e das famílias, o aumento da procura de bens e serviços para a satisfação de necessidades face a degradação das condições sociais, ressaltando em aglomerações nas paragens de táxi, face ao reduzido número de autocarros.

4.3. Comando municipal da polícia do Cazenga

O município do Cazenga é assegurado pelo comando municipal com mesmo nome, e tem sua sede no distrito urbano do Cazenga popular zona 18, 5ª avenida, e contempla (12) doze esquadras tais como a esquadra da Petrangol, Madeira, Hoji-YaHenda, 11 de novembro, Sonefe, Kalawenda, Cazenga popular, Comissão do Cazenga, Cawelele Combustíveis, Angolano vala, e asseguram um total de 36 bairros.

O comando municipal tem a função de manter ordem e tranquilidade pública e manter o normal funcionamento das instituições democráticas e o pleno gozo das liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e para o enfrentamento o comando do Cazenga controla (1.196) efetivos, dos quais (1.140) militarizados, sendo (173) Oficiais, (384) Subchefes, (619) Agentes e (56) trabalhadores civis e no enfrentamento empenhamento de (734) efetivos em média/dia, que cobriram (14.130) patrulhas, sendo; (7.876) patrulhas apeadas, (2.456) Auto, (890) motos e (2.908) de baixa visibilidade. Cujas ações desenvolvidas se traduziu em revistas há (23.053) transeuntes/pessoas suspeitas, (6.266) viaturas, (7.235) motorizadas, bem como apreensão de recolha de (3.989) vadios por circular fora de hora, recuperação de (16) armas de fogo, (57) catanas, (65) facas, (12) pé de cabra, (1.357) viaturas e (1.080) motorizadas, bem como (4.263) pneus.

4.3.1. Situação da criminalidade no município durante o ano de 2023

Considerando os níveis elevados da criminalidade registados no Município do Cazenga, aliados ao alto grau da desestruturação familiar, violência doméstica, fuga a paternidade, extrema pobreza, consumo excessivo de bebidas alcoólicas, tráfico de drogas, prostituição, delinquência juvenil (lutas de gangues), descontinuidade urbanística (guetos), desemprego, deficiente iluminação pública, falta de espaços de lazeres, crianças fora do sistema de ensino, permanência ilegal de cidadãos estrangeiros, fatos que estão muitas das vezes na base de ocorrências criminais para tal a nossa descrição cingiu-se no relatório anual da segurança pública de 2023.

O Comando Municipal do Cazenga, tomou conhecimento e registou 1.980 crimes, dos quais 1.371 esclarecidos, que correspondem à 69% de eficácia operativa, na prática dos quais, foram detidos preventivamente 1.581 cidadãos, todos nacionais, com idades compreendida entre os 14 e 64 anos de idade (RASP, 2023).

Quanto as naturezas foram: 55 homicídios voluntário, 1 infanticídio, 49 homicídios por condução perigosa, 61 abuso sexual, 16 agressão sexual, 1 penetração a menor, 4 tentativa de abuso sexual, 5 tentativa de agressão sexual, 1 tentativa de interrupção de gravidez, 1 interrupção de gravidez, 1 fuga a paternidade, 1 abandono de recém-nascido, 9 difamação e calúnia, 2 violência doméstica, 1 contágio de doença, 10 abandonos de assistência, 433 ofensas a integridade física, dos quais 130 por condução perigosa, 22 ameaça de morte, 479 roubos, (destaque para 9 o roubos de arma de fogo) (RASP, 2023).

No capítulo da tentativa e outros, registou-se 23 tentativa de roubo, 249 furtos, 1 usurpação de imóvel, 32 crimes de danos materiais, 1 extorsão, 44 burla, 2 tentativa de burla, 2 resistência contra funcionário, 2 fabrico e alteração de arma de fogo, 18 abuso de confiança, 2 uso ilegal de designação, 4 posse de estupefaciente, 6 burla informática, 29 Comercio ilegal de moeda, 16 detenção de armas perigosas, 14 adulteração e falsificação de alimentos, 86 danos culposos, 6 acesso ilegítimo de informação, 14 especulação, 116 venda ilegal de medicamentos, 1 vandalismo, 39 exercício ilegal de profissão titulada, 6 especulação de táxi, 1 incêndio e 24 especulação do preço de gás, 1 uso de cartões abusivo e 3 por recusa de prestar informação (RASP, 2023).

Quanto a tipicidade, registaram-se 1.138 crimes violentos, tratando-se de (55) homicídios voluntário, 49 homicídios por condução perigosa, 61 abuso sexual, 16 agressão sexual, 1 penetração a menor, 433 ofensas a integridade física, dos quais 130 por condução perigosa, 22 ameaça de morte (RASP, 2023).

Quanto aos crimes por família delitiva, registou-se 908 crimes contra propriedade, representa 45%, 664 crimes contra pessoas, representa 33%, 7 crimes contra fé pública, representa 0,1%, 14 crimes contra a família, representa 0,7%, 8 crimes informáticos, representa 0% 6 crimes contra segurança coletiva, representa 1.1% e 248 crimes contra consumidor e mercado, representa 12% (RASP, 2023).

Depreende-se que os problemas sociais, podem ser apontados como sendo a causa principal da criminalidade no município do Cazenga, porquanto, mais da metade dos crimes foram contra a propriedade.

Quanto aos homicídios voluntários registou-se um total de 56 (-39) crimes, representando 3%, a média diária foi de 1,8 crime, ocorridos (36) na via pública, (2) interior de viatura, (12) interior de residência, (1) interior de estabelecimento comercial, (3) interior de quintal, (1) mercado e (1) interior de empresa (RASP, 2023).

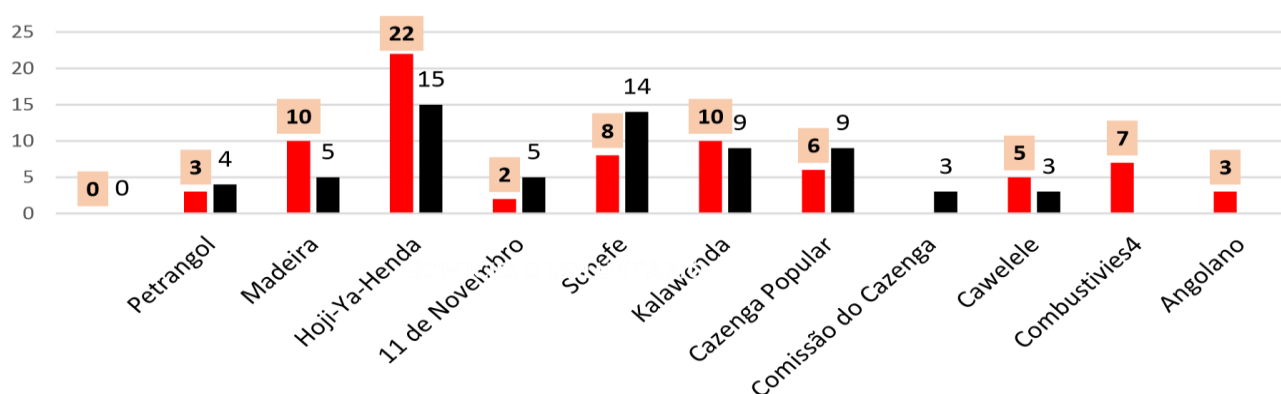


Gráfico 1-Dos homicídios voluntários por esquadras
Fonte: RASP/município do Cazenga.

■ Período atual ■ Período anterior

Dos homicídios registados, 56 (-39) esclarecidos com (39) elementos detidos, destes, 17 (+5) praticados com arma de fogo, (7) por arma branca (faca e catana), (9) por espancamento, (5) objetos perfurante (chaves de fenda), (3) objeto cortante (gargalho de garrafa), (2) por asfixia, (4) Queimadura, (3) objeto contundente (Pau e Ferro), (3) afogamento e (1) envenenamento (RASP, 2023).

O território operacional da Esquadra da Sonefe, representam 16% dos homicídios voluntários, ao passo que o território operacional da Esquadra da Madeira, representam 18% dos homicídios negligentes por condução perigosa a luz do código penal Angolano que tipifica as mortes resultantes da sinistralidade rodoviária como homicídio negligente (RASP, 2023).

O território operacional da Esquadra do Petrangol, representam 31%, dos crimes de Agressão Sexuais, e o território operacional da Esquadra do Kalawenda, representam 19%, dos crimes de Abuso Sexual, enquanto, ao passo que o território operacional da Esquadra do Santo António, representam 12%, dos crimes de ofensas a Integridade física (RASP, 2023).

Já o território operacional da Esquadra do Santo António isso no distrito urbano do hoji ya henda, representam 17%, dos crimes de ofensas a Integridade física por condução perigosa, ao passo que os territórios operacionais das Esquadras da Petrangol e 11 de Novembro, representam 46%, dos crimes de roubos de viatura, e território operacional da Esquadra do Cazenga Popular, representam 14%, dos crimes de roubos de motorizada (RASP, 2023).

Vale ainda dizer que foram registados 182 (-7) crimes praticados com recurso a arma de fogo, que por natureza foram: 17 (=) homicídios voluntários, 4 (+1) ameaça de morte, 2 (+2) agressão sexual, 27 (+6) ofensas a Integridade física, 128 (-29) roubos, dos quais 5 (-2) de viaturas, 4 (-1) arma de fogo e 51 (-7) de motorizadas e 5 (+2) tentativa de roubo, que correspondem à 14 (-1%) empregues no cometimento de crimes.

Em resposta policial, através de um policiamento reativo e sequencia investigativa, procedeu-se a apreensão (94) armas de fogo envolvidas em (12) homicídios voluntários, (19) ofensas a integridade física, (2) ameaças de morte, (32) roubos qualificados, (4) tentativa de roubo, (2) uso indevido de arma de fogo e (23) detenção de arma perigosa, e o período 00H00 às 06H00 (42%) e 18H00/00H00 (36%) constituiu o mais crítico.

A via pública registou 62% em crimes, constituiu o cenário de homicídios voluntários, homicídio frustrado, ofensas corporais, tentativa de violações sexuais, roubos, tentativa de roubos, furtos e danos materiais.

No interior de residência registou-se 22% crimes que constituiu o cenário de ofensas corporais, agressões sexuais, roubos e furtos enquanto no interior de estabelecimento comercial registou-se 7% crime, constituíram cenário de roubos e furtos. Vale referir todos estes forma consumados com recurso a arma de fogo.

Tabela 2- Quadro comparativo criminal por esquadras.

Fonte: RASP, 2023

TERRITÓRIOS	Total de crimes			Crimes esclarecidos			Crimes por esclarecer			Detidos		
	ACT	ANT	DIF	ACT	ANT	DIF	ACT	ANT	DIF	ACT	ANT	DIF
Esquadra da petrangol	44	70	26	2	03	21	2	2	10	09	39	30
Esquadra da Madeira	84	06	22	37	35	2	7	2	25	64	42	22
Esquadra Santo António	69	78	9	92	71	21	7	11	34	18	03	15
Esquadra do 11 de novembro	42	89	47	4	23	29	8	8	20	09	35	26
Esquadra Da Sonefe	33	36	3	4	2	2	9	1	12	26	19	7
Esquadra do Kalawenda	48	63	15	07	16	9	1	1		45	39	6
Esquadra do Caz. Popular	20	74	54	43	76	33	7	3	16	61	31	70
Esquadra da comissão do cazenga	60	62	2	12	5	7	8	9	11	42	16	26
Esquadra do Cawelege	31	3	58	2	1	41	9	1	18	14	3	31
Esquadra dos combustiveis	21	10	11	8	1	3	3	2	1	9	5	4
Esquadra do Angolano Vala	0	2	18	0	4	4	0	2	18	9	0	19
Esquadra Da Combal	23	20	3	5	8	7	8	2	4	05	4	11
TOTAL	980	975	5	371	285	86	9	94	85	581	565	16

Legenda: ACT: Actual; ANT: Anterior; DIF: Diferença

4.3.2. Evolução e Ambiente Criminal

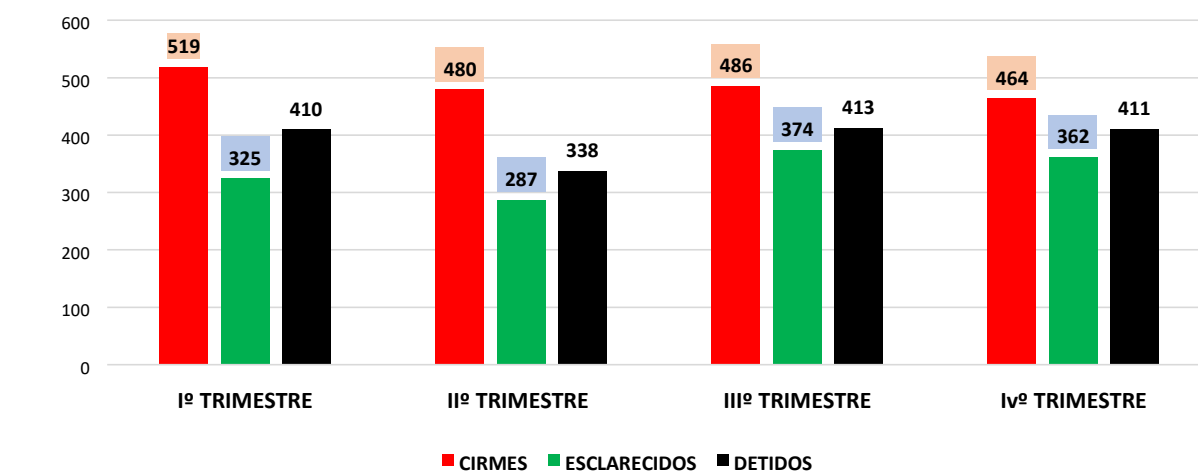


Gráfico 2-Evolução da Criminalidade do ano de 2023

Fonte: RASP/município do Cazenga.

Os dados apresentados no gráfico acima demonstra o comportamento dos crimes ao longo do Ano 2023, o Iº Trimestre, registou o maior índice de crime, o maior índice de esclarecimento foi no IVº trimestre. Dos crimes **(8%)** resultaram da autuação de N/Forças na atividade de enfrentamento, **(67%)** participados pela população, **(12%)** de natureza económica e **(13%)** resultante de acidentes de viação.

4.4. Institucionalização do policiamento de proximidade

O policiamento de proximidade é uma filosofia de trabalho impactante que consiste na empregabilidade de fatores endógenos e exógenos de polícia e política para manutenção da ordem e tranquilidade pública baseada num modelo relacional entre sujeitos multidisciplinares com a finalidade de prevenir atos que atentam a garantia e os direitos liberdades fundamentais e de instituições.

O policiamento de tradicional adotado pela PNA, em especial em Luanda, não conjuga todas as valências policiais, nomeadamente a prevenção, a repressão, a segurança rodoviária e a investigação criminal de proximidade e dentre as características da ação policial são sobretudo as queixas, denúncias e outros meios, enquanto no policiamento de proximidade a busca de informação é obtida através do contato constante com as comunidades que vai permitir ao acesso a dados através de comportamento das comunidades e outras formas de estudo da criminalidade (PNA, 2019).

É imprescindível entendermos que policiamento de proximidade “não substitui o policiamento tradicional mas adiciona-lhe uma componente proactiva, sendo por isso necessário o envolvimento de toda a organização para garantir a obtenção dos objetivos comuns (Lisboa & Teixeira, 2015, p.15).

Dentre as valências que se tornaram o móbil da institucionalização constavam os escassos recursos às parcerias com entidades locais, no sentido de se materializar o policiamento de proximidade, o fraco e moroso processo de atendimento ao público e deficiente satisfação das reais necessidades locais de segurança, estrutura orgânica e funcional desadequada à racionalização de efetivos e meios.

Constam também, a parca quantidade de efetivos e meios para satisfazerem as necessidades locais de segurança, deficiente capacidade técnico-profissional dos efetivos das Esquadras, turnos de serviço que desgastam física e psicologicamente o efetivo, gerando muito absentismo, não padronização de procedimentos no entendimento ao público e nos fluxogramas funcionais das Esquadras, falta de confiança por parte dos cidadãos nos serviços das Esquadras e, acham-no muito burocrático e lento (PNA, 2019).

A par do crescente índice de criminalidade que se registava resultante de ineficazes mecanismos de busca de informações policiais, de modos munir as forças policiais de dados privilegiados e prevenir crimes, a institucionalização do policiamento de proximidade enquanto

modelo de polícia, denotava-se ser o elemento crucial para dar resposta a estes vazios encontrados.

Assim sendo, com a diretiva nº 002/GAB.CGPN/2009, deu-se início ao programa integrado de policiamento de proximidade no processo de modernização e desenvolvimento da Polícia Nacional, supervisionada pela DNOP/PNA e ao nível local, pela Direção Provincial de Ordem Pública, com estruturas orgânicas e funcionais a nível dos comandos municipais²⁸ de polícia e teve dois objetivos, sendo, estratégicos e operacionais.

O modelo integrado de policiamento apresenta uma estrutura de hierarquia funcional onde ao Comandante geral da Polícia Nacional incumbe, a definição de diretrizes e modalidades de ação, programas e ações no âmbito do policiamento de proximidade em todo o do país, assumir a direção estratégica da implementação da estratégia de policiamento de proximidade presidir ao conselho nacional de segurança comunitária, estabelecer parcerias, acordos e outras formas de cooperação com ministérios, instituições públicas e privadas, e outros parceiros, fiscalizar, avaliar e corrigir a implementação da Estratégia de Policiamento de Proximidade (PNA, 2020).

Ao comandante provincial incumbe, elaborar a estratégia de PP a nível provincial, baseado na estratégia nacional adequando-se as especificidades do seu território, já aos comandantes municipais incumbe, garantir e coordenar a execução dos programas e ações no âmbito do PP pelas esquadras e postos policiais sob seu comando, e por fim as esquadras e postos de Polícia incumbe, elaborar e manter atualizado o diagnóstico local de segurança dos seus territórios operacionais, organizar e realizar Encontros Comunitários de Segurança, executar os programas especiais de prevenção criminal superiormente definidos na estratégia de policiamento de proximidade (PNA, 2020).

A institucionalização do policiamento de proximidade baseou-se numa série de critérios e deve se adequar as especificidades criminais, económicas, demográficas, sociais, culturais, urbanísticas da área de responsabilidade de cada Comando Provincial da PN (diretiva 002, 2009).

²⁸ O artigo 43.º alínea d), e) e f) do despacho 44/Gab./CGPNA/2020, de 10 de agosto, regulamento orgânico do Comando Provincial de Luanda, estabelece a necessidade de as esquadras garantir a implementação do policiamento de proximidade, implementar os programas no âmbito do policiamento e criar parcerias com entidades público-privado a nível das comunidades locais.

4.5.Base e objetivos da institucionalização

A base da institucionalização é a formação contínua dos agentes de proximidade, através do instituto de ciências policiais e criminais de Angola e decorreu entre fevereiro e maio de 2019 com um total de 1067 (mil e sessenta e sete) efetivos entre Oficiais, Subchefes e Agentes nas especializações de Comando e Operações, de Graduado de Serviço e o Curso Básico de Segurança Pública seguido de estágio que foi realizado nas Esquadras da 45^a Esquadra do Capalanga/Viana e a 19^a do Catintón/Luanda (Vunge, 2020).

A nível dos comandos municipais decorrem de formações esporádica formal ou informal de modos a elevar o nível de formação dos efetivos bem como o entendimento aos fenómenos da modernidade e atendimento ao público.

Quanto aos objetivos ficou definido em estratégicos e operacionais sendo este primeiro virado a articulação das valências de prevenção e alteração gradual do policiamento tradicional por um policiamento da proximidade de modos a melhorar os padrões de eficácia da atuação policial e os objetivos operacionais visam atuara diretamente aos focos criminais para redução dos índices de insegurança objetiva e subjetiva, acentuar as estratégias da polícia aos grupos de riscos bem como melhorar a integração da polícia no meio social através da adoção de uma resposta personalizada e adaptada aos problemas concretos da comunidade local (Diretiva, 002, 2009).

4.6.Estrutura Orgânica do PIPP

Como já referenciado, O PIPP, é supervisionado, em termos técnicos, pela Direção Nacional de Ordem Pública (DNOP) e nos comandos provinciais, o programa é coordenado pelo diretor provincial na mesma cadeia de mando e localmente pelos comandantes das divisões de polícia, municipais ou de esquadras (Diretiva, 002, 2009).

Os Comandos Provinciais nomeiam os programas, gestores e os supervisores locais do programa e agentes de proximidade. Sendo os gestores locais, os comandantes municipais e de esquadras sendo estes responsáveis por criar laços com as entidades públicas Provinciais, Administrações Municipais e comunais e privadas (Diretiva, 002, 2009).

Ao passo que os supervisores locais são chefes responsáveis pela gestão das EPAV e (EPES). Estes Supervisores são ainda responsáveis pelos contatos com os presidentes das associações locais e coletividades, no âmbito de parcerias desenvolvidas com a polícia nacional (Diretiva, 002, 2009).

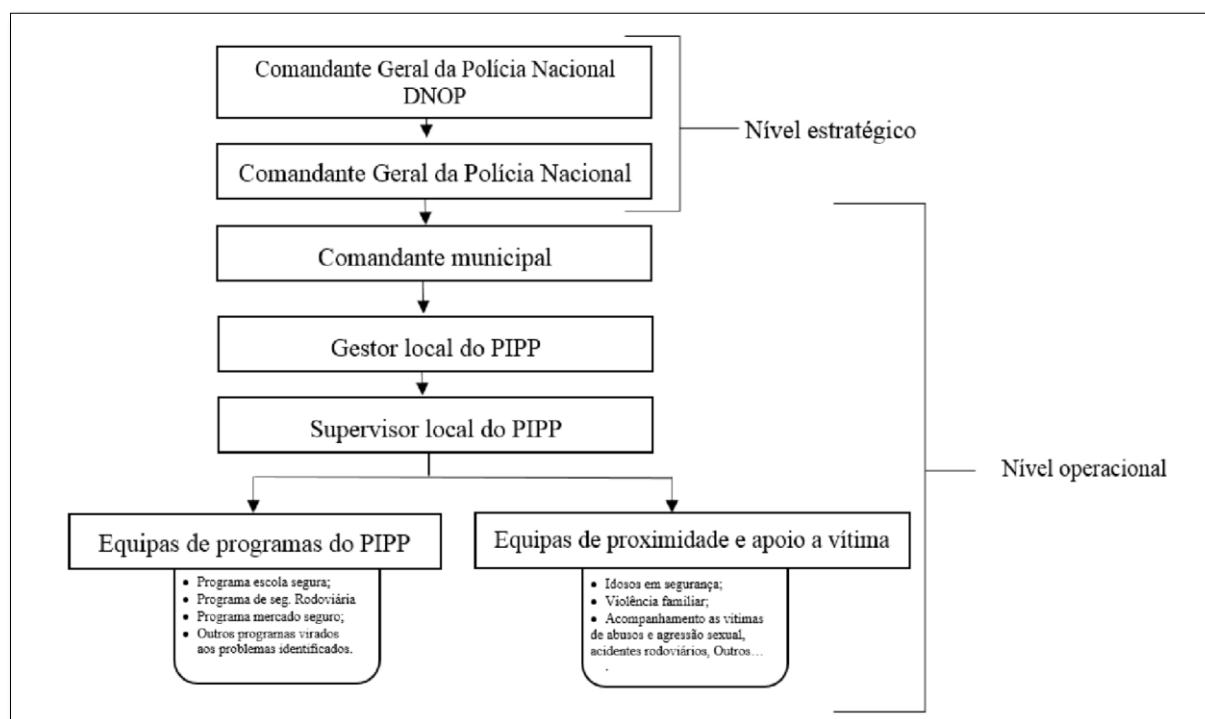


Figura 16-Estrutura de enquadramento.

Fonte: o autor, adaptado da diretiva 002/2009.

A institucionalização do programa integrado do policiamento de proximidade encontrou várias deficiências no nível operacional, o que levou uma análise generalizada culminando com a reestruturação dos comandos municipais e esquadras.

A reestruturação que nos referimos teve sua base na reavaliação das infraestruturas das esquadras, estrutura orgânica, avaliação dos horários de serviço, incapacidade formativa do efetivo. Este fato lançou o modelo piloto de ensaio da sua implementação, dando vazio ao projeto “Nossa esquadra²⁹” em 2019, dando uma grande capacidade de intervenção nos casos de situações de pequenos incidentes com baixa agressividade e situação de grave alteração da ordem pública ou ate mesmo crimes violentos.

²⁹ O projecto é criado por Despacho nº 009/2019 de 11 de fevereiro do Comandante Geral da Polícia Nacional o Projecto “Esquadra Amiga” que veio mais tarde designar-se por Projecto “A Nossa Esquadra” e criada a comissão de implementação por Despacho nº054/GAB/CGPNA/2019, a fim de tornar eficaz a prevenção criminal, o aumento do sentimento de segurança dos cidadãos e a confiança destes nos serviços das Esquadras policiais (Vunge, 2020, p.12).

Numa primeira fase foram selecionadas 4 esquadras tais como 1.^a Esquadra da Ilha de Luanda, do Comando Municipal de Luanda, a 44.^a Esquadra do Município de Viana, e as 51.^a e 52.^a esquadras ambas da Cidade do kilamba, afeta ao Comando Municipal de Belas. A posterior, o projeto estendeu-se ao município do Cazenga, embora que de forma tímida e a título experimental nas esquadras da Madeira, Calawenda a esquadra do Hoji ya Henda já nos anos 2021.

A seleção das esquadras para implementação do projeto piloto foi baseado em diferentes critérios como zonas com maior incidência criminais para avaliação das respostas e das vantagens da aproximação policia e cidadão bem como em zonas localizadas no centro da cidade tendo em conta as exigências na prestação de um serviço de qualidade e melhor promover e vender a boa imagem policial.

O projeto trouxe consigo a reorientação do patrulhamento e, neste sentido, a mudança primordial foi no modelo de mobilidade das forças de patrulha de veículos motorizados aos postos descentralizados de policiamento, os chamados setores, que motivou a setorização ou divisão dos territórios operacionais em 5 cinco setores, para que, de forma equitativa serem distribuídos forças e meios, numero população a assegurar bem como os objetivos estratégicos a controlar.

Trouxe ainda uma gama de inovações e uma filosofia de atuação policial de proximidade moderna e com valências que proporcionaram um sentimento de segurança das comunidades através de programas de proximidade variados e direcionados aos diferentes problemas que afetam as comunidades e pautavam-se na promoção da imagem institucional da Polícia Nacional, através de uma metodologia de engenharia social de elevação de princípios, valores e uma consciência coletiva de respeito e aceitação da Polícia e dos seus profissionais.

O que se verificou a posterior ou aos dias de hoje, é que a continuidade destas políticas que segundo a doutrina apresentada em nossa dissertação discorrem para uma política de segurança pública e como tal funciona de forma branda e letárgica, sendo que o modelo que se esboçou não tem continuidade estratégica e operacional.

Pois que este modelo, do ponto de vista estratégico, funcionou como uma política de segurança pública pelo fato de ter início apenas na polícia, ou seja, se tornou uma ação isolada das forças policiais e não foi criado do topo a base, e como já frisado por Elias (2022), deve ser

uma emanção do Estado central e desenvolvido nos gabinetes governamentais assumindo um caráter centralizado, diretivo e pugnado.

Com reestruturação do quadro orgânico da PNA, fundiu-se a direção de ordem pública e como já apresentado em nossa dissertação, figurava-se como o órgão reitor do projeto deixando a mercê dos comandos municipais e sem sequência orgânica a nível das estruturas máximas. Assim sendo, as esquadras têm no seu modelo adaptado levado a cabo ações isoladas que se assemelham a um modelo de policiamento orientado a proximidade através de bate-portas e distribuição de contacto dos gestores das esquadras.

Contudo, a criação do projeto “nossa esquadra” que funcionava como pivô de representação do PIPP não teve uma estrutura compacta de manutenção e caiu na descontinuidade voltando aos dias de hoje num modelo bifuncional entre o policiamento tradicional com os programas do PIPP e novas estruturas.

4.7.A experiência de Portugal

Portugal é fonte primária da criação e evolução da polícia Angolana e seu histórico policial remonta desde os primórdios da criação do governo-geral da colônia e, até aos dias de hoje tem sido o máximo-pilar de influência para atingirmos a modernidade policial. Deste modo a análise das melhores práticas de institucionalização do policiamento de proximidade a que nos propusemos, funda-se no modelo integrado de policiamento de proximidade (MIPP), da PSP.

O modelo moderno securitário de Portugal começou a ser abordado na agenda política de modos a afastar o paradigma tradicional pela Administração Interna, vindo a se materializar em orientações do Programa do XII Governo Constitucional de 1991 a 1995 o que resultou na criação do primeiro protocolo entre o Ministério da Administração

Interna e o Ministério da Educação nascendo os programas “Escola Segura” e Apoio 65 “idosos em segurança” (Lucas, 2021).

Neste período ficou patente a necessidade de criação de um programa que desse voz a comunidade e vontade da polícia em trona-la como politica de segurança pública estando presentes nas comunidades levando e buscando informações que privilegiassem ações policias e uma grande presença deste nas comunidade, garantindo maior confiança populacional aos órgãos de segurança. Mas “apesar da presença recorrente do policiamento de proximidade no discurso político, persistiu a sua falta de incorporação nas políticas públicas de segurança (Elias, 2018, p. 164, apud Lucas, 2021, p.25).

Foi então que dada a parca capacidade do policiamento tradicional em dar resposta aos índices de criminalidade e adotar um modelo de ação policia que privilegie o contato e busca de informações, foi institucionalizado a Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio apresentado pela Direção Nacional da PSP (DNPS), que implementou o PIPP (Programa integrado de policiamento de proximidade), protocolada com a Universidade Nova de Lisboa. Em 2010, o PIPP passou a designar-se MIPP, através da Ordem de Operações n.º 4822, de 12 de julho, da DNPS, (Lucas, 2021).

Em síntese o Modelo Integrado do Policiamento de Proximidade, foi implementado a partir do MAI (Ministério da Administração Interna) enquanto um departamento ministerial do governo, fazendo parte de uma agenda política deste órgão reitor da governação do país, funcionando como uma política publica de segurança e não o contrario.

Dito de outras formas a ação governamental traduz-se na vontade legislativa o que facilita a sua institucionalização e proporciona maior seriedade no assunto, bem como um acompanhamento faseado da sua aplicabilidade orçamentada para propiciar melhores resultados. Em Angola, o programa integrado de policiamento de proximidade, discorre de uma estratégia de polícia com emanção do Comandante Geral da PNA, com a função de definir as diretrizes e modalidades dos programas do Policiamento de Proximidade supervisionada pela DNOP/PNA e ao nível local, pela Direção Provincial de Ordem Pública. Neste sentido funciona como política de segurança pública.

CAPÍTULO 5 – MÉTODO

5.1. Classificação da Pesquisa

Os trabalhos científicos obedecem um conjunto de regras e procedimentos para sua elaboração, deste modo, “a metodologia de investigação deve ser vista como um conjunto de procedimentos técnicos que fundamentem as pesquisas científicas em qualquer área, incluindo as ciências policiais (...)” (Júnior, et al, 2022, p.122), assim sendo, na elaboração da nossa dissertação adotamos uma estrutura metodológica que organize a aplicação das técnicas de pesquisa aludidas no nosso trabalho, que serviram para substantivamente dar resposta ao nosso problema de investigação.

Deste modo, para melhor resposta ao problema de pesquisa nos baseamos na classificação apresentada por Oliveira (2011) e Podranov e Freitas (2013), onde, do ponto de vista dos seus objetivos, a pesquisa é essencialmente descritiva, visto que nos ajudou a descrever o fenómeno ou situação em detalhe acerca do policiamento de proximidade em particular no município do Cazenga e sua influência de modo geral na implantação de Políticas Públicas de Segurança. (Oliveira, 2011).

Quanto a forma de abordagem do problema, ela apresenta-se como qualitativa e quantitativa, ou seja, mista. A pesquisa qualitativa, enquanto método segundo o qual “tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (Oliveira, 2011, p. 24), permitiu efetuar uma descrição sobre o policiamento de proximidade no Cazenga e um estudo profícuo sobre políticas publica no geral, recorrendo-se as entrevistas e a técnica da análise de conteúdo para melhor perceção do fenómeno.

A sustentação da pesquisa quantitativa surge na ideia de quantificação, tanto nas modalidades de recolha de dados de informação, quanto ao tratamento deles por meio de técnicas estatísticas. (Podranov & Freitas, 2013). Porquanto, por intermédio do inquérito por questionário e da técnica da estatística apresentada através das tabelas nos foi possível apresentar as opiniões das amostras de efetivos e cidadãos do referido território operacional.

Quanto à escolha do objeto de estudo, é classificada em estudo de caso, pois segundo Yin (2018), o estudo de caso permite uma investigação aprofundada e contextualizada, facilitando a compreensão das complexidades e das variáveis envolvidas. Este recurso nos

permitiu identificar e analisar as variáveis relacionadas ao policiamento de proximidade e como estas influenciam a eficácia das políticas de segurança no Município do Cazenga.

5.2. Métodos

Enquanto técnica para interpretação dos resultados recorreu-se aos métodos hipotético-dedutivo, estatístico e análise de conteúdos. O método hipotético-dedutivo permitiu realizar uma cadeia de demonstração em ordem decrescente, partindo de uma análise geral para o particular procurando então através das hipóteses levantadas e das técnicas de colheita seleccionadas chegar a uma conclusão (Silva & Menezes, 2005) aferindo assim a determinação do fator policiamento de proximidade e Políticas Públicas de Segurança.

O método estatístico em termos práticos permitiu transformar as opiniões ou respostas obtidas através do questionário que aplicado aos efectivos do Comando Municipal do Cazenga e aos munícipes do referido território operacional.

Tendo em conta abordagem qualitativa e a técnica a entrevista aplicada, recorreu-se também ao método da análise de conteúdos, definida por Gil (1999) como uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifesto nas entrevistas, tem por finalidade a interpretação destas, objetivando tornar os dados válidos e significativos.

Para efeitos de apresentação, análise e discussão dos dados, achou-se pertinente serem descritos os resultados obtidos por parte da entrevista semi-estruturada dirigida ao Comandante Municipal do Cazenga e Administradora Municipal do referido território, estando estas expostas nos apêndices, servindo deste modo como elementos sustentáveis na verificação das hipóteses.

5.3. Instrumentos de recolha de dados

No que toca os instrumentos de recolha de dados e tendo em conta a pesquisa qualitativa e quantitativa seleccionada, optou-se pela técnica da entrevista e inquérito por questionário.

A técnica da entrevista, segundo Minayo (2009), permite uma flexibilidade na coleta de dados, possibilitando ao pesquisador adaptar as perguntas com base nas respostas dos entrevistados e explorar tópicos emergentes durante a conversa. Esse nível de interatividade e

adaptabilidade é crucial para obter dados ricos e contextuais, que são fundamentais para uma análise detalhada do fenômeno em questão.

Portanto, pela sua eficácia na exploração de ideias complexas, teste de respostas e investigação de percepções sobre o nosso tema, foi elaborado a partir de perguntas abertas sendo ela estruturada dirigida ao Comando Municipal do Cazenga, identificada ao longo do trabalho por “Entrevistado A” bem como o Administrador Municipal do Canzega, tratada por “Entrevistado B”.

Quanto ao inquérito por questionário conceituado enquanto “[...] meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche” (Marconi & Lakatos, 1996, p. 88) através de um conjunto de perguntas abertas ou fechadas, foi elaborado em adaptação à amostra, onde dela fizeram parte efetivos do Comando Municipal do Cazenga e cidadãos do referido território operacional objectivando assim levantar opiniões sobre o policiamento de proximidade, aferindo assim a influência que estas têm na promoção da Políticas Públicas de Segurança.

Por se tratar de um estudo feito também através de dados bibliográficos, recorre-se a pesquisa bibliográfica que permitiu conhecer sobre o que já foi escrito a volta da temática e colher referencial teórico utilizado na construção dos capítulos que antecedem os resultados; e a pesquisa documental, diferente da bibliográfica tem sua atenção a natureza das fontes (Gil, 1999), permitiu estudar os relatórios e documentos oficiais, servindo este como principal ferramenta para colheita análise dos dados empregues no capítulo seis.

5.4. Caracterização da população e amostra

A população ou universo são as comunidades do município do Cazenga, segundo Richardson (1999), a população alvo é um conjunto de elementos que possuem determinadas características.

Geralmente se designa população ao se referir a todos habitantes de determinado lugar” (Richardson 1999, p.157). Para Rudio (1997) “a população são indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo” (p.49). Assim sendo, a nossa população são os munícipes e os efetivos da polícia do referido Comando Municipal.

A amostra aqui representada foi por escolha racional e conveniência tendo como critério o género e faixa etária, uma vez que, o que se pretende é saber o sentimento das populações sobre a qualidade dos serviços prestados pela PNA aos seus cidadãos. Logo, para se obter as respostas sobre o tema foram inqueridos do público-alvo num total de 300 cidadãos (a comunidade e a polícia) divididos em dois grupos (com igual numero cada).

Do lado dos efetivos os critérios foram baseados em idades, postos e tempo de serviço, um total de 150 policiais das esquadras da Madeira, Kalawenda e Hoji Ya Henda (Santo António) todas do município do Cazenga, por terem vivenciado as experiencias da institucionalização do policiamento de proximidade no âmbito da extensão do projeto piloto.

Quanto as comunicados, foi realizado um serviço de campo baseado em interpelações na via publica onde seleccionamos uma amostra de 150 moradores dos distritos mais afetados segundo o estudo efetuado ao Relatório de segurança pública do município do ano 2023 e dentre estes, o comandante municipal da policia no Cazenga e sua excelência administradora municipal, sendo que o comandante da polícia pertence ao grupo dos efetivos da polícia e administradora pelas comunidades.

CAPÍTULO 6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar, analisar e discutir os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada no âmbito do estudo “Policiamento de proximidade enquanto fator estratégico para implantação de Políticas Públicas de Segurança: Estudo de Caso do Município do Cazenga”.

Assim, este capítulo busca não apenas apresentar os dados recolhidos, mas também proporcionar uma análise reflexiva e crítica sobre os desafios e oportunidades que surgem no contexto do policiamento de proximidade. Através da integração das percepções dos diversos atores envolvidos, este estudo pretende contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança mais eficazes e adequadas à realidade do Cazenga, fomentando uma maior cooperação entre a polícia e a comunidade e, em última instância, promovendo uma melhoria substancial nas condições de segurança local.

6.1. Resultados dos dados demográficos

A análise etária da nossa amostra baseou-se em dois pontos sendo a primeira da Polícia Nacional no Cazenga e de seguida da população residente. No que concerne a polícia foram estudadas as idades de modo a termos uma percepção da capacidade dos efetivos face a necessidade operativa e do ponto de vista da população pretendeu-se com esta, perceber as faixas etárias tendo em conta as exigências das políticas.

Ao analisar os dados demográficos relacionados à idade dos 150 efetivos de polícia das esquadras sedeadas no município do Cazenga, observa-se que a maior parte se encontra na faixa etária entre 35 e 44 anos, representando 40% do total. Este grupo é, portanto, o mais numeroso, sugerindo que a maioria dos efetivos de polícia possui uma idade intermediária, o que pode refletir uma experiência profissional consolidada e uma grande capacidade tático-operacional. Efetivos com menos de 25 anos correspondem a 10% do universo total, o que revela um número modesto de jovens ingressando nas fileiras da polícia. Esse grupo representa o início de carreira e tende a aumentar conforme novas gerações ingressam na corporação. Finalmente, a faixa etária de 55 anos ou mais é a menos representada, correspondendo a apenas 6,67%. (Tabela 18, Apêndice 9).

A distribuição etária de 150 inquiridos na comunidade do Cazenga, revela uma predominância significativa de pessoas na faixa etária de 26 a 35 anos, representando 40% do

total. Esta é a maior percentagem entre as faixas etárias analisadas, sugerindo que a população adulta jovem constitui o grupo mais representativo entre os inquiridos. Esta concentração de jovens adultos pode estar relacionada à estrutura demográfica do município, com maior número de pessoas em idade produtiva, e também à sua maior participação em atividades comunitárias e questões de segurança (Tabela 19, Apêndice 9).

Os inquiridos com menos de 18 anos somam 3,33%, o que reflete uma participação mínima de adolescentes. Esse resultado pode ser explicado pela limitação de responsabilidade atribuída a essa faixa etária em termos de questões de segurança ou pela menor participação em processos comunitários de tomada de decisão. No entanto, a percepção de segurança e policiamento também afeta este grupo, particularmente em termos de proteção e ambiente escolar. A faixa de mais de 55 anos totaliza 6,67%, o que demonstra uma presença um pouco mais expressiva de pessoas idosas, embora ainda em menor número. Este dado indica que, embora os idosos representem uma minoria, sua participação na pesquisa pode refletir preocupações específicas com a segurança pessoal e a proteção da propriedade, aspetos que se tornam mais relevantes em idades mais avançadas (Tabela 19, Apêndice 9).

As faixas etárias dos participantes desta pesquisa desempenham um papel crucial na análise das percepções e prioridades da comunidade em relação à segurança pública e ao policiamento de proximidade no Cazenga. Cada grupo etário tende a trazer diferentes preocupações e visões sobre a eficácia das estratégias de segurança, o que pode influenciar diretamente os resultados da pesquisa e as recomendações para políticas públicas.

A análise dos dados sobre o género dos 150 efetivos de polícia revela uma clara predominância do sexo masculino, que representa 73,33% do total. Esse dado é comum em muitos setores de segurança pública, onde historicamente há uma maior participação de homens. A presença expressiva de efetivos do género masculino pode ser atribuída à natureza da profissão, que, em muitos contextos, ainda é vista como fisicamente exigente e histórico-cultural, mais associada aos homens (Tabela 20, Apêndice 9).

Por outro lado, o número de efetivos do género feminino, embora inferior, ainda corresponde a 26,67%, onde se denota a presença significativa de mulheres que vêm desempenhado papéis importantes dentro da polícia, contribuindo para a diversidade e a eficiência nas operações policiais (Tabela 20, Apêndice 9).

Os dados sobre a distribuição de gênero das comunidades do Cazenga, revela uma predominância de inquiridos do sexo masculino, com 62% e 38% do sexo feminino. Este resultado é significativo, pois mostra que os homens têm maior participação no questionário sobre segurança pública e policiamento no município. Apesar que durante a nossa pesquisa e abordagem na via publica aos transeuntes, sobretudo no período da manhã era mais visível, homens que mulheres a circular (Tabela 21, Apêndice 9).

A necessidade de efetuarmos um estudo sobre os níveis de escolaridade cinge-se na perspetiva de analisarmos até que ponto os inquiridos possuem alguma orientação académica e científica no estudo geral para melhor avaliarmos as suas respostas.

No que toca aos resultados do referido campo, a maioria dos participantes no caso 33,33%, possui o ensino médio completo, o que indica um nível educacional moderado na comunidade. Essa composição educacional é significativa, pois sugere que a maioria da população está em uma fase em que a inserção no mercado de trabalho e a participação ativa em questões comunitárias são mais prováveis (Tabela 22, Apêndice 9).

Em seguida, 20% dos inquiridos completaram o ensino de base, enquanto 13,33% ainda não o concluíram. A educação de base, que é essencial para o desenvolvimento das competências fundamentais de leitura e escrita, desempenha um papel crucial na capacidade da população de compreender e participar em questões de segurança pública e de policiamento. A ausência de educação básica completa pode limitar a participação ativa dos cidadãos em questões de segurança e pode ser um indicador de maiores dificuldades socioeconômicas, que afetam diretamente suas percepções e experiências com a criminalidade (Tabela 22, Apêndice 9).

O número relativamente baixo de inquiridos com ensino superior completo ou incompleto (3,33% em cada categoria) revela que o município do Cazenga ainda possui uma baixa representatividade de pessoas com níveis educacionais mais elevados. Essa realidade é comum em áreas urbanas de baixo rendimento, onde o acesso ao ensino superior é limitado devido a barreiras econômicas e sociais. A baixa presença de inquiridos com formação superior também pode refletir uma fuga de cérebros, onde pessoas com maior formação tendem a buscar oportunidades fora do município e ate mesmo fora do país (Tabela 22, Apêndice 9).

Quanto a análise dos dados referentes ao tempo de serviço dos 150 efetivos da polícia das esquadras adstritas ao município do Cazenga, revela-se que a maioria, equivalente a 46,67%,

tem entre 6 e 10 anos de experiência na corporação. Esse dado reflete um quadro relativamente estável e experiente, indicando que uma parte significativa dos efetivos possui uma bagagem profissional sólida e está bem integrada às atividades da polícia (Tabela 23, Apêndice 9).

O grupo com menos de 1 ano de serviço é o menos representado, correspondendo a apenas 6,67% do universo total. Isso reflete um ritmo de recrutamento mais moderado ou um período de estabilidade na composição do quadro de efetivos, sem grande entrada de novos profissionais recentemente (Tabela 23, Apêndice 9).

Em resumo, a análise do tempo de serviço sugere que a maioria dos efetivos possui uma experiência significativa, com um equilíbrio saudável entre profissionais mais jovens e aqueles com mais tempo de casa. Este cenário é positivo para a continuidade das operações, proporcionando uma mescla de inovação e experiência na condução das atividades policiais (Tabela 23, Apêndice 9).

6.2. Análise e percepção do nível de criminalidade

a)- Sobre a percepção do nível de criminalidade

Sobre a percepção do nível de criminalidade, cabe-nos trazer uma comparação óbvia, entre os dados da polícia refletida em relatório e do inquérito, bem como dos dados da população.

Este estudo comparativo, remete-nos na necessidade de podemos relacionar entre a criminalidade percebida e objetiva, ou seja o crime subnotificado (cifras negras) e o crime registado. As cifras negras referem-se aos crimes não relatados a polícia com base nas queixas, e ficam de fora por se considerar incidência não reportada.

Tabela 2: Percepção do nível de Criminalidade no município do Cazenga.

Nível de Criminalidade	Nº	(%)
Muito alto	30	20%
Alto	50	33,33%
Moderado	45	30%
Baixo	15	10%
Muito baixo	10	6,67%
Total	150	100%

Ao analisar as percepções dos 150 efetivos de polícia sobre o nível de criminalidade no município do Cazenga, é possível traçar um paralelo com estudos realizados em contextos semelhantes, que ajudam a compreender os fatores subjacentes às elevadas taxas de criminalidade percebidas.

De acordo com Wilson e Kelling (1982), a teoria das Janelas partidas sugere que ambientes urbanos deteriorados e sem manutenção tendem a aumentar a percepção e a incidência de crimes. Essa ideia pode se aplicar ao Cazenga, onde algumas políticas públicas sociais são ineficazes e deixando os bairros e as comunidades sem o básico, e com infraestruturas precárias, ausência de políticas públicas de segurança contribuem para a percepção de insegurança por parte dos policiais e moradores, levando 33,33% dos efetivos a classificarem o nível de criminalidade como alto.

A percepção de que a criminalidade moderada vem logo em seguida, com 30% dos efetivos compartilhando essa visão. A proximidade entre as percentagens dos que consideram o nível de criminalidade como alto e moderado reflete uma divisão de opinião, mas ainda revela um consenso de que a situação exige atenção, mesmo que alguns não a considerem tão grave.

Os efetivos que classificam a criminalidade como muito alta correspondem a 20% do total. Embora menor que os grupos anteriores, este percentual reforça a ideia de que, para uma parcela significativa, o município do Cazenga enfrenta níveis críticos de criminalidade, o que pode impactar diretamente a qualidade de vida da população.

Por outro lado, apenas 10% dos efetivos percebem a criminalidade como baixa, enquanto 6,67% a consideram muito baixa. Esses dados, embora representem uma minoria, indicam que há áreas ou momentos no município em que a criminalidade é percebida como menos ameaçadora, mas a opinião geral aponta para uma sensação mais alarmante, sugerindo a necessidade de intensificação das políticas de segurança para reduzir a violência e garantir maior tranquilidade aos moradores.

Sobre o nível de segurança ao qual pretendemos fazer uma correlação de estudo, apresentamos o quadro da percepção do nível de segurança a partir das comunidades com resultado discrepante.

Tabela 3: Percepção do nível de segurança na comunidade.

Nível de Segurança	Nº	%
Muito seguro	10	6.67%
Seguro	25	16.67%
Moderado	45	30%
Inseguro	55	36.67%
Muito inseguro	15	10%
Total	150	100%

É discrepante, na medida que as percepções dos inquiridos sobre o nível de segurança a nível das comunidades, revelam que a maior parte dos inquiridos, 36,67%, considera o município "inseguro". Esse dado reflete uma preocupação generalizada com a segurança pública na área, o que pode estar relacionado a altas taxas de criminalidade, falta de infraestrutura adequada e ausência de medidas eficazes de policiamento.

A segunda maior percentagem, 30%, descreve a segurança do município como "moderada", o que indica uma visão mais equilibrada. Esses inquiridos podem estar reconhecendo melhorias recentes no policiamento ou em iniciativas comunitárias, mas ainda sentem que o município está longe de ser considerado seguro. De acordo com Sampson e Raudenbush (1999), áreas com policiamento de proximidade e intervenções comunitárias podem melhorar a sensação de segurança, mas a percepção de risco ainda pode permanecer em função da persistência de crimes, mesmo que em menor escala.

Apenas 16,67% dos inquiridos avaliam o Cazenga como "seguro", enquanto 10% o descrevem como "muito inseguro", refletindo uma divisão entre aqueles que percebem uma segurança relativa e os que ainda se sentem em risco. A minoria de 6,67% que considera o município "muito seguro" pode representar pessoas que vivem em áreas específicas do município com melhor infraestrutura ou vigilância, ou que têm menos exposição a áreas de alta criminalidade, como por exemplo o distrito da Madeira.

Esses dados são fundamentais para entender as percepções de segurança na comunidade e o impacto do policiamento de proximidade. A predominância de percepções negativas ("inseguro" e "muito inseguro") sugere que as atuais estratégias de segurança e policiamento podem não estar alcançando todas as áreas de forma eficaz. Segundo estudos de Skogan (2006), a percepção de insegurança tende a persistir em áreas onde o policiamento não é visível ou

constante, mesmo que as taxas de criminalidade comecem a cair. Isso indica a necessidade de reforçar tanto a presença policial quanto a comunicação sobre as ações de segurança para que a comunidade se sinta mais protegida.

Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos inquiridos no Cazenga ainda percebe o município como inseguro, com uma parcela significativa considerando o nível de segurança moderado. Esses dados sugerem que há espaço para melhorar as estratégias de policiamento e infraestrutura, especialmente nas áreas mais vulneráveis do município, para que os moradores se sintam mais seguros.

b)-Sobre os problemas da segurança pública

É importante percebermos que a questão sobre os problemas da segurança pública nos remete a análise de dois elos do nosso trabalho sendo da parte de quem combate e cria estratégias, bem como da parte de quem sente diretamente.

Tabela 4: sobre os principais problemas de segurança enfrentados.

Problemas de Segurança	Nº	(%)
Roubo	60	40%
Furto	45	30%
Assaltos à mão armada	25	16,67%
Tráfico de drogas	10	6,67%
Violência doméstica	5	3,33%
Outros	5	3,33%
Total	150	100 %

Não muito distante do que se pode verificar no subtítulo da segurança pública do Cazenga/ RASP, os dados coletados indicam que o problema de segurança mais comum enfrentado pelos efetivos de polícia no seu dia-a-dia é o roubo, com 40% dos efetivos mencionando essa questão. O roubo, muitas vezes relacionado à violência e perda de bens, parece ser a principal preocupação nas operações diárias de segurança no município, demandando maior atenção das forças policiais.

De acordo com Felson e Clarke (1998), o roubo é frequentemente oportunista (aqui aludimos o roubo por esticção), ocorrendo em áreas onde há uma combinação de alvos valiosos, pouca vigilância e facilidade de fuga (triângulo criminal). No caso do Cazenga, a infraestrutura

precária e a falta de mecanismos robustos de segurança, como iluminação pública e câmeras de vigilância, políticas sociais precárias, zonas acidentadas que dificultam acesso a patrulhas policiais, propiciam a prática desse crime.

Logo em seguida, 30% dos efetivos relataram o furto como um dos principais desafios. Embora menos violento que o roubo, o furto também afeta a sensação de segurança da população e pode comprometer a confiança no sistema de segurança pública.

Assaltos à mão armada, considerados por 16,67% dos efetivos como um problema significativo, representam uma forma mais grave de criminalidade, dada a ameaça direta à vida das vítimas. Esse dado reflete a necessidade de maior foco em medidas que combatam a violência armada no município.

O tráfico de drogas foi mencionado por 6,67% dos efetivos, indicando que, embora presente, esse problema não tem o mesmo impacto ou visibilidade que os crimes contra o patrimônio, como roubo e furto. No entanto, o tráfico de drogas pode estar relacionado a outros tipos de crimes e, por isso, exige atenção.

A violência doméstica foi relatada por 3,33% dos efetivos. Embora em menor proporção, esse tipo de violência afeta diretamente o ambiente familiar e pode ser um indicador de problemas sociais mais profundos, que também devem ser abordados pelas autoridades. Finalmente, a categoria "Outros" também foi mencionada por 3,33% dos participantes, sugerindo que há outros problemas específicos que não foram cobertos pelas categorias principais, mas que impactam o cotidiano dos efetivos de polícia.

Tabela 5: Principais Problemas de Segurança enfrentados no Cazenga.

Problema de Segurança	Nº	%
Roubo	70	46,67%
Furto	45	30%
Assaltos à mão armada	60	40%
Tráfico de drogas	35	23,33%
Violência doméstica	30	20%
Outros	10	6.67%
Total	150	100%

Do lado das comunidades, sobre os principais problemas de segurança enfrentados pelos inquiridos no município do Cazenga, os dados no apresentam um panorama idêntico na primeira variável, onde o roubo é identificado como o maior problema, com 46,67% dos participantes mencionando-o.

Esse dado reflete a elevada prevalência de crimes contra o patrimônio na área. O roubo, muitas vezes associado à violência e à perda de bens, é uma das principais preocupações em áreas urbanas de alta densidade populacional, como o Cazenga, onde a presença de infraestruturas inadequadas e uma vigilância insuficiente aumentam as oportunidades para este tipo de crime. De acordo com Felson e Clarke (1998), a combinação de fatores como ruas mal iluminadas e a falta de policiamento ostensivo são condições que facilitam esse tipo de crime.

O furto, apontado por 30% dos inquiridos, é o segundo maior problema de segurança relatado. Embora menos violento que o roubo, o furto, também afeta a sensação de segurança dos moradores, especialmente em áreas onde a vigilância comunitária e a presença policial são limitadas. Segundo estudos de Skogan (2006), crimes como furto afetam a percepção geral de segurança, mesmo quando não envolvem violência direta, pois impactam a confiança nas instituições de segurança.

Os assaltos à mão armada, identificados por 40% dos respondentes, representam uma forma mais grave de criminalidade. Esses crimes, que envolvem ameaças diretas à vida das vítimas, são característicos de áreas onde a presença de armas e a falta de controlo sobre o tráfico delas são frequentes. A alta incidência de assaltos armados no Cazenga pode refletir um nível elevado de violência associada a crimes de rua e a uma maior sensação de insegurança entre os moradores.

O tráfico de drogas, apontado por 23,33% dos inquiridos, também aparece como um problema significativo. Embora menos citado que os crimes contra o patrimônio, o tráfico de drogas é um catalisador de outros crimes, como assaltos e violência armada. A presença do tráfico no Cazenga pode estar diretamente relacionada a outros problemas de segurança relatados, como roubo e assaltos.

A violência doméstica, mencionada por 20% dos inquiridos, também é um problema de destaque, particularmente em áreas urbanas onde as condições socioeconômicas são adversas. Segundo Stark (2007), a violência doméstica é frequentemente subnotificada, mas

representa uma grave violação dos direitos humanos que afeta não apenas as vítimas diretas, mas também o ambiente familiar e comunitário. A presença considerável desse tipo de violência no Cazenga sugere a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de uma rede de apoio para vítimas, incluindo programas de prevenção e proteção.

Finalmente, a categoria "Outros", com 6,67%, indica que existem outros problemas específicos de segurança que afetam a população, mas que não foram abordados nas categorias principais. Esses problemas podem incluir vandalismo, conflitos comunitários ou crimes ambientais, que, embora menos frequentes, ainda impactam o cotidiano dos moradores.

Importa salientar que a prevalência desses problemas reforça a importância de estratégias de policiamento de proximidade e infraestrutura adequada, como maior iluminação pública e vigilância, para reduzir as oportunidades para esses crimes. Além disso, a menção significativa ao tráfico de drogas e à violência doméstica sugere que a segurança no Cazenga deve ser tratada de forma holística, abordando não apenas a criminalidade visível, mas também as questões subjacentes, como o tráfico e a violência familiar, que afetam a coesão social e a sensação de segurança na comunidade.

6.3. Resultados das estratégias e sua eficácia para segurança pública

a)- sobre a estratégia de segurança pública

Tabela 6: Estratégias de Policiamento em vigor no Cazenga.

Estratégias de Policiamento	Nº	Percentagem (%)
Patrulhas regulares	75	50%
Policiamento de Proximidade	30	20%
Postos de controlo	20	13,33%
Uso de tecnologia (câmeras de vigilância, etc.)	15	10%
Outros	10	6,67%
Total	150	100%

De acordo com a percepção dos 150 efetivos das esquadras sedeadas no município do Cazenga, a principal estratégia de policiamento atualmente em vigor são as patrulhas regulares, sendo mencionadas por 50% dos participantes. Essa estratégia é amplamente utilizada para manter a presença policial nas ruas e dissuadir potenciais criminosos, além de oferecer uma resposta rápida em caso de emergências³⁰.

O policiamento de proximidade foi destacado por 20% dos efetivos. Embora menos frequentes que as patrulhas regulares, esse modelo de policiamento é crucial para estreitar os laços entre a polícia e a comunidade, melhorando a confiança e a cooperação dos cidadãos para a segurança local.

Os postos de controlo, que foram citados por 13,33% dos efetivos, são estratégias menos utilizadas, o que sugere que sua implementação é limitada a poucas áreas ou situações específicas. Postos de controlo têm a função de restringir o movimento de criminosos e contrabando, mas a sua menor presença pode indicar um número reduzido de recursos ou foco em outras estratégias.

A utilização de tecnologia, como câmaras de vigilância, foi mencionada por 10% dos efetivos. Isso indica que o uso de tecnologia no policiamento é ainda muito limitado no Cazenga, o que pode comprometer a capacidade de monitorar atividades criminosas de forma mais eficiente e abrangente.

Por fim, a categoria "Outros" foi selecionada por 6,67% dos efetivos, sugerindo que existem outras estratégias específicas de policiamento em prática, mas que não foram contempladas pelas opções principais.

Em resumo, as patrulhas regulares são a estratégia de policiamento mais frequente no município do Cazenga, com menor implementação de estratégias como postos de controlo, policiamento de proximidade e o uso de tecnologia. Isso sugere que, embora existam esforços para garantir a segurança, há espaço para ampliar e diversificar as abordagens de policiamento, particularmente no uso de tecnologias e no fortalecimento do policiamento de proximidade.

³⁰ *Coram supervisoris vetat voluntatem delinquentes* (este brocardo latim, estabelece que a presença do fiscalizador inibe a vontade do infrator).

b)-Sobre a eficácia das estratégias

Tabela 7: Eficácia das Estratégias de policiamento para a redução da criminalidade.

Eficácia das Estratégias de PP	Nº	Percentagem (%)
Uso de tecnologia (câmeras de vigilância, etc.)	50	33,33%
Patrulhas regulares	45	30%
Policciamento de Proximidade	30	20%
Postos de controlo	15	10%
Outros	10	6,67%
Total	150	100%

A análise das percepções sobre a eficácia das estratégias de policiamento na redução da criminalidade mostra que o uso de tecnologia, especialmente câmeras de vigilância, é considerado a estratégia mais eficaz, com 33,33% dos efetivos reconhecendo sua contribuição significativa para a diminuição da criminalidade. A presença de câmeras facilita a identificação e a captura de criminosos, além de servir como um forte dissuasor contra atividades ilegais.

Tal como citado em estratégias, a eficácia é resultado de uma boa estratégia, logo, as patrulhas regulares foram citadas por 30% dos efetivos como sendo eficaz na redução da criminalidade. Essa abordagem resulta sempre que se quer garantir a presença visível da polícia, o que pode desencorajar comportamentos criminosos e promover um senso de segurança na comunidade.

O policiamento de proximidade foi mencionado por 20% dos efetivos como uma estratégia que tem trazido resultados positivos. Esse modelo de policiamento promove um contato mais próximo com a comunidade, o que pode ajudar a resolver problemas locais e aumentar a confiança da população na polícia.

Por outro lado, os postos de controlo foram considerados eficazes por apenas 10% dos efetivos. A baixa percentagem pode refletir a menor frequência com que esses postos são utilizados ou uma percepção limitada de seu impacto na redução da criminalidade.

A categoria "Outros" foi mencionada por 6,67% dos efetivos, sugerindo que existem outras estratégias que também têm contribuído para a redução da criminalidade, mas não foram detalhadas nas opções fornecidas.

A tecnologia, especialmente câmeras de vigilância, é vista como a estratégia mais eficaz para reduzir a criminalidade, seguida pelas patrulhas regulares e pelo policiamento de proximidade. Os postos de controlo têm um impacto mais limitado, e há espaço para explorar outras estratégias que podem complementar os esforços atuais.

A eficácia das estratégias de policiamento na redução da criminalidade é um tema amplamente estudado, e os dados coletados sobre o município do Cazenga refletem várias abordagens comuns que têm sido analisadas em pesquisas anteriores.

De acordo com os dados, o uso de tecnologia, como câmeras de vigilância, é visto como a estratégia mais eficaz na redução da criminalidade. Estudos realizados por vários autores confirmam essa visão. Segundo a pesquisa de Welsh e Farrington (2009), a instalação de câmeras de vigilância em áreas urbanas tem mostrado resultados positivos na redução de crimes, especialmente em crimes contra o patrimônio. As câmeras não apenas ajudam a identificar e prender criminosos, mas também atuam como um dissuasor significativo, reduzindo a probabilidade de delitos na área monitorada.

Patrulhas regulares, por outro lado, são percebidas como uma estratégia eficaz por um número considerável de efetivos. Estudos como o de Braga e Davis (2014) ressaltam que a presença visível da polícia nas ruas pode reduzir a criminalidade, uma vez que aumenta a probabilidade de detecção e diminui as oportunidades para a prática de crimes. O conceito de "policiamento em alta visibilidade" tem sido associado a uma redução geral na taxa de criminalidade, principalmente em crimes oportunistas.

O policiamento de proximidade também é considerado uma estratégia eficaz, conforme mostrado por estudos como o de Skogan e Hartnett (1997). O policiamento de proximidade, que envolve a construção de relações mais próximas entre policiais e a comunidade, tem demonstrado melhorar a confiança pública na polícia e aumentar a colaboração da comunidade na prevenção do crime. Esse tipo de policiamento pode resultar em uma maior eficácia na resolução de problemas locais e na diminuição da criminalidade.

Por outro lado, os postos de controlo, mencionados por um menor número de efetivos, têm um impacto mais limitado na redução da criminalidade. Estudos como o de Braga e Rosenbaum (2001) indicam que, embora os postos de controlo possam ser úteis em situações específicas, sua eficácia geral na redução da criminalidade é menos pronunciada comparada a outras estratégias como patrulhas regulares e policiamento de proximidade.

Além disso, a categoria "Outros" mencionada pelos efetivos sugere que há outras abordagens específicas que podem ter impacto na segurança pública, mas que não foram detalhadas nas opções principais. Isso reforça a importância de adaptar as estratégias de policiamento às necessidades locais e contextos específicos.

Desta feita, podemos dizer que as evidências empíricas e estudos realizados indicam que o uso de tecnologia, patrulhas regulares e policiamento de proximidade são estratégias eficazes na redução da criminalidade. Essas abordagens são suportadas por pesquisas anteriores que destacam a importância da visibilidade policial e da tecnologia na prevenção do crime. A combinação de diferentes estratégias, adaptadas às características específicas de cada área, pode levar a uma gestão de segurança pública mais eficaz.

c)-Sobre os desafios na implementação de estratégias de pp

Tabela 8: Desafios na Implementação das Estratégias de Policiamento.

Desafios na Implementação	Nº	(%)
Falta de treinamento	50	33,33%
Falta de recursos	45	30%
Problemas de coordenação	30	20%
Resistência da comunidade	20	13,33%
Outros	5	3,33%
Total	150	100%

Relativamente aos desafios enfrentados na implementação das estratégias de policiamento revela que a falta de treinamento é identificada como a principal dificuldade, conforme indicado por 33,33% dos efetivos. De acordo com estudos realizados por Lum et al. (2010), a falta de treinamento adequado pode limitar a eficácia das estratégias de policiamento, já que os policiais podem não estar plenamente preparados para utilizar novas técnicas e tecnologias ou para interagir efetivamente com a comunidade.

A falta de recursos é o segundo desafio mencionado, com 30% dos efetivos relatando essa dificuldade. Segundo a pesquisa de Braga e Weisburd (2012), a insuficiência de recursos pode restringir a capacidade das forças policiais de implementar estratégias eficazes, como a instalação de tecnologia de vigilância e a realização de patrulhas regulares. A alocação inadequada de recursos pode comprometer a qualidade e a abrangência das operações policiais.

Os problemas de coordenação, identificados por 20% dos efetivos, são outro desafio significativo. Estudos como o de Mazerolle et al. (2013) demonstram que a falta de coordenação entre diferentes unidades e agências pode levar a uma implementação ineficaz das estratégias de policiamento, resultando em duplicação de esforços ou lacunas na cobertura das áreas afetadas.

A resistência da comunidade foi mencionada por 13,33% dos efetivos como um problema. De acordo com a pesquisa de Tyler e Fagan (2008), a resistência da comunidade pode surgir devido à desconfiança nas autoridades policiais ou a preocupações sobre a forma como as estratégias são aplicadas. A falta de participação comunitária pode reduzir a eficácia de iniciativas como o policiamento de proximidade e afetar negativamente a colaboração entre a polícia e os residentes.

Finalmente, a categoria "Outros", mencionada por 3,33% dos efetivos, sugere que há desafios adicionais específicos que podem não ter sido detalhados nas opções fornecidas, mas que também impactam a implementação das estratégias.

Em resumo, a falta de treinamento, a insuficiência de recursos, os problemas de coordenação e a resistência da comunidade são desafios significativos enfrentados na implementação das estratégias de policiamento. Esses fatores podem limitar a eficácia das estratégias e a capacidade das forças policiais de alcançar seus objetivos de segurança pública. Estudos anteriores corroboram esses desafios, destacando a importância de abordá-los para melhorar a implementação das estratégias e, conseqüentemente, a segurança nas comunidades.

d)-Sobre a disposição da Comunidade para participar em programas comunitários de segurança no Cazenga

Tabela 9: Disposição da Comunidade para participar em programas comunitários de segurança no Cazenga.

Resposta da Comunidade	Nº	%
Sim, com certeza	110	73.33%
Talvez, dependendo do programa	40	26.67%
Não	0	0%
Total	150	100%

Quanto a disposição da comunidade do Cazenga em participar de programas comunitários de segurança é notável e mostra um forte desejo de colaborar na melhoria do ambiente local. O envolvimento da população é um fator determinante para o sucesso dessas iniciativas, e as autoridades devem aproveitar essa disposição para criar programas que incentivem a participação ativa e o diálogo contínuo com a comunidade. Com o apoio da população, o policiamento de proximidade e outras estratégias de segurança têm maior probabilidade de alcançar resultados positivos e duradouros.

De acordo com os dados a disposição da comunidade do Cazenga em participar de programas comunitários voltados para a segurança do município, é a maior percentagem dos inquiridos, representando 73,33%, respondeu positivamente, indicando que "sim, com certeza" participariam dessas iniciativas. Esse alto nível de comprometimento sugere que a comunidade está disposta a colaborar ativamente na busca por soluções para melhorar a segurança local. O forte desejo de participação revela um sentimento de responsabilidade coletiva, o que é fundamental para o sucesso de estratégias de policiamento de proximidade e outras iniciativas que dependem do envolvimento direto da população.

A resposta "talvez, dependendo do programa", foi escolhida por 26,67% dos inquiridos, o que mostra que, embora exista interesse, algumas pessoas ainda avaliam a natureza dos programas antes de se comprometerem totalmente. Esse dado sugere que a efetividade dos programas comunitários de segurança dependerá de como eles são estruturados e comunicados.

Programas bem definidos, que abordem questões relevantes para os moradores e apresentem benefícios claros, são mais propensos a atrair esses indivíduos que ainda estão hesitantes.

O fato de nenhum inquirido ter respondido "não" reforça o comprometimento geral da comunidade com a segurança. Isso indica que, independentemente das circunstâncias, a população do Cazenga entende a importância da segurança comunitária e está disposta a se envolver, desde que os programas sejam adequadamente alinhados às suas necessidades.

Os resultados desta questão são encorajadores, pois mostram que há um forte potencial de engajamento da comunidade nos esforços para melhorar a segurança no Cazenga. Esse nível de compromisso é crucial, uma vez que a colaboração ativa entre a população e as autoridades de segurança é um pilar fundamental para o sucesso do policiamento de proximidade. O fato de a maioria dos inquiridos estar disposta a participar demonstra que, com a abordagem certa, as iniciativas de segurança têm grandes oportunidades de sucesso.

A comunidade do Cazenga mostra-se pronta para atuar como parceira na prevenção de crimes e no fortalecimento da segurança local. Para capitalizar esse envolvimento, as autoridades devem garantir que os programas comunitários sejam inclusivos, transparentes e relevantes para os desafios específicos enfrentados pela população. Esse engajamento também cria uma oportunidade de promover um diálogo contínuo entre os moradores e a polícia, fortalecendo a confiança mútua.

e)-Sobre os desafios na implementação de estratégias de pp

Tabela 10: Avaliação do Papel do Policiamento de Proximidade no Município do Cazenga.

Avaliação do Policiamento de Proximidade	Nº	(%)
Muito importante	108	72%
Importante	38	25,33%
Neutro	1	0,67%
Pouco importante	0	0%
Nada importante	0	0%
Total	150	100%

A avaliação do papel do PP no município mostra uma forte valorização dessa estratégia pelos efetivos. De acordo com os dados, 72% destes, consideram o policiamento de proximidade como “muito importante”. Estudos anteriores corroboram essa percepção, destacando que o policiamento de proximidade pode fortalecer a relação entre a polícia e a comunidade, aumentando a confiança pública e melhorando a colaboração na prevenção do crime.

Segundo o estudo de Skogan e Hartnett (1997), o policiamento de proximidade permite que os policiais conheçam melhor as comunidades que servem, o que facilita a identificação e a resolução de problemas locais. Esse tipo de policiamento também promove um ambiente de maior segurança e reduz a sensação de isolamento da polícia em relação aos cidadãos.

Além disso, 25,33% dos efetivos avaliam o PP como “importante”. Embora não tão predominante quanto a avaliação de “muito importante”, essa opinião ainda reflete uma forte valorização das estratégias que incentivam o contato próximo entre a polícia e os moradores.

A mínima percentagem de avaliações “neutras” (0,67%) indica que há um consenso geral sobre a relevância do policiamento de proximidade, com pouca resistência ou indiferença em relação à sua eficácia. Não foram registradas avaliações de “pouco importante” ou “nada importante”, o que sugere que, para os efetivos, o policiamento de proximidade é uma estratégia valiosa e bem considerada no contexto do Cazenga. O PP é amplamente reconhecido como uma abordagem eficaz e crucial para melhorar a segurança e a cooperação comunitária no município do Cazenga. A elevada valorização dessa estratégia pelos efetivos reflete seu papel positivo na construção de uma estreita relação entre a polícia e a comunidade.

6.4. Resultados da avaliação da redução da criminalidade através do PP

a) -Sobre avaliação da Redução da Criminalidade

Tabela 11: Avaliação da Redução da Criminalidade pela polícia.

Avaliação de Redução da Criminalidade	Nº	(%)
Concordo totalmente	142	95%
Concordo	7	4,67%
Neutro	1	0,67%
Discordo	0	0%
Discordo totalmente	0	0%
Total	150	100%

Os dados revelam uma forte concordância entre os efetivos de polícia em relação à eficácia do policiamento de proximidade na redução da criminalidade. De acordo com os resultados, 95% dos participantes "concordam totalmente" que o policiamento de proximidade tem ajudado a reduzir a criminalidade na sua área. Esse consenso reflete a importância e os resultados positivos dessa estratégia no contexto da segurança pública.

Segundo estudos realizados por Rosenbaum et al. (2007), o policiamento de proximidade tem demonstrado um impacto significativo na redução da criminalidade em diversas áreas urbanas. Através do estabelecimento de uma presença mais constante e interativa nas comunidades, a polícia consegue desenvolver uma maior compreensão dos problemas locais, o que facilita a implementação de soluções mais eficazes. Além disso, a confiança entre a polícia e os cidadãos é fortalecida, o que resulta em uma maior cooperação da comunidade para identificar e prevenir crimes.

Os efetivos que “concordam” com a eficácia do policiamento de proximidade, representando 4,67%, também reforçam essa visão positiva, embora com menor intensidade. A pequena percentagem de avaliações “neutras” (0,67%) sugere que há pouca indiferença em relação à eficácia dessa abordagem.

Não houve registros de discordância entre os efetivos, o que sugere que o policiamento de proximidade é amplamente reconhecido como uma estratégia bem-sucedida na redução da criminalidade no município do Cazenga.

Em resumo, o policiamento de proximidade é amplamente reconhecido pelos efetivos de polícia como uma estratégia eficaz para a redução da criminalidade. O apoio quase unânime à sua eficácia, como revelado pelos dados, é confirmado por pesquisas que mostram que essa abordagem fortalece a cooperação comunitária e melhora a capacidade de resposta da polícia aos desafios locais.

Tabela 12: Avaliação da Eficácia do Policiamento de Proximidade no Cazenga pela comunidade.

Avaliação da eficácia do Policiamento de Proximidade	Nº	%
Muito eficaz	5	3.33%
Eficaz	10	6.67%
Neutro	15	10%
Pouco eficaz	85	56.67%
Nada eficaz	35	23.33%
Total	150	100%

Os dados neste bloco revelam que a avaliação dos inquiridos sobre a eficácia do policiamento de proximidade no município do Cazenga, traz um numero muito expressivo de 56,67% dos inquiridos considerarem o policiamento de proximidade "pouco eficaz", sugerindo que, apesar da implementação da estratégia, os moradores não percebem uma melhoria significativa na segurança. Este resultado indica que o policiamento de proximidade, na forma em que está sendo aplicado, pode não estar atendendo às expectativas da população ou enfrentando desafios que comprometem sua eficácia.

Além disso, 23,33% dos inquiridos afirmam que o policiamento de proximidade é "nada eficaz", reforçando a ideia de que a estratégia enfrenta dificuldades no Cazenga. Segundo estudos de Skogan (2006), a eficácia do policiamento de proximidade está fortemente ligada à presença constante e à interação direta entre os policiais e a comunidade. Se esses elementos não estiverem presentes, a percepção pública tende a ser negativa, o que parece ser o caso no Cazenga, onde a aplicação dessa abordagem pode ser insuficiente ou mal coordenada.

Apenas 6,67% dos inquiridos classificaram o policiamento de proximidade como "eficaz", e apenas 3,33% o consideraram "muito eficaz", sugerindo que há uma pequena parcela da população que percebe algum benefício ou mudança na segurança do município como resultado dessa estratégia. Isso pode indicar que, em áreas específicas do Cazenga, onde a aplicação da estratégia é mais visível e bem-sucedida, os efeitos positivos são notados. No entanto, essas áreas parecem ser limitadas, e a maioria dos inquiridos não experimenta a mesma sensação de segurança.

Os 10% que avaliaram a eficácia de forma "neutra" podem representar uma parcela da população que ainda não tem uma opinião formada sobre os efeitos do policiamento de proximidade, possivelmente porque as mudanças não foram perceptíveis ou os benefícios não foram amplamente comunicados à comunidade.

Os resultados desta questão são críticos para entender as limitações da aplicação do policiamento de proximidade no Cazenga. A alta percentagem de inquiridos que consideram essa abordagem "pouco eficaz" ou "nada eficaz" revela que o modelo atual de policiamento de proximidade não está gerando os resultados esperados pela população. Esses dados apontam para a necessidade de uma reavaliação da implementação dessa estratégia, com foco em aumentar a presença visível dos policiais nas áreas mais afetadas pela criminalidade e promover uma maior interação com os moradores.

O policiamento de proximidade, quando bem implementado, visa reduzir a criminalidade ao aumentar a confiança entre a comunidade e a polícia. No entanto, como evidenciado pelos dados, a falta de percepção de eficácia pode indicar que a presença policial é esporádica ou insuficiente, ou que os recursos necessários para sustentar essa estratégia não estão sendo adequadamente alocados.

Estudos de Skogan (2006) ressaltam que a percepção da população em relação ao policiamento está diretamente ligada à visibilidade e à frequência das interações entre a polícia e os moradores. Quando a presença policial não é sentida de forma constante e quando os moradores não percebem uma abordagem proactiva por parte das autoridades, há uma tendência para que a confiança diminua e a sensação de insegurança aumente. Além disso, a comunidade pode sentir que suas necessidades específicas estão sendo ignoradas, o que leva a uma insatisfação generalizada, como a evidenciada no Cazenga.

Outro fator que pode explicar essa divergência de opiniões está relacionado à falta de recursos e infraestrutura. O município do Cazenga enfrenta desafios como a insuficiência de iluminação pública, poucas câmaras de vigilância e um efetivo policial limitado, o que compromete a capacidade da polícia de manter uma presença constante e eficiente. Sem essas condições básicas, a estratégia de policiamento de proximidade pode ser percebida como ineficaz, independentemente dos esforços dos oficiais para implementá-la.

6.5. Resultado de avaliação e conhecimento e respostas das comunidades

a) -Avaliação das respostas da comunidade

Tabela 13: sobre avaliação da Resposta da Comunidade ao PP.

Avaliação da Resposta da Comunidade	Nº	(%)
Positiva	65	43,33%
Muito positiva	50	33,33%
Negativa	15	10%
Muito negativa	10	6,67%
Neutra	10	6,67%
Total	150	100%

A análise da resposta da comunidade ao policiamento de proximidade revela que a maioria dos efetivos de polícia consideram a resposta da população como "positiva", representando 43,33% dos participantes. Essa avaliação destaca o sucesso geral da estratégia em estabelecer uma relação de confiança entre a polícia e os moradores, promovendo uma colaboração efetiva no combate à criminalidade.

De acordo com estudos de Tyler (2006), a confiança e a percepção de legitimidade da polícia entre os cidadãos são fundamentais para o sucesso de iniciativas como o policiamento de proximidade. A resposta positiva reflete uma aceitação dessa abordagem pela comunidade, o que facilita a cooperação e o diálogo entre os dois grupos.

Além disso, 33,33% dos efetivos classificam a resposta da comunidade como “muito positiva”, reforçando ainda mais a ideia de que o policiamento de proximidade está gerando resultados favoráveis no município do Cazenga. Estudos realizados por Skogan (2006) mostram que o policiamento de proximidade, quando bem implementado, pode transformar o relacionamento entre a polícia e a comunidade, resultando em níveis mais elevados de colaboração na prevenção de crimes e na resolução de problemas locais. No entanto, 10% dos entrevistados avaliam a resposta da comunidade como “negativa”, enquanto 6,67% a consideram “muito negativa”. Embora esses números sejam menores em relação às avaliações positivas, eles indicam que ainda existem desafios e resistências em certos setores da comunidade. Segundo Rosenbaum (2006), em áreas com histórico de desconfiança na polícia,

pode ser necessário mais tempo e esforço para mudar a percepção pública e alcançar uma integração efetiva entre polícia e moradores.

A resposta “neutra”, também representando 6,67%, indica que uma pequena parte da população ainda não tem uma opinião clara sobre o policiamento de proximidade ou que os efeitos dessa estratégia não foram amplamente sentidos em todas as áreas do município. Isso pode ser reflexo de variações no nível de interação entre os policiais e os moradores ou de diferentes experiências com a presença policial em áreas específicas.

Em resumo, a maioria dos efetivos avalia a resposta da comunidade como positiva ou muito positiva, sugerindo que o policiamento de proximidade tem sido bem recebido pela população do Cazenga. No entanto, ainda existem bolsões de resistência ou desconfiança que precisam ser trabalhados, especialmente em áreas onde a relação entre a polícia e a comunidade é historicamente tensa. A manutenção e o fortalecimento dessa estratégia podem continuar a melhorar essa relação ao longo do tempo.

a) -Sobre o conhecimento do policiamento de proximidade por parte das comunidades.

Tabela 14: sobre o conhecimento de policiamento de proximidade no Cazenga.

Problema de Segurança		Nº	%
Sim	36	24%	
Não	114	76%	
Total		150	100%

Os dados sobre Conhecimento sobre o Policiamento de Proximidade no Cazenga, revela que apenas 24% dos inquiridos já ouviram falar sobre o policiamento de proximidade, enquanto 76% não têm conhecimento dessa estratégia de segurança. Esses dados indicam que, apesar da importância do policiamento de proximidade como estratégia de redução da criminalidade, sua implementação e divulgação no Cazenga ainda são limitadas. O fato de a maioria da população

não ter conhecimento dessa abordagem sugere uma lacuna na comunicação entre as autoridades policiais e a comunidade.

Essa falta de conhecimento impacta diretamente a eficácia da estratégia, já que o policiamento de proximidade depende da cooperação entre os cidadãos e os policiais. Estudos realizados por Rosenbaum et al. (2007) mostram que, em áreas onde o policiamento de proximidade foi implementado com sucesso, o envolvimento da comunidade é fundamental. A falta de informação pode levar à desconfiança ou ao distanciamento entre os moradores e as forças de segurança, o que compromete os esforços de prevenção da criminalidade.

O resultado desta pergunta revela uma necessidade clara de maior sensibilização e campanhas de informação sobre o policiamento de proximidade no Cazenga. A baixa conscientização da população sobre essa estratégia limita o seu potencial de eficácia, já que o policiamento de proximidade exige uma relação de confiança e colaboração com a comunidade. Para que esse modelo funcione de maneira eficaz, as autoridades precisam investir em comunicação e educação da comunidade sobre como funciona o policiamento de proximidade e como os moradores podem se envolver diretamente no aumento da segurança local.

Desta feita, a falta de conhecimento sobre o policiamento de proximidade entre a maioria dos inquiridos no Cazenga indica uma necessidade urgente de maior divulgação e conscientização sobre essa estratégia de segurança. O policiamento de proximidade depende da participação ativa e da confiança da comunidade, o que só pode ser alcançado por meio de campanhas de sensibilização e educação.

O sucesso dessa abordagem em outras regiões do mundo mostra que, com a devida comunicação, o policiamento de proximidade pode ser uma ferramenta poderosa para melhorar a segurança e reduzir a criminalidade. No Cazenga, esse modelo tem o potencial de ser implementado com sucesso, desde que as autoridades policiais invistam na conscientização da população.

b)-Avaliação da potencial Eficácia do PP para segurança no Cazenga

Tabela 15: Sobre avaliação da potencial Eficácia do PP no melhoramento da segurança no Cazenga

Avaliação da potencial Eficácia do PP para segurança no Cazenga	Nº	%
Concordo totalmente	45	30%
Concordo	70	46.67%
Neutro	0	0%
Discordo	35	23.33%
Discordo totalmente	0	0%
Total	150	100%

Quanto as opiniões dos inquiridos sobre a capacidade do policiamento de proximidade de melhorar a segurança no município do Cazenga, a maioria dos inquiridos, 46,67%, concorda que essa abordagem pode melhorar a segurança, enquanto 30% "concordam totalmente". Aqui fica refletido um forte consenso de que o policiamento de proximidade tem potencial para impactar positivamente a segurança pública no município, apesar das dificuldades enfrentadas na sua implementação até o momento.

Os inquiridos que "concordam totalmente" (30%) podem estar reconhecendo o valor da estratégia, com base em experiências diretas ou indiretas que mostram que a presença constante e a interação com a polícia são eficazes em reduzir a criminalidade. Aqueles que concordam completamente com a abordagem podem já ter visto benefícios em áreas onde a estratégia foi aplicada de forma consistente.

Os 46,67% que "concordam" indicam que, embora haja um reconhecimento do potencial da estratégia, ainda existem algumas reservas ou incertezas sobre sua aplicação prática. Estes inquiridos podem estar esperando uma implementação mais eficaz e abrangente para se comprometerem plenamente com a ideia de que o policiamento de proximidade pode melhorar a segurança.

Por outro lado, 23,33% dos inquiridos "discordam" da eficácia do policiamento de proximidade, representando uma parte da população que, talvez devido à falta de resultados visíveis, não acredita que a estratégia seja suficiente para resolver os problemas de segurança no município. Isso pode ser explicado por uma percepção de que a estratégia atual carece de recursos, continuidade ou visibilidade, como observado em outras pesquisas sobre a

implementação falha de policiamento comunitário. É importante notar que nenhuma das respostas foi "Neutro" ou "Discordo totalmente", o que demonstra que todos os inquiridos têm uma opinião definida sobre o policiamento de proximidade, seja a favor ou contra, o que reflete o impacto que o tema da segurança tem na vida cotidiana dos moradores do Cazenga.

Esses resultados são fundamentais para a pesquisa, pois indicam que, apesar das dificuldades de implementação, o policiamento de proximidade é amplamente visto como uma solução viável para melhorar a segurança no município. O forte apoio da maioria dos inquiridos, seja concordando ou concordando totalmente, sugere que, se essa estratégia for aplicada de forma mais abrangente e visível, ela pode ganhar ainda mais adesão e ser uma ferramenta eficaz na luta contra o crime.

Portanto é preocupante, e está claro uma vez que os resultados indicam a maioria da população do Cazenga acredita que o PP pode melhorar a segurança do município. Contudo, a estratégia deve ser reforçada com maior presença e comunicação, além de recursos que garantam sua continuidade. Embora haja uma parcela significativa de inquiridos que ainda questiona a eficácia do PP, as comparações com outras áreas urbanas mostram que, com a devida implementação e apoio comunitário, essa estratégia pode ter um impacto positivo na redução da criminalidade e na melhoria da percepção de segurança.

6.6. Sobre as sugestões no geral

a) -Sugestões da polícia para melhorar a segurança.

Tabela 16: Sugestões da polícia para melhorar a segurança.

Sugestão para melhorar a Segurança	Nº	%
Aumento do patrulhamento policial	80	53.33%
Instalação de câmaras de vigilância	65	43.33%
Melhoria na iluminação pública	50	33.33%
Maior envolvimento da comunidade	35	23.33%
Outros	10	6.67%
Total	150	100%

A tabela revela as principais sugestões dos inquiridos para melhorar a segurança no município do Cazenga, e o aumento do patrulhamento policial foi a medida mais indicada, com 53,33% dos inquiridos sugerindo que a maior presença da polícia nas ruas seria eficaz para

conter a criminalidade. Este resultado sugere que os moradores acreditam que a visibilidade policial pode servir como um forte elemento dissuasor, fazendo com que os criminosos pensem duas vezes antes de agir.

A instalação de câmeras de vigilância foi sugerida por 43,33% dos inquiridos como a segunda medida mais importante para melhorar a segurança. Este dado reflete o reconhecimento de que a tecnologia pode ser um aliado no combate ao crime.

As câmeras de vigilância não apenas ajudam a monitorar áreas de alta criminalidade em tempo real, mas também podem fornecer provas em caso de incidentes. Estudos realizados por Welsh e Farrington (2009) mostraram que a instalação de câmeras de segurança em áreas públicas resultou em uma redução considerável de crimes contra o patrimônio, como furtos e vandalismo, ao melhorar a vigilância e dificultar a ação de criminosos.

A melhoria na iluminação pública, com 33,33% das respostas, também foi considerada uma medida importante para aumentar a segurança. Este resultado está alinhado com pesquisas que mostram que áreas bem iluminadas são menos propensas a serem alvo de atividades criminosas.

A iluminação pública adequada aumenta a visibilidade, reduzindo os "pontos cegos" e facilitando a vigilância tanto por parte dos moradores quanto pela polícia. De acordo com estudos de Painter e Farrington (1997), a melhoria na iluminação pública é uma das medidas de prevenção mais eficazes em áreas urbanas, pois aumenta a percepção de segurança e dificulta a ação de criminosos.

Maior envolvimento da comunidade foi sugerido por 23,33% dos inquiridos, destacando a importância da cooperação entre a população e as forças de segurança. Este dado reflete a crença de que a segurança não pode ser garantida apenas pela presença da polícia, mas que é necessária uma parceria ativa entre os moradores e as autoridades. Segundo Sampson e Raudenbush (1999), o envolvimento da comunidade em programas de segurança, como vigilância comunitária e denúncias de atividades suspeitas, é fundamental para a criação de um ambiente mais seguro e coeso.

A categoria "outros", com 6,67%, indica que alguns inquiridos identificaram medidas específicas que não foram cobertas pelas opções principais, como iniciativas educativas, programas sociais para jovens, ou melhorias na infraestrutura urbana de forma geral. Essas

respostas sugerem que, além das medidas diretas de segurança, há uma demanda por soluções mais abrangentes que tratem das causas subjacentes da criminalidade.

Os resultados desta questão fornecem uma visão clara das principais demandas da comunidade do Cazenga em relação à segurança. A maioria dos inquiridos reconhece que a presença policial e o uso de tecnologia (como câmeras) são fundamentais para reduzir a criminalidade. A melhoria da infraestrutura, especialmente a iluminação, também é vista como uma medida crítica para melhorar a segurança do município. Além disso, o envolvimento da comunidade, embora menos citado, é considerado uma peça importante no esforço de prevenção de crimes.

Esses dados são essenciais para orientar as autoridades locais e as forças policiais na implementação de políticas de segurança mais eficazes. O foco em aumentar o patrulhamento policial e investir em tecnologia deve ser complementado por esforços para fortalecer o envolvimento da comunidade, criando uma abordagem holística e sustentável para a segurança pública.

Estudos realizados em Medellín, Colômbia, a combinação de aumento do patrulhamento policial com melhorias na infraestrutura urbana, como iluminação e vigilância por câmeras, resultou em uma significativa redução da criminalidade. De acordo com Felbab-Brown (2011), a implementação dessas medidas, juntamente com o envolvimento da comunidade, foi crucial para transformar áreas historicamente violentas em espaços mais seguros.

Outro exemplo é Birmingham, Reino Unido, onde, segundo estudos de Tilley et al. (2015), a melhoria na iluminação pública e o uso de câmeras de vigilância ajudaram a reduzir os crimes de rua em áreas de alta densidade populacional. Além disso, o envolvimento da comunidade em programas de vigilância colaborativa demonstrou ser eficaz para criar uma rede de segurança mais abrangente, onde os próprios moradores se tornaram participantes ativos na prevenção de crimes.

Em suma, muitas das medidas apresentadas como elementares para redução da criminalidade, sobre tudo a falta de iluminação pública consubstanciadas com a dificuldade de acesso a zonas acidentadas remete-nos para to do governo, ou seja, devem fazer parte de uma agenda política enquanto política pública.

Um outro quadro para análise da temática sobre as sugestões foi feito as comunidades com um guião mais alargado e porque a este elemento recaia a necessidade de oferecimento de qualidade de trabalho levado a acabo pela polícia.

Os resultados desta questão fornecem uma visão clara das principais demandas da comunidade do Cazenga em relação à segurança. A maioria dos inquiridos reconhece que a presença policial e o uso de tecnologia (como câmaras) são fundamentais para reduzir a criminalidade. A melhoria da infraestrutura, especialmente a iluminação, também é vista como uma medida crítica para melhorar a segurança do município. Além disso, o envolvimento da comunidade, embora menos citado, é considerado uma peça importante no esforço de prevenção de crimes.

Esses dados são essenciais para orientar as autoridades locais e as forças policiais na implementação de políticas de segurança mais eficazes. O foco em aumentar o patrulhamento policial e investir em tecnologia deve ser complementado por esforços para fortalecer o envolvimento da comunidade, criando uma abordagem holística e sustentável para a segurança pública.

CONCLUSÕES E NOTAS FINAIS

O estudo sobre o policiamento de proximidades correlacionadas as políticas públicas é um tema novo e a pertinência surge da necessidade destas práticas policiais serem apadrinhadas pelo estado e executadas pela polícia e os mais variados setores da sociedade civil no geral.

O objetivo geral da nossa investigação foi compreender o papel do policiamento de proximidade enquanto fator estratégico para implantação de política pública de segurança no município do Cazenga. Pelo que objetivamente atendemos na generalidade a fonte da nossa investigação uma vez que 76,6% (a soma dos que concordam na totalidade e os concordam) da população de forma consensual anuem que essa abordagem melhora a segurança.

Na busca de melhor desmistificarmos o objetivo geral, desfragmentamos em especificamente e (5) objetivos tais como, analisar o policiamento de proximidade e os modelos policiamento enquanto estratégias de implantação de segurança pública(1), estudar a problemática da criminalidade no município do Cazenga (2), identificar estratégias e ou políticas públicas de segurança, para a resolução dos problemas criminais encontrados(3), estudar a importância do policiamento proximidade para implantação da segurança pública (4), estudar as políticas públicas de segurança suas funções e modelos de implementação para reposição do sentimento de segurança nas comunidades(5).

Quanto ao primeiro objetivo específico, referente a analisar o policiamento de proximidade e os modelos policiamento enquanto estratégias de implantação de segurança pública, nestes termos podemos aferir que o estudo efetuado 20% destacam o policiamento de proximidade dentre os modelos de policiamento como fator estratégico para implantação da segurança das comunidade no Cazenga, ao passo que outros 20% sobre a eficácia das estratégias de policiamento cimentam que a referida estratégia enquanto base de comunicação e busca de informação, além de promover um contato mais próximo com a comunidade, ajuda a resolver problemas locais e aumentar a confiança da população na polícia.

Quanto ao segundo objetivo atinente a necessidade de se estudar problemática da criminalidade no município do Cazenga, podemos referir que o problema de segurança mais comum enfrentado pelos efetivos de polícia no seu dia-a-dia é o roubo, com 40% dos efetivos mencionando essa questão. O roubo, muitas vezes relacionado à violência e perda de bens,

parece ser a principal preocupação nas operações diárias de segurança no município, demandando maior atenção das forças policiais.

No que toca a obrigatoriedade de se identificar estratégias e ou políticas públicas de segurança, para a resolução dos problemas criminais encontrados, podemos dizer que dentre as estratégias identificadas as patrulhas regulares são a estratégia de policiamento mais frequente no município do Cazenga, com menor implementação de estratégias como postos de controlo, policiamento de proximidade e o uso de tecnologia. Isso sugere que, embora existam esforços para garantir a segurança, há espaço para ampliar e diversificar as abordagens de policiamento, particularmente no uso de tecnologias e no fortalecimento do policiamento de proximidade.

Com relação a necessidade estudar a importância do policiamento proximidade para implantação da segurança pública foi possível verificar que as respostas dos inqueridos aludem de forma consensual que o policiamento de proximidade tem potencial para impactar positivamente a segurança pública no município, apesar das dificuldades enfrentadas na sua implementação até o momento

Entretanto a estratégia deve ser reforçada com maior presença e comunicação, além de recursos que garantam sua continuidade. Embora haja uma parcela significativa de inquiridos que ainda questiona a eficácia do policiamento de proximidade, as comparações com outras áreas urbanas mostram que, com a devida implementação e apoio comunitário, essa estratégia pode ter um impacto positivo na redução da criminalidade e na melhoria da percepção de segurança.

Quanto ao último objetivo específico referente ao estudo de políticas públicas de segurança suas funções e modelos de implementação para reposição do sentimento de segurança nas comunidades, ficou esclarecido que a insuficiência de recursos, os problemas de coordenação e a resistência da comunidade são desafios significativos enfrentados na implementação das estratégias de policiamento. Esses fatores podem limitar a eficácia das estratégias e a capacidade das forças policiais de alcançar seus objetivos de segurança pública.

E para dar resposta a pergunta de partida “Em que medida o policiamento de proximidade enquanto políticas públicas de segurança pode ser um mecanismo de solução dos problemas da criminalidade e sua prevenção no Cazenga?”, deduziu-se duas hipóteses principais, segundo o qual enunciou-se que:

- **H1:** O distanciamento da relação entre a polícia e os cidadãos tem sido um dos fatores fundamentais para a ineficácia das políticas de segurança no município do Cazenga.
- **H2:** A implementação do policiamento de proximidade resulta na redução da criminalidade e no aumento da sensação de segurança entre os moradores do Cazenga.

Contudo, considera-se confirmada a H1, na medida em que 24% dos moradores afirmaram ter conhecimento sobre essa estratégia, e entre os que conhecem, a maioria a considera pouco eficaz (56,67%) ou nada eficaz (23,33%) (Tabela 12), o que reflete uma insatisfação generalizada com a forma como essa abordagem tem sido aplicada no município.

Com relação a H2, considera-se infirmada, pois, apesar das medidas adotadas tendo em conta a estratégia do policiamento de proximidade, ainda se registra a nível do território operacional do Comando Municipal do Cazenga um aumento significativo da criminalidade, a contar pela existência de crimes como de roubo na ordem dos (46,67%) e assaltos à mão armada (40%) (Tabela 5), a necessidade de aumento do patrulhamento policial como a principal medida (53,33%), seguido pela instalação de câmeras de vídeo vigilância (43,33%) (Tabela 16) e de desafios na implementação de estratégias de policiamento, como a falta de recursos como o maior obstáculo (46,67%).

Assim, apesar de algumas diferenças nas percepções entre os efetivos e a comunidade, houve pontos de convergência significativos. Tanto os moradores quanto os policiais concordam que o aumento da presença policial é uma prioridade para melhorar a segurança, assim como o uso de tecnologias, como câmeras de vigilância, e a melhoria da infraestrutura urbana.

No entanto, as percepções divergem em relação à confiança na eficácia das atuais estratégias de policiamento. Enquanto os efetivos tendem a enfatizar as limitações internas, como falta de recursos e treinamento, a comunidade expressa maior insatisfação com a visibilidade e a presença policial, sugerindo que a falta de uma abordagem contínua e visível está minando a confiança no policiamento de proximidade.

Outro ponto de divergência diz respeito ao envolvimento da comunidade. Embora 23,33% dos moradores considerem que uma maior participação comunitária seria importante

para melhorar a segurança, os efetivos apontam a resistência da própria comunidade como um dos principais desafios.

Portanto, isso indica uma desconexão nas percepções sobre o papel da população no fortalecimento da segurança pública. Enquanto os moradores veem a polícia como responsável pela maior parte das ações de combate ao crime, os efetivos acreditam que a comunidade deveria ser mais proativa na colaboração.

A pesquisa evidenciou tantos pontos de convergência quanto de divergência nas opiniões da comunidade e dos efetivos de polícia em relação à segurança no Cazenga. Ambos os grupos reconhecem a gravidade dos problemas de criminalidade, concordando que o aumento da presença policial e o uso de tecnologias de vigilância são essenciais para melhorar a segurança.

No entanto, as percepções da comunidade em relação à eficácia do policiamento de proximidade são predominantemente negativas, refletindo uma insatisfação com a aplicação atual dessa estratégia. Os efetivos, por sua vez, destacam as limitações estruturais como os maiores entraves para a implementação eficaz das operações de segurança.

Esses resultados reforçam a importância de uma abordagem integrada, que considere não apenas o reforço do policiamento, mas também a colaboração ativa da comunidade e o investimento em infraestrutura e treinamento policial. Para que a segurança no Cazenga melhore de forma sustentável, será fundamental criar uma ponte de confiança entre a polícia e os moradores, garantindo que ambos os lados trabalhem juntos em prol de um objetivo comum: a redução da criminalidade e a promoção de um ambiente seguro para todos.

SUGESTÕES

Para melhor gestão e construção de uma democracia nos estados de direito, uma vez que estes pautam pelo respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, é necessário regular os atos de investigação, através da criação de uma lei de investigação criminal, sendo um diploma legal de organização e definição das políticas criminais, as competências e incompetências específicas em matéria de investigação criminal, não se confunde este com o seu estatuto orgânico.

No âmbito do policiamento de proximidade é imperioso que o mesmo tenha de partir de uma agenda política do governo e junto do ministério do interior (o mesmo que o Ministério da administração interna-MAI), se criasse a Direção Nacional de Policiamento

de Proximidade DNPP, descendo para o Comando Geral para o cumprimento e execução junto dos comandos provinciais, obedecendo a estrutura orgânica de mando e direção. Referir que o policiamento de proximidade deve ser instituído como política pública de segurança e não como política de segurança pública, ou seja não deve ser uma atividade de polícia strictu sensu mas sim como ações emanadas pelo Estado.

Aumentar a Presença Policial no município: é recomendável intensificar o patrulhamento policial nas áreas mais críticas do Cazenga, especialmente nas zonas identificadas como de maior incidência de crimes, como roubos e assaltos à mão armada. A presença policial visível pode servir como um elemento dissuasor para os criminosos e aumentar a sensação de segurança entre os moradores através da intensificação da busca e recolha de informação para permitir melhor intervenção e antecipar a ocorrência de crimes de mais diversas índoles.

Implementar Melhorias na Infraestrutura Urbana: investir na melhoria da iluminação pública e na instalação de câmeras de vigilância em pontos estratégicos do município. Estudos demonstram que essas medidas aumentam a vigilância e reduzem a incidência de crimes como furtos e vandalismo. A melhoria da infraestrutura também deve incluir a manutenção das áreas públicas para garantir que sejam seguras e bem iluminadas.

Fortalecer o Policiamento de Proximidade: reavaliar e aprimorar a implementação do policiamento de proximidade, assegurando que os efetivos se envolvam mais ativamente com a comunidade. A criação de canais de comunicação mais eficientes entre a polícia e os moradores pode ajudar a construir confiança e melhorar a colaboração. É essencial que o policiamento de proximidade seja visível e acessível para os residentes, promovendo um diálogo aberto e contínuo.

Desenvolver e Implementar Programas de Prevenção ao Crime: iniciar e apoiar programas comunitários voltados para a prevenção do crime, especialmente aqueles que ofereçam atividades educativas e recreativas para os jovens. Esses programas podem abordar as causas subjacentes da criminalidade e proporcionar alternativas positivas para a juventude, reduzindo a probabilidade de envolvimento em atividades criminosas.

Aumentar o Envolvimento da Comunidade: incentivar a participação ativa da comunidade na segurança pública. Programas de engajamento comunitário que envolvam

moradores em iniciativas de vigilância e prevenção podem fortalecer a cooperação entre a população e a polícia. Promover encontros comunitários regulares e criar plataformas de denúncia anônima podem ajudar a construir uma parceria eficaz na luta contra o crime.

Proporcionar Treinamento Adequado para os Efetivos de Polícia: investir no treinamento contínuo dos efetivos de polícia para garantir que estejam bem equipados para lidar com as complexidades dos crimes e interações comunitárias. O treinamento deve incluir aspectos como habilidades de comunicação, técnicas de policiamento comunitário e gestão de conflitos.

Avaliar e Alocar Recursos de Forma Eficiente: realizar uma revisão detalhada dos recursos disponíveis para as operações policiais e garantir que sejam alocados de forma eficiente para atender às áreas e situações com maior necessidade. Isso inclui a alocação de recursos para equipamentos de segurança, pessoal e tecnologia.

Monitorar e avaliar a eficácia das estratégias de segurança: estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação para analisar a eficácia das estratégias de segurança implementadas. Realizar pesquisas periódicas e recolha de *feedback* da comunidade e dos efetivos pode ajudar a ajustar as estratégias conforme necessário e garantir que as medidas tomadas estejam alcançando os resultados desejados.

A criação de uma lei quadro da política criminal que define os objetivos e prioridades da política criminal, desde os crimes de investigação e de prevenção prioritárias.

Referências Bibliográficas

Ander-Egg, E. (1980) *metodologia y practica del desarrollo de la comunidade*, 10ª ed. Unieurop.

Afonso, J. J. R., (2018) *Polícia: etimologia e evolução do conceito* [Revista Brasileira de Ciências Policiais], Brasília.

Afonso, L. (2015), *Luanda. Estudo de Geografia Urbana, a reedição de uma obra clássica que chega em boa hora*, Mulemba Revista.

Agostinho, A. (2019) *Curso de Direito Constitucional*, AAFDL, Lisboa.

Alexandrino, J. M., (2013) *o novo constitucionalismo Angolano*, Lisboa, CJP.

Almeida, C.A.S, (2006), *Medidas cautelares e de polícia do processo penal, em direito comparado*, Almedina.

Amaral, D. F., do (2010), *História das ideias políticas*, vol. I, Almedina.

Amaral, D. F., (2000), *Curso de Direito Administrativo*, 2ª Ed. vol. I, Almedina.

Antônio F. (2014) *Constituição da Republica de Angola, Anotada e comentada*, Vida Económica.

António, Z.,U., *Gestão Policial Angolana: “ Dos fatores limitadores da construção de uma polícia de proximidade”*, [Dissertação de mestrado em Ciências Policiais publicado] ISCPSI. 2022.

Araújo, R.C.V., (2018) *introdução ao direito constitucional*, CEDP, UAN.

Bayley, D. H. (1994), *Police for the Future*. Oxford University Press.

Baptista, M. V. (1979), *desenvolvimento da comunidade*, 3ª ed. Cortez.

Bedin, G. A., (2013) *Estado de direito: Tema Complexo, Dimensões Essenciais e Conceito*[Ensaio].

Braga, A. A.; Papachristos, A. V.; Hureau, D. M. (2015). *"Focused Deterrence Strategies and Crime Control."* Crime and Justice.

Bobbio, N; Mateucci, N; Pasquino, G. (1983) *Dizionario di política*, Ed. UNB.

Borba, J. (2014), *Ciência Política*, UAB, 3ª edição.

Camango, C, (2018) *Motivação e avaliação do desempenho do servidor público*, 1ª Ed..

Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). *Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach*, American Sociological Review.

Cano, I. (2012). *Unidades de Polícia Pacificadora: O Que Pensam os Policiais?* Viva Rio.

Canotilho, J. J. G. (2003) *Direito constitucional e teoria da constituição* 7ª edição.

Carapeto, C. F., F. (2012), *ética e deontologia* Lisboa, OET.

Carvalho, R. M.A (2015) *Influência das políticas públicas de segurança do Reino Unido na realidade Portuguesa* [Dissertação de mestrado publicado] ISCPSI.

Cícero, M. T. (2019). *Da República* (Vol. 250). Edições do Senado. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574201/001140747_Republica.pdf

Cipriano. S. K. (2020) *o ABC da metodologia de investigação científica: como elaborar uma monografia de licenciatura*, Mayamba editora.

Clemente, P. J. L., (2015) *cidadania polícia e segurança* ISCPSI-ICPOL.

Clemente, P. J. L., (1998) *da polícia de ordem pública* [dissertação de mestrado, publicado], ISCPSI.

Clemente, P. J. L. (2010), *Polícia e segurança – Breves notas*, Lusíada. Política Internacional e Segurança.

Comando Geral da Polícia Nacional (2011). *Polícia Nacional Angolana 35 ANOS – Fatos Históricos*. Luanda: Comando Geral da Polícia Nacional, (pna.gov.ao, acessado, aos 01, março de 2024).

Correia, E. P.,(2018) *políticas públicas de segurança*, 1ª edição, ISCPSI.

Dantas, G. F. L.; Persijn, A; Silva J. A.P (2007), *o medo do crime*, o Alferes, Belo horizonte.

David, M. A. Carriço (2014) *Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade: Funcionalidades, Problemas e Potencialidades* [Dissertação de mestrado publicada] ISCPSI.

De Cicco, C.; Gonzaga, A. A.(2007) *Teoria Geral do Estado e Ciência Política*. São Paulo: RT.

Dieu, F. (1999). *Politiques Publiques de Sécurité*. Paris, L'Harmattan.

Durão, S. (2006) *Policiamento de proximidade em Portugal: limites de uma metáfora mobilizadora. Polícia, Segurança e Ordem pública. Perspetivas Portuguesas e Brasileiras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Elias, L. (2022) *Ciências Policiais e segurança interna: desafios e perspectivas*, 2ª ed., ISCPSI.

Felbab-Brown, V. (2011). *Bringing the State to the Slum: Confronting Organized Crime and Urban Violence in Latin America*. Brookings Institution.

Felgueiras, S. R.C. (2020) *Modelo de diagnóstico de ordem pública: uma abordagem metropolitana sincrónica* [Artigo do research Gate].

Felgueiras, S. R.C., (2017), *Ação policial face à ação coletiva*, Book, Lisboa.

Fernandes, J. J. A., (2014) *os desafios da segurança contemporânea: estado, identidade e multiculturalismo*, Lisboa.

Fernandes, L. F.,(2022) *Introdução à Prevenção do Crime. Teorias, Estratégias e Técnicas*, Amazon.

Felson, M., & Boba, R. (2010). *Crime and Everyday Life*, Sage Publications.

Felson, M., & Clarke, R. V. (1998). *Opportunity Makes the Thief: Practical Theory for Crime Prevention*, Home Office.

Filocre, D'A., (2009) *Classificações de políticas de segurança pública*, 5ª edição, UFMG.

Filocre, D'A., (2011) *à ordem pública*, [revisita Brasileira] UFMG, Brasília.

Fontoura, N. O., Rivero, P. S, Rodrigues, R. I., (2010) *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Vol. 1, 2ª Edição, editora Ipea.

Gerhardt, T. E., Silveira, D. T., (2009) *Métodos de Pesquisa*, UFRGS.

Guerra, L.F.J.A, (2015) *clarificando o conceito de segurança*, Politeia, ISCPSI.

Gil, A. C., (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*.

Guimarães, G. A. (2015), *Luanda, A Metrópole do Século XXI?* [Edital].

Goldstein, P. J. (1985), *The Drugs/Violence Nexus: A Tripartite Conceptual Framework* Journal of Drug Issues.

Herd, S. S., (2013) *Polícia Comunitária e segurança pública: tópicos emergentes em segurança pública III*, virtual.

Hipólito, A. C. C., (2022) *policciamento de proximidade nas zonas urbanas sensíveis: Indicadores a atender quanto à pertinência de implementação*, [Trabalho Final do 5.º Curso de Comando e Direção Policial] ISCPSI.

Horney, J., Osgood, D. W., & Marshall, I. H. (1995), *Criminal Careers in the Short Term: Intra-individual Variability in Crime and Its Relation to Local Life Circumstances*; American Sociological Review.

Howlett, M.; Ramesh, M.; Perl, (2009) A. *Políticas públicas, seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral*, 3ª ed. Oxford.

Inácio, C. I. C., (2010) *Políticas Públicas de Segurança – novo paradigma*, [dissertação de mestrado em Ciência Política, pela Universidade de Aveiro).

Innes, M. (2004). *Reinventing Tradition? Reassurance, Neighbourhood Security and Policing*; Criminal Justice.

Júnior, A. L.S.; Fernandes, R. N. A.; Machado, P., (2022) *Ciências policiais: Conceito, objeto e método de investigação científica*, ISCPCI.

Kingdon J. W., (2003) *Agendas, Alternatives and Public Policies*, Second Edition, The University of Michigan.

Lessard-hébert, M. Goyette, G. & Boutin, G, (1990) *investigação qualitativa: fundamentos e prática*, Montreal.

Leite, L. L. Papi, L.P (2020) *Panejamento e políticas públicas, intencionalidades, processos e resultados*, Jacarta.

Lisboa, M.; Teixeira, A. L., (2015) *Policamento de proximidade, representações e práticas da população e inovação organizacional na polícia*, Edições Húmus.

Lopes, J. M. (2014). *Política De Segurança Pública No Contexto Preventivo*. [Monografia de Especialização Universidade Tecnológica do Paraná].

Lopes, A. L., (2010), *Noções de Teoria Geral do Estado*, Belo Horizonte.

Lucas, J.P.A., (2021), *contributo para o policiamento de proximidade em zonas urbanas sensíveis: aplicação do modelo integrado de policiamento de proximidade na divisão policial de Loures* [Dissertação de mestrado em ciências policiais, ISCPSI].

Marconi, M. A., Lakatos, E. M. (2003), *Fundamentos de Metodologia Científica* 5ª edição, São Paulo, Atlas editora.

Matos, A. G. (2017) *O controle da atividade policial no estado democrático de direito*, Cuiabá-MT [Monografia em Políticas de Segurança pública, U. Federal de Mato Grosso].

Mello, C. A. B. (1994), *Curso de Direito Administrativo*, 5ª Edição, Malheiros.

Miranda, A. P. M, Lima, L. L. G., (2008) *políticas públicas de segurança, informação e análise criminal*, Eduf.

Miranda, J. (1997) *Manual De direito constitucional*, Tomo V, Coimbra.

Miranda, J. (2013) *Manual de direito constitucional, tomo II, 2ª edição, revista*.

Moncada, L. C. (2004), *Estudos de filosofia do direito e do Estado*, Vol.I, Estudos Gerais.

Monteiro, M. S. (2022) *políticas públicas*. Vol. 2, Uniceplac.

Nunes, L., (2013) *Considerações éticas a atender nos trabalhos de investigação académica de enfermagem*, ESS.

Oliveira, J.F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*, Almedina.

Oliveira, M. F. (2011) *metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração*, Catalão-go.

OMS, (2015). *Relatório mundial de envelhecimento e saúde*, Genebra.

Pain, R. (1997). *Social Geographies of Women's Fear of Crime*; Transactions of the Institute of British Geographers.

Painter, K., & Farrington, D. P. (1997), *The Crime Reducing Effect of Improved Street Lighting: The Dudley Project*, Studies on Crime and Crime Prevention.

Poças, L. (2022) *manual de investigação em direito: metodologia da preparação de teses e artigos jurídicos*. 2ª Edição, Almedina.

Poiares, N. (2023) *Polícia e direitos humanos: multiculturalismo, género, saúde mental e LGBTQIA+*, Almedina.

Poiares, N., (2013) *mudar a polícia ou mudar os polícias? O papel da PSP na sociedade portuguesa*, Ed. Guide.

Polícia Nacional de Angola (PNA) (2019), *Descrição do Projeto “A Nossa Esquadra”*. (2019). Comissão de Implementação do Projeto “A Nossa Esquadra”.

Prodanov, C. C.; Ernani C. F. (2013), *metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*, 2ª edição, Universidade Feevale.

PNA (2020) *manual de organização e procedimentos operacionais*.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 4ª Ed., Gradiva, Lisboa.

Rabe-Hemp, C. (2008)., *Female Officers and the Ethic of Care: Does Officer Gender Impact Police Behaviors?*, Journal of Criminal Justice.

Ribeiro, A. S.; Bembe, M. D. (2019)*Manual de elaboração de políticas públicas*, Mayamba.

Ribeiro, A. R. (2020) *Teoria Geral do Estado*. Unidade 2.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social. Métodos e técnicas*, 3ª Ed. Ed. Atlas, São Paulo.

Rocha, M. M. C. D (2012) O impacto do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na Segurança Urbana. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto].

Rocha, C. M., C., Lima G. (2011), *ética e deontologia para a docência: ser professor, hoje*, Universidade de Aveiro.

Rodrigues, C. B. (2019), *segurança pública: modelos de policiamento* [Trabalho de Investigação Final de comando e direção], Iscpsi.

Rosenbaum, D. P. (1998)., *The Impact of Community Policing on Neighborhood Residents: A Cross-Site Analysis*, Justice Quarterly.

Rosenbaum, D. P., Graziano, L. M., Stephens, C. D., & Schuck, A. M. (2007). *Understanding Community Policing: A Framework for Action*, National Institute of Justice.

Rua, M.G; Romanini. R, (2017), *Teoria e modelos de análise contemporâneos de políticas públicas*, Unidade VII.

Rudio, F. V., (1997). *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 21 Edição Vozes.

Sá, J. M. A. (2013). *Origem e Evolução Cronológica da Polícia em Angola*. Luanda.

Samanango, M. (2016), *Atuação Policial No Estado De Direito Democrático No Contexto Guineense: Uma Polícia Em Afirmação*, [Dissertação de mestrado em ciências policiais] ISCPPI.

Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1993), *Crime in the Making: Pathways and Turning Points Through Life*. Harvard University Press.

Sampson, R. J., & Lauritsen, J. L. (1994). *Violence and the Deserving Victim*; Criminology.

Sampson, R. J., & Raudenbush, S. W. (1999). *Systematic Social Observation of Public Spaces: A New Look at Disorder in Urban Neighborhoods*; American Journal of Sociology.

Santos, A. V. C., (2019), *Segurança pública: algumas considerações*. WA.

Santos, A. V. C. dos (2002), *Uso da Força no Exercício da Função Policial*, Tese, ISCPSI.

Severino, A. J. (2002). *Metodologia do Trabalho Científico*. (22ª ed.). Cortez Editora.

Silva, C.R; Gobbi, B. C; Simão, A. A. (2005) *o uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método*, Minas.

Silva, G. M. da (2000), *Atuação Policial e os Direitos Humanos*, *Revista da Polícia Portuguesa*, nº 125, Set./Out.

Silva, M. B; Nunes, P. B. V. T; Silva, T. P. C. da (2020), *A evolução do conceito de segurança e sua inserção nas relações internacionais*, 10-Embed.

Silveira, F. M. M. S, (2009), *A Tutela dos direitos coletivos em face do modelo de estado social*, Brasileiro, São Paulo.

Sherman, L. W., Gottfredson, D., MacKenzie, D., Eck, J., Reuter, P., & Bushway, S. (1997)., *Preventing Crime: What Works, What Doesn't, What's Promising*; National Institute of Justice.

Sousa, A.F, (2014), *constituição da república de angola: anotada e comentada*, Editora, Vida económica.

Souza, C. (2002), *Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-áreas*, [Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães], UFB.

Sousa, M. R. (1999). *Lições de Direito Administrativo* (Vol. I). Lisboa.

Skogan, W. G. (2006)., *Community Policing in Chicago, Year Ten: An Evaluation of Chicago's Alternative Policing Strategy*, University of Chicago Press.

Stark, E. (2007)., *Coercive Control: How Men Entrap Women in Personal Life*; Oxford University Press.

Spitzcovsky, C. (2024), *Direito administrativo*, 7ª edição, Saraiva jur. 2024.

Teixeira, C. (2011) *a nova constituição económica de angola e as oportunidades de negócios e investimentos*, FDUL.

Teixeira, C. (2015), *Manual de Direito Administrativo*, 1ª Edição Mayamba Editora.

Tilley, N., Sidebottom, A., & Clarke, R. V. (2015)., *Improved Street Lighting for Preventing Crime in Public Places*; Cochrane Database of Systematic Reviews.

Tvedten, I.; Paulo, M., & Robson, P. (2002). *The Popular Economy in Urban Angola: Strategies for Survival in Luanda*.

Tyler, T. R., & Fagan, J. (2008), *Legitimacy and Cooperation: Why Do People Help the Police?* Journal of Criminal Law and Criminology.

Valente, M. M. G., (2017) *teoria geral do direito policial*, 5ª e. Almedina.

Valente, M. M. G., (2015) *A polícia do Estado democrático e de direito*, 1ª e. Empório do direito.

Valério, N; Fontoura, M. P. (1994) *A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial*, Editora Diamante.

Vasco, J. (2014), *Polícia de Proximidade - Aplicação do Sistema de Polícia de Proximidade na Polícia Municipal da Maia*, Universidade Fernando Pessoa.

Virgílio, A. P, de, (2010) *Gestão e organização das forças de segurança: necessidade de um policiamento comunitário na sociedade angolana*, [dissertação de mestrado em sociologia das organizações do trabalho e do emprego, pelo Instituto Universitário de Lisboa).

Vunge, I. J. F., (2020) *influência das políticas de segurança pública na prevenção da criminalidade em Angola durante o ano de 2019. Estudo de caso: projeto “a nossa esquadra” (44ª e 52ª esquadras)* [Monografia de ciências policias, pelo Instituto de ciências policias e criminais de Angola, publicado].

Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: Planeamento e Métodos*. 2ª ed.: Bookman.

Zassala, C., (2015) *iniciação a pesquisa científica: ler, captar e tomar conhecimentos, o método de estudo universitário*, 4ª edição, Mayamba.

LEGISLAÇÕES

Constituição da república portuguesa

Constituição da república de angola

Decreto 33/91 de 26 de julho, regime disciplinar dos funcionários públicos e agentes da Administração pública.

Decreto-Lei n.º 17 de 2010. Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado. Angola: Diário da República, Série N.º 142, de 29 de julho de 2010;

Decreto-Lei n.º 20/93, de 11 de junho – Estatuto Orgânico da PNA.

Decreto presidencial n.º 105/19 de 29 de março, lei da reforma de estado.

Despacho 044, Gab. CGPNA/2020, de 10 de agosto, regulamento orgânico do comando provincial de Luanda.

Decreto Presidencial 152-19 de 15 de maio-Estatuto Orgânico da Policia Nacional Lei n.º 21/19 de 20 de setembro - Lei da Tutela Administrativa;

Lei 03/10 de 29 de março, lei da probidade pública.

Lei 17/90 de 20 outubro, sobre os princípios a observar na administração pública.

Lei n.º 18/16 de 17 de outubro – lei da Divisão Político-Administrativa

APÊNDICES

Apêndice 1 Guião de Entrevista efetuada a Administradora municipal do Cazenga



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

ENTREVISTA DE PESQUISA DIRIGIDA À ADMINISTRADORA MUNICIPAL

ENTREVISTA N.º _____

O presente inquérito visa levar a cabo um conjunto de recolha de dados/informações sobre o tema de dissertação **“Policiamento de proximidade enquanto fator estratégico para implantação de Políticas Públicas de Segurança. Estudo de Caso: Município do Cazenga”** com objetivo de que estes dados vêm a facilitar a construção Trabalho de Fim de Curso, para obtenção do título de Mestre em Ciências Policiais.

Agradecemos pela preciosa colaboração que presta a esta pesquisa.

DADOS PESSOAIS

1. Nome:
2. Cargo/Posto:
3. Função:

QUESTÕES

I. Nível de Criminalidade no Território

1. Como você descreveria o atual nível de criminalidade no município do Cazenga?
2. Quais são os tipos de crimes mais comuns nesta área?

II. Estratégias e Desafios na Implementação das Políticas Públicas de Segurança

1. Quais políticas públicas de segurança estão atualmente em vigor no Cazenga?"
2. Quais dessas políticas têm sido particularmente eficazes na redução da criminalidade?
3. Quais são os principais desafios na implementação dessas políticas de segurança?
4. Como a administração municipal enfrenta esses desafios?

III. Policiamento de Proximidade

1. Como avalia o papel do policiamento de proximidade no município do Cazenga?
2. De que maneira a administração municipal apoia a implementação do policiamento de proximidade?
3. Como o policiamento de proximidade se integra com outras políticas públicas de segurança no município?

IV. Colaboração e Envolvimento da Comunidade

1. Como a administração municipal colabora com a comunidade local e outras entidades para fortalecer a segurança pública?
2. Existem programas específicos que incentivam a participação da comunidade nas iniciativas de segurança?
3. Que melhorias ou mudanças você recomendaria para aprimorar o policiamento de proximidade no Cazenga?
4. Há alguma nova política ou estratégia que a Sr^a Administradora acredita que poderia ser implementada para melhorar a segurança no município?
5. Policiamento de proximidade funciona como políticas públicas de segurança ou como estratégia de polícia?

Muito obrigada por participar desta entrevista!!

Apêndice 2 Guião de entrevista efetuada ao comandante municipal do Cazenga



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
ENTREVISTA DE PESQUISA DIRIGIDA AO COMANDANTE DA POLÍCIA NO
MUNICÍPIO DO CAZENGA

ENTREVISTA N.º _____

O presente inquérito visa levar a cabo um conjunto de recolha de dados/informações **“Policamento de proximidade enquanto fator estratégico para implantação de Políticas Públicas de Segurança. Estudo de Caso: Município do Cazenga”** com objetivo de que estes dados veem a facilitar a construção Trabalho de Fim de Curso, para obtenção do título de Mestre em Ciências Policiais.

Agradecemos pela preciosa colaboração que presta a esta pesquisa.

DADOS DA EMPRESA:

1. Nome:
2. Cargo/Posto:
3. Função:

QUESTÕES

VII. Nível de Criminalidade no Território

1. Como você descreveria o atual nível de criminalidade no município do Cazenga?
2. Quais são os tipos de crimes mais comuns nesta área?

3. Estratégias e Desafios na Implementação das Políticas Públicas de Segurança

4. Quais estratégias de policiamento e políticas pública estão atualmente em vigor no município do Cazenga?
5. Quais dessas têm sido particularmente eficazes?
6. Quais são os principais desafios enfrentados na implementação dessas políticas e estratégias de segurança?
7. Como vocês lidam com esses desafios?

8. Policiamento de Proximidade

1. Qual é o papel do policiamento de proximidade no município do Cazenga?
2. Como o policiamento de proximidade é implementado na prática aqui?
3. Você poderia fornecer exemplos de casos onde o policiamento de proximidade teve um impacto positivo na redução da criminalidade?

9. Colaboração e Envolvimento da Comunidade

1. Como o comando municipal e as esquadras colaboram com outras entidades e a comunidade local para fortalecer a segurança pública?
2. Existem programas específicos que incentivam a participação da comunidade nas iniciativas de segurança?
3. Que melhorias ou mudanças você recomendaria para aprimorar o policiamento de proximidade no Cazenga?
4. Há alguma nova política ou estratégia que você acredita que poderia ser implementada para melhorar a segurança no município?

Muito obrigada por participar desta entrevista!!

Apêndice 3– Inquérito-questionário fechado – as comunidades (Frente e verso)



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO À COMUNIDADE DO CAZENGA

QUESTIONÁRIO N.º _____

O presente inquérito visa levar a cabo um conjunto de recolha de dados/informações sobre o **“Policamento de proximidade enquanto fator estratégico para implantação de Políticas Públicas de Segurança. Estudo de Caso: Município do Cazenga”**, com objectivo que estes dados vêm a facilitar a construção Trabalho de Fim de Curso, para obtenção do título de Mestre em Ciências Policiais.

O respectivo inquérito terá uma modalidade, baseada em perguntas fechadas e sobretudo garantimos a privacidade da identidade do inquirido, e apela-se plena consciência do que pretende responder por livre espontânea vontade. Logo, a idoneidade daqueles que irão responder será a base do sucesso deste inquérito.

Assinale a sua resposta com um (X). Não existem respostas correctas nem incorrectas. Apenas se pretende obter a sua opinião.

Agradecemos pela preciosa colaboração que presta a esta pesquisa.

DADOS DEMOGRÁFICOS

1. Idade • () Menos de 18 anos • () 18-25 anos • () 26-35 anos • () 36-45 anos • () 46-55 anos • () Mais de 55 anos 2. Género • () Masculino • () Feminino 3. Estado Civil • () Solteiro(a)	• () Casado(a) • () Viúvo(a) • () Divorciado(a) • () Outro: 4. Estado Civil • () Ensino de Base Incompleto • () Ensino de Base Completo • () Ensino Médio Completo • () Ensino Médio Incompleto • () Ensino Superior Completo • () Ensino Superior Incompleto
---	--

QUESTÕES

Completa com (x), a opção de acordo a sua opinião:

5. Como você descreveria o nível de segurança no bairro do Cazenga?

- () Muito seguro
- () Seguro
- () Moderado
- () Inseguro
- () Muito inseguro

6. Quais são os principais problemas de segurança que você enfrenta no dia a dia? (Selecione todos os que se aplicam)
- ☐ Roubo
 - ☐ Furto
 - ☐ Assaltos à mão armada
 - ☐ Tráfico de drogas
 - ☐ Violência doméstica
 - ☐ Outros: _____
7. Você já ouviu falar sobre o policiamento de proximidade?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
8. Se sim, como você avalia a eficácia do policiamento de proximidade no seu bairro?
- ☐ Muito eficaz
 - ☐ Eficaz
 - ☐ Neutro
 - ☐ Pouco eficaz
 - ☐ Nada eficaz
9. Você acredita que o policiamento de proximidade pode melhorar a segurança no seu bairro?
- ☐ Concordo totalmente
 - ☐ Concordo
 - ☐ Neutro
 - ☐ Discordo
 - ☐ Discordo totalmente
10. Você se sente seguro para colaborar com a polícia local na prevenção de crimes?
- ☐ Sim, totalmente seguro
 - ☐ Em parte, depende da situação
 - ☐ Não, não me sinto seguro
11. Você participaria de programas comunitários para melhorar a segurança no seu bairro?
- ☐ Sim, com certeza
 - ☐ Talvez, dependendo do programa
 - ☐ Não
12. O que você acha que poderia ser feito para melhorar a segurança no bairro do Cazenga? (Selecione todas as opções que se aplicam)
- ☐ Aumento do patrulhamento policial
 - ☐ Melhoria na iluminação pública
 - ☐ Instalação de câmaras de vigilância
 - ☐ Maior envolvimento da comunidade
 - ☐ Outros: _____

Muito obrigada por participar deste inquérito!!

Apêndice 4– Inquérito-questionário fechado aos efetivos da polícia do Cazenga (Frente e verso)



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS EFETIVOS DA POLÍCIA DO MUNICÍPIO DO
CAZENGA

QUESTIONÁRIO N.º _____

O presente inquérito visa levar a cabo um conjunto de recolha de dados/informações sobre o **“Policamento de proximidade enquanto fator estratégico para implantação de Políticas Públicas de Segurança. Estudo de Caso: Município do Cazenga”**, com objectivo que estes dados venham a facilitar a construção do Trabalho de Fim de Curso, para obtenção do título de Mestre em Ciências Policiais.

O respectivo inquérito terá uma modalidade, baseada em perguntas fechadas e garantimos a privacidade da identidade do inquirido, no entanto apela-se a plena consciência do que pretende responder por livre espontânea vontade. Logo, a idoneidade daqueles que irão responder será a base do sucesso deste inquérito.

Assinale a sua resposta com um (X). Não existem respostas correctas nem incorrectas. Apenas se pretende obter a sua opinião.

Agradecemos pela preciosa colaboração que presta a esta pesquisa.

DADOS DEMOGRÁFICOS

- 1. Idade**
 - () Menos de 25 anos
 - () 25-34 anos
 - () 35-44 anos
 - () 45-54 anos
 - () 55 anos ou mais
- 2. Género**
 - () Masculino
 - () Feminino
- 3. Tempo de Serviço na Polícia**
 - () Menos de 1 ano
 - () 1-5 anos
 - () 6-10 anos
 - () Mais de 10 anos

QUESTÕES

Completa com (x), a opção de acordo a sua opinião:

4. Como você descreveria o atual nível de criminalidade no bairro do Cazenga?
 - ☐ Muito alto
 - ☐ Alto
 - ☐ Moderado
 - ☐ Baixo
 - ☐ Muito baixo
5. Quais são os principais problemas de segurança que você enfrenta no dia-a-dia? (Selecione todos os que se aplicam)
 - ☐ Roubo
 - ☐ Furto
 - ☐ Assaltos à mão armada
 - ☐ Tráfico de drogas
 - ☐ Violência doméstica
 - ☐ Outros: _____
6. Quais estratégias de policiamento estão atualmente em vigor no Cazenga? (Selecione todos os que se aplicam)
 - ☐ Patrulhas regulares
 - ☐ Postos de controle
 - ☐ Policiamento de Proximidade
 - ☐ Uso de tecnologia (câmaras de vigilância, etc.)
 - ☐ Outros: _____
7. Na sua opinião, quais dessas estratégias têm sido eficazes na redução da criminalidade? (Selecione todos os que se aplicam)
 - ☐ Patrulhas regulares
 - ☐ Postos de controle
 - ☐ Policiamento de Proximidade
 - ☐ Uso de tecnologia
 - ☐ Outros: _____
8. Quais são os principais desafios enfrentados na implementação dessas estratégias? (Selecione todos os que se aplicam)
 - ☐ Falta de recursos
 - ☐ Resistência da comunidade
 - ☐ Falta de treinamento
 - ☐ Problemas de coordenação
 - ☐ Outros: _____
9. Como você avalia o papel do policiamento de proximidade no município do Cazenga?
 - ☐ Muito importante
 - ☐ Importante
 - ☐ Neutro
 - ☐ Pouco importante
 - ☐ Nada importante
10. O policiamento de proximidade tem ajudado a reduzir a criminalidade na sua área?
 - ☐ Concordo totalmente

Apêndice 5— solicitação para aplicação de inquérito-entrevista aos efetivos do CPL



POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA
COMANDO PROVINCIAL DE LUANDA
COMANDO MUNICIPAL DA POLÍCIA DE BELAS
(GABINETE DO COMANDANTE)

[À
SUA EXCELÊNCIA COMANDANTE
PROVINCIAL DE LUANDA/P.N. A
=LUANDA=]

V/Referencia V/Comunicação N/Referência N/Comunicação Data: 20.AGO.024

ASSUNTO: REMESSA Nº 180 /GAB.CMDTE.M.BELAS
Ref: Solicitação

Respeitosos cumprimentos.

Remete-se ao Gabinete de Sua Excelência Comandante Provincial de Luanda/PNA, a Solicitação e anexos do Intendente - **Nazário dos Santos**, para os devidos efeitos.

Cientes que o assunto merecerá atenção de Vossa parte, Aproveitamos o ensejo para reiterar os votos de;

Alta consideração e estima.

“PELA ORDEM E PELA PAZ AO SERVIÇO DA NAÇÃO”

COMANDO MUNICIPAL DA POLÍCIA DE BELAS, aos 20 de Agosto de 2024. -

A COMANDANTE MUNICIPAL;
VICTÓRIA AUGUSTO VJLMA”
/***/SUPERINTENDENTE CHEFE/****/



CM.Belas. AV^o. Cmdte Pedalé,
Email: cmbelas.cpl@pn.gov.ao

 GOVERNO DE ANGOLA | minint.gov.ao
Ministério do Interior

Apêndice 6 – solicitação para aplicação de inquérito-entrevista a administradora Municipal do Cazenga


— * * * —
REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTERIO DO INTERIOR
POLÍCIA NACIONAL
CPL/COMANDO MUNICIPAL DE BELAS

A
Sua excelência Administradora
Municipal do Cazenga

= LUANDA =

Assunto: **Solicitação.**

Excelência, queira aceitar os nossos cumprimentos e auguramos que esta missiva lhe encontre de boa saúde e óptima disposição para o exercício da vossa nobre e espinhosa missão.

Intendente, *Nazário Gomes dos Santos efectivo da Policia Nacional de Angola* do Comando Provincial de Luanda, exercendo a Função de Chefe Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária do Município de Belas;

Estudante do 2º Ano de Mestrado em Ciências Policiais, especialidade de gestão de Segurança, no Instituto Superior de Ciências Policiais;

Encontrando em fase de elaboração de Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, na Especialização em Gestão da Segurança, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna/PSP/MAI em Portugal, para obtenção do título de Mestre em Ciências Policiais, subordinado ao tema: **Policamento de proximidade enquanto fator estratégico para implantação de políticas públicas**

Administradora Municipal do Cazenga
Secretaria Geral
Entrada
Cód: 2566
Data: 19.03.2024
Ass: Madalena

de segurança; Estudo de caso: município do Cazenga, sob Orientação científica do Professor Doutor SÉRGIO RICARDO COSTA CHAGAS FELGUEIRAS, venho mui humilde e respeitosamente, solicitar, dentro da vossa disponibilidade uma entrevista que será aplicada como critério de veracidade para desenvolvimento de dissertação.

Reiteramos as nossas saudações académicas

Nota: Anexo, a declaração de estudante, de investigador de trabalho científico, cópia do passe de serviço, e exemplar de entrevista a ser efectuada.

Telemóvel: 923955508

Email: nazario.0506@iscpsi.pt

Pela ordem e pela paz ao serviço da nação.-

Comando Municipal de Belas aos 18 de Janeiro de 2024

O candidato



Nazário dos santos
INTENDENTE

Apêndice 7 – Entrevistado A

Dados pessoais

Cargo: Comandante municipal da polícia do Cazenga

Nome: Mateus Domingos João

Posto: Superintendente-chefe

Data: 24/08/2024

Questões

I-Nível de criminalidade no território

I. 1-Como você descreveria o atual nível de criminalidade no município do Cazenga?

R: Relativamente calmo, uma vez que as estratégias de prevenção criminal têm sido direcionadas aos problemas e medidas que são detetadas através da busca de informação e registos de queixas e denúncias em nossos piquetes de atendimento ao público.

I.2-Quais são os tipos de crimes mais comuns nesta área?

R: Os Crimes mais comuns são, os roubos e furtos, ofensas graves a integridade físicas bem como os crimes de violência doméstica.

II-Estratégias e desafios na implementação das políticas públicas de segurança

II. 1-Quais as estratégias de policiamento e políticas públicas de segurança estão atualmente em vigor no Cazenga?

R: o policiamento de proximidade, rondas (patrulhamento) a pé e auto (motorizado e automóvel), buscas de informações, policiamento reativo, encontro com as comunidades.

II.2-Quais dessas têm sido particularmente eficazes?

R: Policiamento de proximidade, informações policiais, patrulhamento a pé e auto (motorizado e automóvel), encontro com as comunidades.

II.3-Quais são os principais desafios na implementação dessas políticas e estratégias de segurança?

R: a escassez de forças e meios, vias de difícil acesso, sobretudo acidentadas que têm impossibilitado muitas das vezes o patrulhamento, a falta de eluição pública, ocultação de informações por parte dos parentes cujos membros tem conflitos com a lei.

II.4-Como vocês lidam com esses desafios?

R: apesar das dificuldades encontradas temos trabalhado arduamente no sentido de obtenção de dados necessários para implementação dos programas de policiamento de proximidade e estratégias de polícia de modos a manter a ordem e devolver sempre o sentimento de segurança das comunidades.

Por outro lado, a abordagem muitas das vezes passa remessa dos problemas levantados aos órgãos com competências para resolução tais como a Administração municipal, o comando provincial de Luanda e os distintos parceiros.

III-Policiamento de proximidade

III.1- Qual é o papel de policiamento de proximidade no município do Cazenga?

R: facilitar a busca de informações através do núcleo de inteligência policial, procurar estabelecer bons níveis de relação entre polícia e cidadãos, facilitar a comunicação entre a polícia e as comunidades, efetuar o levantamento das variáveis criminais, avaliar e implementar projetos que facilitem a inter-relação entre polícia e cidadão.

III.2- Como o policiamento de proximidade é implementado na prática aqui?

R: Através das esquadras que criam grupos que vão abordando as comunidades num modelo de porta-a-porta, reunião com as comunidades, palestras em igrejas, programas de prevenção rodoviária, sobretudo as quartas de educação rodoviária, um projeto que nasceu no nosso município pela secção de trânsito de forma singular, visitas e apoio as vítimas de crimes, e de acidentes rodoviários e outros.

III. 3-voce poderia fornecer exemplos de casos onde o policiamento de proximidade teve impacto positivo na redução da criminalidade?

R: Temos inúmeros casos mas podemos frisar alguns como a cidadão menor de 14 anos residente no distrito urbano da madeira, que vem sendo abusada sexualmente desde os 11 anos, pelo padrasto, e avisou a mãe, esta por sua vez por temer represálias e sabendo que seu marido poderia ser preso e a mesma não trabalha preferiu esconder continuar a sustentar, em serviço de bate portas a menor conseguiu falar aos agentes de proximidade que de imediata trataram a informação e procederam a detenção do delinquente.

IV-Colaboração e envolvimento da comunidade

IV.1- Como o comando municipal e as esquadras colaboram com outras entidades e a comunidade local para fortalecer a segurança pública?

R: é importante entendermos que a parceria é analisada do ponto de vista local através das esquadras, por estes terem um determinado território delimitado e por sua vez fazem levantamento dos presidentes das comissões de moradores e vai se marcando as reuniões nas comunidades. Colaboramos também através de reuniões de diferentes grupos locais como diretores de escolas, líderes religiosos, lideres das comunidades estrangeiras, empresários, gestores de bancos comerciais, gestores de mercados informais, etc.

IV.2- Existem Programas específicos que incentivam a participação da comunidade nas iniciativas de segurança?

R: Existem vários apesar de alguns não serem muito eficazes. Temos as quartas de educação rodoviária, o comercio seguro, o bate -porta e outros.

IV.3- Que melhorias ou mudanças você recomendaria para aprimorar o policiamento de proximidade no Cazenga?

R: Existir melhor reforço de forças e meios da polícia, distribuição de mais meios a policia, melhoramento das vias de acesso ao interior dos bairros, reforço da iluminação

pública, construção de mais esquadras, estender o policiamento de proximidade a partir do ministério do interior etc.

IV.4- Há alguma política ou estratégia que o senhor comandante acredita que poderia ser implementada para melhorar a segurança no município?

R: Existem várias mas podemos aqui frisar o policiamento de proximidade devidamente organizado.

Apêndice 8– Entrevistado B

Dados pessoais

Cargo: Administradora municipal do Cazenga

Nome: Nádia Evelisse Martins de Sousa Neto

Data: 20/08/2024

Questões

I-Nível de criminalidade no território

I. 1-Como você descreveria o atual nível de criminalidade no município do Cazenga?

R: Razoável, tendo em atenção a desigualdade social, educação deficiente, consumo de drogas e bebidas alcoólicas de forma excessiva por parte de adolescentes e adultos.

I.2-Quais são os tipos de crimes mais comuns nesta área?

R: Os Crimes mais comuns são, crimes contra o património (roubos, furtos), violência doméstica, ofensas a integridade física (homicídio e lesão corporal).

II-Estratégias e desafios na implementação das políticas públicas de segurança

II.1-Quais as políticas públicas de segurança estão atualmente em vigor no Cazenga?

R: Promoção a participação social nos diferentes conselhos existentes (conselho de auscultação das comunidades, conselho de concertação social e conselho de violência comunitária); Apoio e acompanhamento as associações juvenis existentes; Criação de programas que visam ao combate a pobreza e o fomento do emprego; Construção de escolas e cozinhas comunitárias; Construção e apetrechamento de infraestruturas policiais.

II.2-Quais dessas políticas tem sido particularmente eficaz na redução da criminalidade?

R: Promoção e participação social, desde conselhos existentes e o associativismo.

II.3-Quais são os principais desafios na implementação dessas políticas de segurança?

R: Falta de recursos financeiros para dar cobertura a projetos de impacto social; Falta de meios aos órgãos de defesa e segurança e necessidade de mais agentes.

II.4-Como a Administração municipal enfrenta esses desafios?

R: Promovendo gestões participativas, otimização da distribuição de recursos, complementação de projetos que visam ao combate a fome e a pobreza.

III-Policiamento de proximidade
--

III.1- Como avalia o papel de policiamento de proximidade no município/Cazenga?

R: Razoável, tudo em conta a necessidade de mais efetivos e meios.

III.2- De que maneira a Administração municipal apoia a implementação do policiamento de proximidade?

R: Envolvimento de toda a comunidade e estruturas, melhoramento das vias de acessos e iluminação pública.

III.3- Como o policiamento de proximidade se integra com outras políticas de segurança no município?

R: Muito bem, pelo fato de interferir diretamente dentro da comunidade, permitindo que a comunidade acompanhe o trabalho policial de perto e participe.

IV-Colaboração e envolvimento da comunidade

IV.1- Como a Administração colabora com a comunidade local e outras entidades para fortalecer a segurança pública?

R: Tem proposto uma nova filosofia, baseada na ideia que os agentes policiais e os cidadãos devem trabalhar em conjunto, de forma a encontrarem soluções para os problemas da comunidade relacionadas com a criminalidade, fortalecendo e capacitando os órgãos de vigilância comunitária, ao abrigo do decreto nº 36/24.

IV.2- Existem Programas específicos que incentivam a participação da comunidade nas iniciativas de segurança?

R: Sim existem, exemplo concreto é o comité técnico de gestão participativa dos municípios, onde a comunidade é chamada para gerir e eleger projetos micro para mitigar algumas necessidades existentes a nível das comunidades.

IV.3- que melhorias ou mudanças você recomendaria para aprimorar o policiamento de proximidade no Cazenga?

R: Potencializar os órgãos de defesa e segurança com formação permanente, meios rolantes e equipamentos, reforçar o diálogo envolvendo a administração, órgãos de defesa e a comunidade.

IV.4- há alguma política ou estratégia que a senhora Administradora acredita que poderia ser implementada para melhorar a segurança no município?

R: Formalização dos conselhos de vigilância comunitária nos bairros, reforço do policiamento de proximidade, monitoramento e auditoria das recomendações e orientações as direções municipais existentes nas ações relacionadas a segurança pública em relação aos seus objetivos e metas.

IV.5- policiamento de proximidade funciona como políticas públicas de segurança ou como estratégia de polícia?

R: Funciona como estratégia de polícia tendo em vista o nível de proximidade com as comunidades.

Apêndice 9 – Tabelas

Tabela 17: Distribuição etária dos efetivos da Polícia.

Faixa Etária	N	Percentagem (%)
Menos de 25 anos	15	10%
25-34 anos	45	30%
35-44 anos	60	40%
45-54 anos	20	13,33%
55 anos ou mais	10	6,67%
Total	150	100%

Tabela 18: Distribuição Etária das comunidades do Cazenga.

Faixa etária	Nº	%
Menos de 18 anos	5	3,33%
18-25 Anos	20	13,33%
26-35 Anos	60	40%
36-45 Anos	35	23,33%
46-55 Anos	20	13,33%
Mais de 55 anos	10	6,67%
Total	150	100%

Tabela 19: Distribuição por género dos efetivos da Polícia.

Género	N	(%)
Masculino	110	73,33%
Feminino	40	26,67%
Total	150	100%

Tabela 20: Distribuição de Género da comunidade no Cazenga.

Género	Nº	%
Masculino	93	62%
Feminino	57	38%
Total	150	100%

Tabela 21: Nível de Escolaridade dos inquiridos.

Nível de Escolaridade	Nº	%
Ensino médio completo	72	33,3%
Ensino médio incompleto	55	26,67%
Ensino de base completo	12	20%
Ensino de base incompleto	5	13,33%
Ensino superior completo	3	3,33%
Ensino superior incompleto	3	3,33%
Total	150	100%

Tabela 22: Distribuição de Tempo de Serviço na Polícia.

Tempo de Serviço	N	(%)
Menos de 1 ano	10	6,67%
1-5 Anos	50	33,33%
6-10 Anos	70	46,67%
Mais de 10 anos	20	13,33%
Total	150	100%

ANEXOS

Anexo 1 – Extratos do RASP/ Município do Cazenga



VISTO E APROVADO EM, ____/____/____
O DELEGADO PROVINCIAL, ____



FRANCISCO MONTEIRO RIBAS DA SILVA
/****/COMISSARIO-CHEFE/****/

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO INTERIOR
DELEGACÃO MUNICIPAL DO CAZENGA

RELATÓRIO DE BALANÇO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ANO/2023

I.- CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

O presente relatório retrata as principais actividades de carácter operativo e administrativo desenvolvidas pela Delegação Municipal do Cazenga/Minint e dos Órgãos afectos, durante o ano de 2023, identificando os principais problemas, que afecta a segurança, ordem e tranquilidade pública, tais como:

A responsabilidade que é atribuída ao MININT no Cazenga, apesar das inúmeras dificuldades que enfrentam, os Órgãos Executivos e Administrativos, envidam esforços no sentido de garantirem a prevenção e combate a todos os aspectos que atentem contra a ordem e tranquilidade pública, a integridade territorial a ordem Constitucional e Democrática.

II.- Caracterização da Situação



1.1- Localização Geográfica

Comando de Polícia é uma Unidade de Policiamento do Comando Provincial da Polícia de Luanda, tendo como sede no bairro Cazenga, Zona 18, território Administrativo do Município com o mesmo nome, que tem como missão à:

- - Manutenção da Ordem e Tranquilidade Pública;
- - Protecção da Propriedade Pública e Privada
- - Garantir o normal funcionamento das instituições democráticas e o pleno gozo das Liberdades e Garantias Fundamentais dos cidadãos.
- A sede do município localiza-se no Distrito Urbano do Tala Hady e alberga as principais

direcções da Administração Municipal.

- O Município do Cazenga está geograficamente situado na província de Luanda e estabelece limites com (4) municípios, nomeadamente:

Geograficamente está delimitado à Norte com o Município de Cacuaco, à Sul com Município do Kilamba Kiaxi, à Este com os Municípios de Viana e à Oeste com o Município de Luanda.

Administrativamente possui um total de (6) Seis Distritos, designadamente Tala Hady, Hoji-Ya-Henda, 11 de Novembro, Kima Kieza, Kalawenda e Cazenga.

CMCazenga; SPAvenida, defronte antiga IFA.
Comando sede, telefone: 914-041-073/ 915- 150- 407
E-mail:



gna.gov.ao
Polícia Nacional de Angola

Corola, por serem as mais visadas em roubo/furto e que realizam actividade de táxi para fugir o controlo da Polícia;

- Intensificação de medidas de controlo do consumo de álcool aos automobilistas, para redução da sinistralidade rodoviária que se apresentou alta, bem como medidas de sensibilização aos populares para não travessia fora das pedonais;

- Esquadras Policias

- Em Coordenação o SIC diligenciar visando o desmantelamento de Grupos de Marginais, bem como o esclarecimento dos crimes sob investigação, a detenção dos indivíduos implicados, assim como apreensão dos meios subtraídos.

4- Informações

- Intensificação e busca de informações para a detenção dos elementos envolvidos em crimes violentos, com realce para os homicídios voluntários, roubos qualificados em residências, de viaturas, motorizadas e de valores monetários;

- Intensificação e busca de informações para a localização dos P/D solto envolvido nos crimes de roubo á dependências bancárias face o retorno deste crime;

- Prosseguir a busca de informação que visa a constituição de expediente para o esclarecimento dos crimes que se encontram sob investigação criminal.

5- Enfrentamento as Transgressões Administrativas

- Enfrentamento a Poluição Sonora;

- Intensificação do combate a venda desordenada em passeios, pedonais e em locais não autorizados.

“PELA ORDEM E PELA PAZ AO SERVIÇO DA NAÇÃO”

COMANDO MUNICIPAL DO CAZENGA/CPLuanda, *aos 27 de Dezembro de 2023.-*


O COMANDANTE MUNICIPAL
JOAQUIM JOSÉ DA CONCEIÇÃO
/***/ SUPERINTENDENTE-CHEFE /***/

Anexo 2 – Declaração de autorização para investigação



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E
SEGURANÇA INTERNA

Direção de Ensino

DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos legais declaro que o aluno n.º 2022.42-Názário Gomes dos Santos, titular do bilhete de identidade n.º 00843735LA032, frequenta no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, o 2.º ano do XV Curso de Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Gestão da Segurança, no ano letivo 2023/2024.

O Aluno encontra-se a desenvolver um trabalho científico no âmbito da sua dissertação de Mestrado, subordinada ao tema "Policiamento de Proximidade enquanto fator estratégico para implantação de políticas públicas de segurança: estudo de caso, município do Cazenga".

Por ser verdade, se passa a presente declaração que por mim vai assinada e autenticada com o selo a óleo em uso neste Instituto.

Lisboa e ISCPSI, 07 de agosto de 2024

O Diretor de Ensino

Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras
Superintendente

